

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Brasília

2017



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

Presidência: Senador Eunício Oliveira

Referente aos trabalhos da

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

(Período de 02/02/2017 a 22/12/2017 - art. 57, § 1º da Constituição Federal)

Brasília
2017

Publicado desde 1830

SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Brasília – DF

CEP: 70165-900

www.senado.leg.br

Telefone: 0800 61 22 11

Brasil. Congresso Nacional. Presidência.

Relatório da Presidência : Senado Federal e Congresso Nacional / Presidência: Senador Eunício Oliveira.

-- Brasília : Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2017.

222 p.

Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (Período de 02/02/2017 a 22/12/2017 - art.57, § 1º da Constituição Federal).

1. Brasil. Congresso Nacional. Presidência, relatório. 2. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Presidência, relatório. I. Título.

CDDir 341.2533

Ronaldo Gallo Morais

Projeto gráfico e capa

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

Senador José Pimentel (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º SUPLENTE

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º SUPLENTE

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º SUPLENTE

Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello

Diretora-Geral

Ilana Trombka

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário-Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello (Supervisão Geral)

Secretários-Gerais da Mesa Adjuntos

Adriana Alves Zaban

João Pedro de Souza Lobo Caetano

José Roberto Leite de Matos (Revisão)

Diretor da Secretaria de Informação Legislativa

Fábio Liberal

Diretor da Secretaria Legislativa do Senado Federal

Fernando Sachetti

Diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Waldir Bezerra Miranda

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys De Moura Rochael

Diretor da Secretaria de Comissões

Dirceu Vieira Machado Filho

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Quésia de Farias Cunha

Diretor da Secretaria de Expediente

Celso Dias dos Santos

Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Silvania Alves de Azevedo

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E RELATÓRIOS LEGISLATIVOS

Coordenador

João Marcos Murce Meneses

Chefe do Serviço do Relatório da Presidência

Rogério Viana Bernardes

Chefe do Serviço de Relatórios Mensais e Estatísticas Legislativas

Daniel Wilson Cabral de Lemos

Iranildo Batista de Melo

Jorge Peil Marques Vaz

Luciana da Silveira Barreto

Robson Tetsuo Ito

Ronaldo Gallo Morais

Wendell Barros Carvalho

APRESENTAÇÃO

Na ocasião em que apresento-lhes o Relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional para o ano de 2017, publicação que consolida todo o trabalho realizado nesta Casa e nas sessões conjuntas desde o ano de 1830, gostaria de pedir sua atenção para um brevíssimo balanço deste ano de trabalho, onde buscamos, incansavelmente, imprimir a marca do diálogo, da participação coletiva e da efetividade nos resultados.

Buscamos promover a união e o entendimento entre senadores e senadoras, partidos, lideranças políticas e outros poderes e instituições, em prol de um objetivo comum, o Brasil.

Uma das prioridades desta presidência foi manter o saudável equilíbrio entre as instituições, de forma que o Senado Federal fosse respeitado e ouvido pela Presidência da República, pela Câmara dos Deputados, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público.

Não foram poucos os momentos com potencial de crise a explodir na relação entre esses Poderes. Não foram poucas as vezes em que se fez necessário exercitar, em sua plenitude, a capacidade de diálogo, a paciência e o entendimento republicanos.

Felizmente, chegamos ao final do difícil ano de 2017 com as prerrogativas constitucionais do Senado Federal respeitadas e asseguradas, o que foi feito não para garantir privilégios para seus membros, e sim para garantir a autonomia e a capacidade desta Casa em tomar as decisões mais adequadas ao interesse público.

Conforme havíamos nos comprometido, privilegiamos os trabalhos das comissões do Senado Federal. As 14 comissões permanentes e 6 temporárias se reuniram 666 vezes, realizando 307 audiências públicas e emitindo 947 pareceres.

Promovemos uma maior participação dos parlamentares em relatorias de projetos e conseguimos chegar ao fim do ano com alta produtividade legislativa, a maior da década, e uma agenda positiva focada na retomada do desenvolvimento do país.

Nesse sentido, ficou comprovado que o Congresso Nacional tem condições de contribuir ainda mais no processo de crescimento da economia brasileira.

Esse documento serve de subsídio para, em um ano em que o Congresso Nacional será renovado e o Senado, em particular, por 2/3 de seus membros, cada um de nós possa chegar no seu estado e no seu município e com orgulho, prestar contas das inúmeras matérias aprovadas de forma a colaborar com as finanças públicas dos governos estaduais e das prefeituras, que enfrentam uma das maiores crises orçamentárias da história.

Não me preocupam os números de produção legislativa, e sim a qualidade do que fazemos aqui. Por isso, a despeito de ter sido, repito, o ano em que mais aprovamos matérias na década, quero destacar algumas dentre as mais relevantes por seu mérito.

Aprovamos, assinalemos, a reforma trabalhista e a reforma política, no Senado, de forma democrática e amplamente discutidas em comissões da Casa e em sessões temáticas.

Foram aprovados ainda uma série de projetos e medidas para a microeconomia para melhorar a produtividade da economia, gerar emprego e renda para a população brasileira.

Entre outras matérias, durante o ano e nessa linha, aprovamos a medida provisória que permitiu a continuidade dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sem a carência de três anos exigida pela legislação anterior.

A criação do Programa Cartão Reforma (crédito para famílias reformarem ou construir parte de suas casas), do documento único de identificação nacional e mais agilidade no processo de adoção de crianças foram outras medidas de atenção ao cidadão.

Colaboramos com a segurança pública ao aprovarmos a criação das polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital, e a garantia da segurança pública como área que não pode ter os repasses de recursos suspensos. Outra medida para reforçar a área de segurança foi a aprovação da transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional para atender às unidades prisionais estaduais.

Ainda para colaborar com estados e municípios, aprovamos uma série de matérias relacionadas às finanças públicas dos governos estaduais e das prefeituras, que enfrentam uma das maiores crises orçamentárias da história. Empenhado nisso, este Senado aprovou, em caráter de urgência, o projeto que instituiu o regime de recuperação fiscal dos estados

e do Distrito Federal. A matéria foi aprovada por esta Casa e sancionada sem vetos presidenciais.

Na mesma linha foram aprovados e sancionados outros dois projetos: um que trata da renegociação das dívidas dos estados brasileiros e outro que regulamenta as garantias da União a operações de crédito contratadas por estados, Distrito Federal e municípios. O Senado também aprovou a criação do Simples Municipal, que prevê prestação de contas simplificada para pequenas cidades. A medida beneficiará 60% das prefeituras de municípios com até 15 mil habitantes.

Assunto muito caro a todos nesta Casa, não deixamos de olhar para a educação. Aprovamos novas regras de distribuição do Fundo de Financiamento Estudantil, que prevê, a partir de 2018, que as faculdades interessadas no programa participem de um fundo de garantia de pagamento para quitação da dívida do aluno. Outra mudança é que o FIES será dividido em três faixas, de acordo com a renda dos estudantes interessados, e que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os fundos constitucionais serão chamados a financiar o programa.

Para a área ambiental, importante contribuição foi a aprovação da matéria que prevê a destinação de recursos dos fundos constitucionais de financiamento - como o Fundo do Nordeste (FNE), Fundo do Centro-Oeste (FCO) e Fundo do Norte (FNO) - a projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Na área da saúde, foi aprovado o projeto que reformula as atribuições dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. O Senado também aprovou projeto que transforma impostos sobre o tabaco e remédios em fonte de financiamento do Sistema Único de Saúde.

Em 2017 o Senado também empenhou-se na aprovação de matérias em benefício à saúde das mulheres. Foram aprovados dois projetos voltados para a prevenção e o tratamento de câncer: o primeiro obriga a realização de cirurgia plástica reparadora pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o outro garante o direito de transporte às mulheres que tenham dificuldade de locomoção para realizar os exames preventivos e de rastreamento

de câncer de útero e de mama. Foi aprovado projeto que ampliou o acesso à mamografia pelo SUS. O projeto sustou o dispositivo de uma portaria que restringia o acesso ao exame de mulheres com idade entre 40 e 49 anos.

Finalmente, o Senado aprovou proposta que torna mais ágil o processo de adoção de crianças e dá prioridade aos grupos de irmãos ou menores com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas de saúde. A preferência foi inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em nosso primeiro ano na presidência do Congresso Nacional, priorizamos a apreciação de matérias que atenderam ao interesse da maioria da população.

Os projetos de leis orçamentárias, apreciados em sessões conjuntas, totalizaram mais de R\$ 9,2 bilhões em créditos.

Realizamos 11 sessões conjuntas para a apreciação de vetos e matérias orçamentárias e 14 sessões solenes, sendo três delas para a promulgação de Emendas Constitucionais.

Foram apreciados 46 vetos, totalizando 948 dispositivos vetados. Desses, 928 foram mantidos e 20 rejeitados. Terminamos o ano legislativo sem nenhum veto pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, um marco histórico.

Uma importante marca foi a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) dentro do prazo determinado pela Constituição Federal. Foi a segunda vez, nos últimos 15 anos, que a LDO foi votada até o dia 17 de julho.

Garantimos ainda a derrubada do veto que possibilitou a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no local de prestação do serviço e não mais no município do estabelecimento que presta serviço e igualmente foi rejeitado. E ainda, o veto que criava obstáculos ao financiamento das Santas Casas, que prestam importante serviço à sociedade.

Reitero, enfaticamente, em 2018, um ano com as características próprias que todos conhecemos em função das eleições, meu compromisso de diálogo, participação e resultados.

Evidentemente, não terei o mínimo de condições de fazer com que isso se concretize novamente sem a participação, sem a crítica construtiva e sem a colaboração dos membros desta Casa.

De coração, agradeço às senhoras e aos senhores Senadores por este ano de trabalho efetivo que juntos oferecemos ao Brasil. Somente juntos podemos buscar as melhores soluções para o País.

Finalmente, deixo o registro do meu sincero agradecimento aos servidores da Secretaria-Geral da Mesa, da Diretoria-Geral, da Comunicação Social, das Consultorias, das assessorias dos gabinetes, da segurança, da manutenção, enfim, aos que fazem funcionar todos os setores da Casa, pelo imprescindível apoio a nossas atividades.

Que Deus continue nos abençoando.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

NOTA INTRODUTÓRIA À PRESENTE EDIÇÃO

Uma das funções precípua da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal (SGM) é garantir que a manifestação da vontade política da maioria dos membros da Casa seja expressa por meio do processo legislativo e regimental. Uma das formas de concretizarmos essa garantia se dá por meio da publicação do Relatório da Presidência.

Desde 1830, o Senado Federal publica esse resultado de seus trabalhos, o que demonstra a sua estabilidade histórica e documental. Ele é o repositório anual de informações relevantes da atividade legislativa, tais como a relação dos senadores e das comissões, com seus respectivos integrantes, a relação das matérias legislativas que percorreram o ano, sejam elas recebidas da Câmara dos Deputados ou iniciadas aqui no Senado, e o destino de cada uma delas após sua deliberação. Podemos ainda citar, sem esgotarmos as informações contidas no Relatório, os pronunciamentos dos parlamentares, os pareceres das comissões, os requerimentos, as indicações de autoridades sujeitas ao exame do Senado etc.

Nunca é demais lembrar que a preocupação com a compilação dessas informações, considerada essencial tanto do ponto de vista legislativo quanto arquivístico e histórico, levou, nos últimos anos, ao desafio de continuarmos a oferecer, na mesma publicação, um crescente número de dados sem cometermos o erro de transformar o Relatório da Presidência em um enfadonho emaranhado de páginas.

Esse comprometimento com a qualidade da informação e com a modernização no seu acesso não só é imposição dos tempos atuais, mas também vem como reflexo natural de uma mudança constante nos processos de trabalho, pela qual a Secretaria-Geral da Mesa tem se destacado nos últimos anos. O resultado dessa nova SGM, especificamente no Relatório da Presidência, pode ser visto desde 2015, quando passamos a oferecer um documento mais dinâmico, acessível e compatível com as tecnologias disponíveis.

A Secretaria-Geral da Mesa como um todo tem trabalhado para chegarmos ao que temos hoje em relação à prestação de informação legislativa de qualidade, e o Relatório da Presidência que ora entregamos é um dos maiores exemplos dessa jornada. Notadamente em relação ao produto que agora apresentamos, faço um agradecimento especial aos colegas da Secretaria de Informação Legislativa (SINFLEG). Sob o comando de Fábio Liberal, seu diretor, e de João Murce Meneses, responsável pela Coordenação de Estatísticas,

Pesquisa e Relatórios Legislativos (COER), atuaram neste projeto os servidores Rogério Viana Bernardes, Chefe do Serviço do Relatório da Presidência, Daniel Wilson Cabral de Lemos, Chefe do Serviço de Relatórios Mensais e Estatísticas Legislativas, Iranildo Batista de Melo, Jorge Peil Marques Vaz, Luciana da Silveira Barreto, Robson Tetsuo Ito, Ronaldo Gallo Moraes e Wendell Barros Carvalho. Todo esse grupo esteve sob a supervisão de José Roberto Leite de Matos, Secretário-Geral da Mesa Adjunto.

A busca pela excelência e modernidade por parte da Secretaria-Geral da Mesa não se esgota com este Relatório da Presidência 2017. Ao contrário, sua publicação logo no início de mais uma Sessão Legislativa indica os caminhos a serem tomados neste ano – em que celebramos o trigésimo aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1988 e refletimos sobre o futuro de nosso país – e nos próximos, tanto para as próximas edições deste Relatório quanto para o Senado Federal como um todo, rumo ao terceiro século de existência desta Casa.

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO

Secretário-Geral da Mesa

Como acessar os arquivos disponíveis utilizando o QRCode

- 1 Baixe na sua loja de aplicativos um leitor para QRCode



- 2 Inicie o aplicativo e posicione a câmera de seu celular para focalizar o QRCode do documento que você quer acessar



- 3 Depois de reconhecer o QRCode, o próprio aplicativo vai abrir o documento ou a consulta dinâmica



- 4 Na página você tem fácil acesso a todas as informações disponibilizadas virtualmente

Download do Relatório da Presidência 2017:



www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-da-presidencia/2017

SUMÁRIO

INSTALAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2017 A 22/12/2017)	22
--	-----------

PARTE I - SENADO FEDERAL

A REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	33
A.1 Representação dos Estados e do Distrito Federal	35
A.2 Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal	42
B BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS	47
B.1 Blocos Parlamentares	49
B.2 Partidos Políticos	53
B.3 Liderança do Governo	61
C DIREÇÃO DOS TRABALHOS	63
C.1 Composição da Mesa	65
C.2 Exercício da Presidência da República pelo Presidente do Senado Federal	65
D SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS	67
D.1 Sessões e Reuniões Plenárias por tipo	69
D.2 Sessões Especiais e de Debates Temáticos, por finalidade	70
D.3 Sobrestamento de pauta por Medida Provisória e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional	71
E PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM PLENÁRIO	75

F COMISSÕES	87
F.1 Comissões Permanentes	89
F.2 Comissões Temporárias	96
G ÓRGÃOS	101
G.1 Órgãos de Premiação	103
G.2 Órgãos Técnicos	106
G.3 Órgãos de Caráter Consultivo	107
H MATÉRIAS LEGISLATIVAS	111
H.1 Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias	113
H.2 Demais Matérias Legislativas	122

PARTE II - CONGRESSO NACIONAL

A DIREÇÃO DOS TRABALHOS E LIDERANÇAS	131
A.1 Composição da Mesa	133
A.2 Lideranças do Congresso Nacional	134
B SESSÕES PLENÁRIAS	137
B.1 Sessões Conjuntas por tipo	139
B.2 Sessões Solenes por finalidade	139
C PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS EM PLENÁRIO	141
C.1 Senadores	143
C.2 Deputados	147
D COMISSÕES MISTAS	157
D.1 Comissões Mistas Permanentes	159
D.2 Comissões Mistas Temporárias	161

E	ÓRGÃOS	167
E.1	Órgão de Caráter Representativo	168
E.2	Órgão de Caráter Consultivo	168
E.3	Órgãos de Premiação	169
F	MATÉRIAS LEGISLATIVAS	171
F.1	Projetos e Medidas Provisórias	174
F.2	Vetos e demais Matérias Legislativas	176

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 181

NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA 182

**INDICAÇÕES DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA
E DEMAIS AUTORIDADES, DELIBERADAS** 183

QUESTÕES DE ORDEM, DECISÕES E ESCLARECIMENTOS 188

NOTAS 215

OBSERVAÇÕES RELATIVAS ÀS MATÉRIAS LEGISLATIVAS 216

SIGLAS UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO 218

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 221

**INSTALAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2017 A 22/12/2017)**



Às 17 horas e 30 minutos do dia 2 de fevereiro de 2017, reuniu-se o Congresso Nacional em Sessão Solene destinada a, nos termos do artigo 57 da Constituição Federal, inaugurar a Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira: o Exmo. Sr. Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; o Presidente da Câmara dos Deputados, S. Exª o Deputado Rodrigo Maia; os Exmos membros da Mesa do Congresso Nacional; e o 2º Secretário, Senador Gladson Cameli.

Aberta a sessão e instalados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional Brasileiro pela Banda dos Fuzileiros Navais. A seguir, o Exmo. Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira solicitou a todos um minuto de silêncio em memória à ex-primeira-dama

do Brasil durante oito anos, Sr^a Marisa Letícia Lula da Silva. Após o minuto de silêncio, convidou o Exmo. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, a fazer a entrega da mensagem do Poder Executivo, e o senhor 2º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Senador Gladson Cameli, procedeu à leitura da mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O Exmo. Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira comunicou, a seguir, a entrega à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal da Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

Fez uso da palavra, por fim, o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira:

“Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro de Estado Eliseu Padilha, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Giacobbo, 2º Secretário do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Gladson Cameli, 3º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal JHC, minhas senhoras e meus senhores, é com grande responsabilidade política e verdadeira emoção pessoal e cívica que me dirijo a V. Ex^{as} como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Ainda como universitário e morador da Casa do Estudante do Ceará, em pleno regime militar, compreendi a importância da liberdade de opinião, organização e manifestação e do direito de ir e vir e a relevância de um Parlamento livre, soberano e independente para o regime democrático e para a condução das questões nacionais e regionais.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, senhoras e senhores convidados, meu caro Ministro Eliseu Padilha, que aqui representa o Presidente da República Michel Temer.

Não temos direito de minimizar as concretas dificuldades que o Brasil enfrenta, mas não tenho nenhuma dúvida de que, ao compararmos a realidade de dois anos atrás com as perspectivas que temos hoje, as piores dificuldades já estão passando.

No início de 2016, vivíamos com os investidores internacionais e nacionais especulando sobre o risco de calote na dívida pública; a inflação anual rodando em torno de 11%; o desemprego e a recessão aumentando; e os analistas calculando se o nosso PIB seria negativo em 3% ou 4%. Hoje, os mesmos analistas dizem, com adequada moderação, que 2017 começa melhor que 2016. Evidentemente, estamos apenas começando. Ainda não saímos da recessão, mas podemos dizer que ela está - graças a Deus - no início do fim.

Sabemos que há problemas estruturais prestes a explodir caso não continuemos a buscar soluções negociadas, como as crises financeiras de Estados e de Municípios brasileiros. E o Congresso tem muito a colaborar para a solução desses problemas, apesar de não serem desafios corriqueiros, pois envolvem interesses diversos e naturais em função das conhecidas diferenças regionais do desenvolvimento brasileiro.

Reformar, reformar realmente tem que ser a palavra de ordem do Governo e do Congresso Nacional. Precisamos recolocar o Brasil no rumo do futuro.

Teremos pela frente um ano intenso. O Congresso, como sempre ocorre ao longo da história, será mais uma vez chamado a deliberar sobre matérias cruciais. As expectativas de todos são gigantescas, e assim é a nossa responsabilidade. Mais do que nunca, é importante

que nos concentremos nas tarefas que temos diante de nós. Façamos o necessário e façamos o melhor. Precisamos reforçar em nosso País as condições para que haja verdadeira cooperação. E não há cooperação possível onde prevalece a desconfiança, sentimento que divide e que, levado ao limite, inviabiliza a vida social.

Em uma sociedade plural como a nossa, sempre há divisões, sempre há conflitos; são inevitáveis. E justamente porque são inevitáveis é que precisamos confiar uns nos outros e nas instituições. Se perdermos essa confiança, perderemos tudo. Reforçar a credibilidade das instituições, estabelecer uma relação de efetiva cooperação entre os Poderes - tudo isso é condição necessária para que se consolide na sociedade um clima de mútua confiança.

Temos que ser ágeis, porque o País tem pressa. É inaceitável que milhões de pessoas voltem ou possam voltar a viver na miséria depois de terem tido acesso a condições de vida mais dignas. Precisamos achar o meio de construir uma Nação muito mais justa na repartição da riqueza e na distribuição das responsabilidades.

Precisamos investir na construção de um modelo de formação profissional que aproxime a juventude brasileira do mercado de trabalho, mas como atores produtivos e não como meros expectadores.

O potencial brasileiro é admirado internacionalmente, mas não conseguimos explicar ainda aos nossos admiradores por que não temos um projeto de Nação definido, nem por que não investimos com a devida ênfase em nossos potenciais. E o Brasil só será uma potência como nós desejamos quando se desenvolver com harmonia, otimismo e esperança.

Minhas senhoras e meus senhores, Exmo. Sr. Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados - a quem parabeno pela eleição na tarde de hoje -, acredito que o Congresso Nacional, como polo aglutinador das demandas do povo brasileiro e como instituição visceralmente ligada ao diálogo, tem todas as credenciais, toda a capacidade para unir o País em torno de um projeto comum de desenvolvimento. Cabe a nós Parlamentares boa parte dessas iniciativas, com responsabilidade.

O futuro será o que faremos com o nosso presente - e não será nada se não conseguirmos retirar o País do redemoinho da ineficiência, muitas vezes, e da improdutividade, que faz cavar mais fundo o nosso subdesenvolvimento. É imperativo que enfrentemos com coragem e determinação as reformas que se impõem e que, eventualmente, tocam temas polêmicos e sensíveis.

Cuidaremos, junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, de promover a modernização legal do País, acelerando a deliberação sobre normas importantes, como o Código Penal, o Código Comercial e também a atualização do Regimento Comum do Congresso Nacional, caso seja a vontade do Plenário.

Afirmo nossa determinação de perseverar no combate aos gastos excessivos e ao desperdício, em sintonia com o espírito do regime fiscal recentemente aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional.

Por fim, reconhecendo que os problemas da ineficiência, da improdutividade e do desperdício estão ligados ao tema recorrente da corrupção, quero dizer que estamos igualmente comprometidos em fazer avançar no Congresso Nacional, com serenidade e foco no

longo prazo, as medidas necessárias para fortalecer o combate a um dos males danosos para a democracia, por seu efeito especialmente corrosivo sobre a confiança.

Sr^{as}. e Srs. Congressistas, sempre evocamos, nessas ocasiões em que se reúnem representantes dos Poderes da República, os princípios da harmonia e do equilíbrio. Hoje quero ir um pouco mais além e novamente apelar para a necessidade de cooperação de todos. É preciso que trabalhemos nas respectivas esferas de competência, tendo em vista as necessidades a que devemos atender, não apenas de forma coordenada e harmônica, mas efetivamente colaborativa. Para isso, estamos dispostos a fazer avançar as discussões com todos os Poderes envolvidos, inclusive o Ministério Público.

Minhas senhoras e meus senhores, povo brasileiro, quero encerrar desejando a todos nós, Deputados e Senadores, sucesso e êxito em nosso trabalho e que tenhamos todos um excelente ano legislativo.

A todos, às autoridades civis, militares e eclesiásticas, e às senhoras e aos senhores convidados, agradeço pela presença com que nos honram nesta Sessão Solene.

Conclamo a todos para que façam eco ao meu apelo à cooperação e à confiança mútua, que vale tanto para as instituições que compõem a República, reunidas nos três Poderes, quanto para todos os brasileiros. Confiamos sobretudo em nossa capacidade de superar conflitos, sem a qual não haverá condições de pôr o País no rumo da prosperidade que todos nós almejamos.

Ao declarar aberto este ano legislativo do Congresso Nacional, faço votos de que a minha confiança e essa minha esperança possam ser por todos nós compartilhadas.

Como homem de fé, de muita fé, peço a Deus que nos ilumine a todos nessa nossa caminhada e nas nossas responsabilidades. Que Deus abençoe a todos.

Neste momento, antes de encerrar a sessão, eu quero agradecer a todas as autoridades, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro Eliseu Padilha, a todos que nos honraram com seu comparecimento.

Está encerrada a presente sessão.”

Encerrou-se a sessão às 18 horas e 02 minutos.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA 2017 SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL



SENADO FEDERAL

PARTE I





REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o artigo 46 da Constituição Federal. Nesse dispositivo, é possível notar a principal vocação da Casa. Enquanto a “Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo” (CF, art. 45), o Senado representa os Estados; é, portanto, o local onde deve prevalecer o equilíbrio de vontades entre as unidades da Federação.

Enquanto o número de deputados é definido proporcionalmente a partir do número de habitantes de cada unidade federativa, no Senado o cálculo é diferente. Cada um dos 26 Estados, e o Distrito Federal, possui exatamente o mesmo número de representantes, independentemente do seu contingente populacional: três, o que totaliza 81 senadores. Na prática, isso significa que o papel do Senado é minimizar as diferenças entre Estados e buscar o consenso.

No Brasil, as eleições para senador ocorrem a cada quatro anos, pelo princípio majoritário, para mandatos de oito anos; duas legislaturas, portanto. Por isso, a renovação do quadro nunca é total; há eleição para $\frac{1}{3}$ ou $\frac{2}{3}$ dos senadores da Casa, alternadamente (CF, art. 46, §2º). Cada senador é eleito com dois suplentes, que podem ser convocados para substituições em três casos: vaga, afastamento ou licença por prazo superior a 120 dias (RISF, art. 45).

Nas próximas páginas do Relatório, o leitor poderá visualizar todas as alterações ocorridas na representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal durante o ano: os senadores que se afastaram ou se licenciaram, as datas em que isso ocorreu e quem foram os suplentes que os substituíram.

UM SENADOR É SUBSTITUÍDO...

POR VAGA...

Nos casos de falecimento, renúncia e perda do mandato. Nessas hipóteses, a sucessão é definitiva e o suplente terminará o mandato.

... AFASTAMENTO...

Quando o senador assume certos cargos do Poder Executivo, como Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Prefeitura de Capital, ou chefe de missão diplomática temporária.

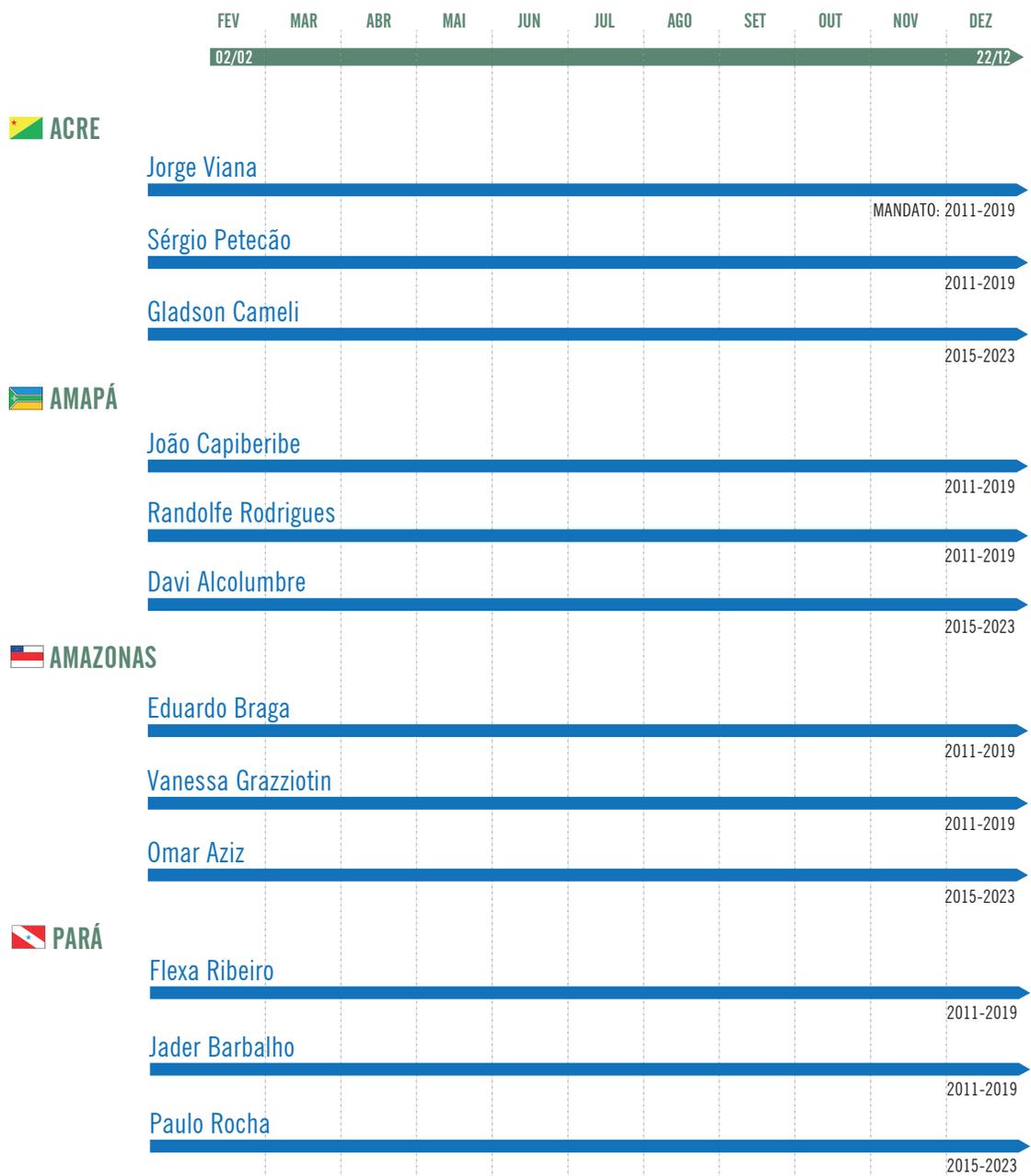
... OU LICENÇA

Em caso de doença ou para tratar de interesses particulares, quando a licença for superior a 120 dias.

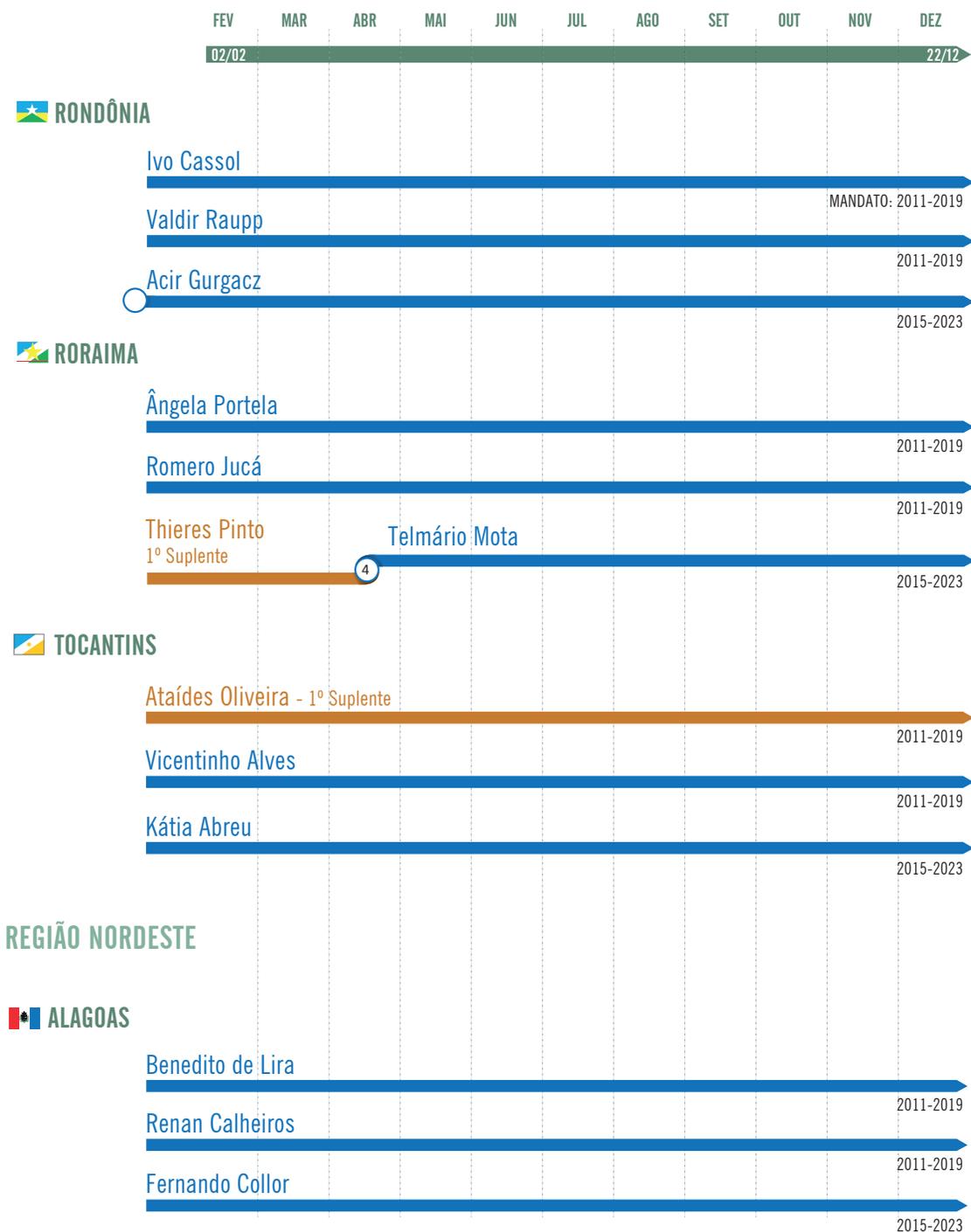
A.1 Representação dos Estados e do Distrito Federal

O gráfico com a linha do tempo abaixo representa todas as substituições de senadores ocorridas ao longo da Sessão Legislativa, por vaga, afastamento ou licença.

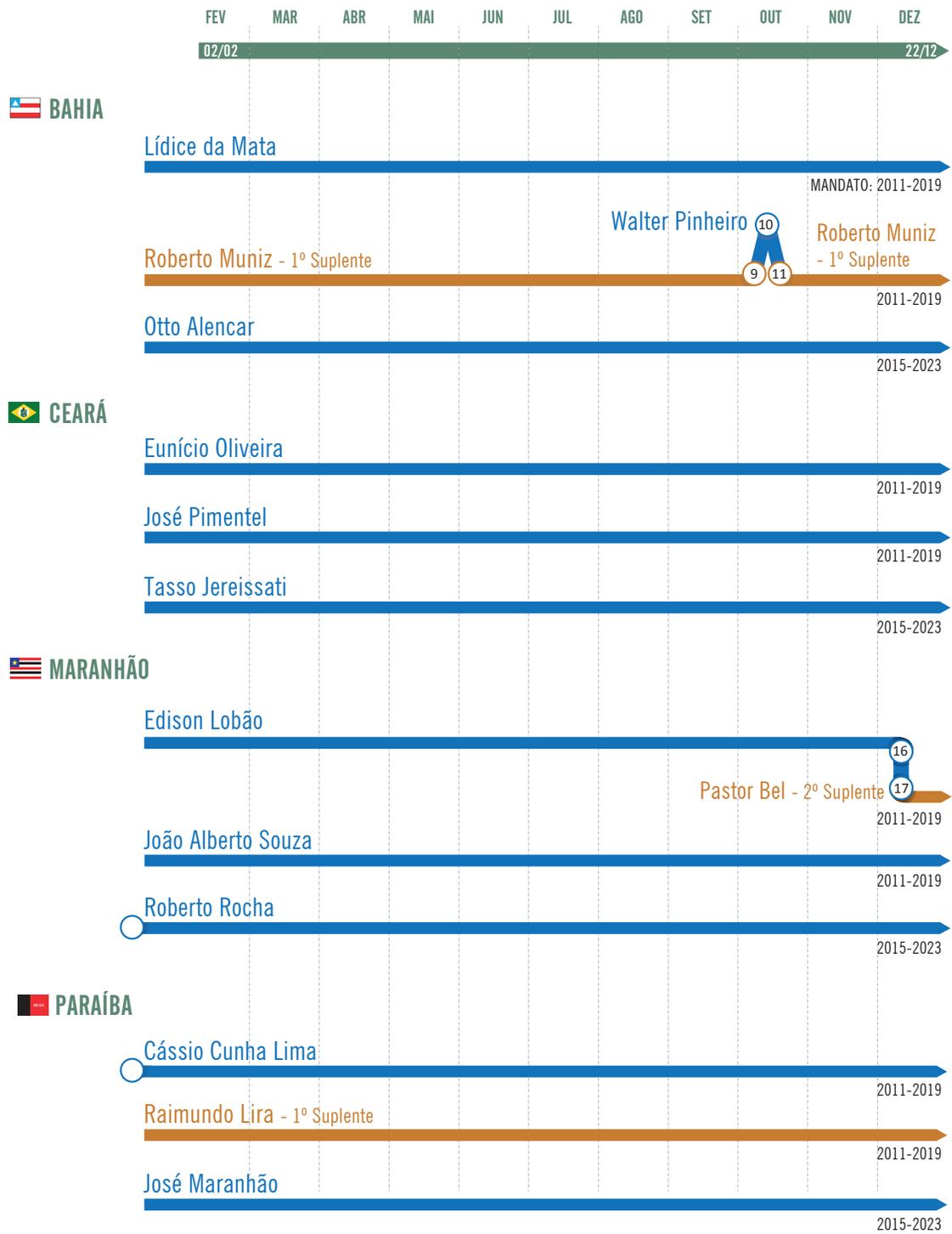
REGIÃO NORTE



LEGENDA: TITULAR SUPLENTE ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)



LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)



LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)



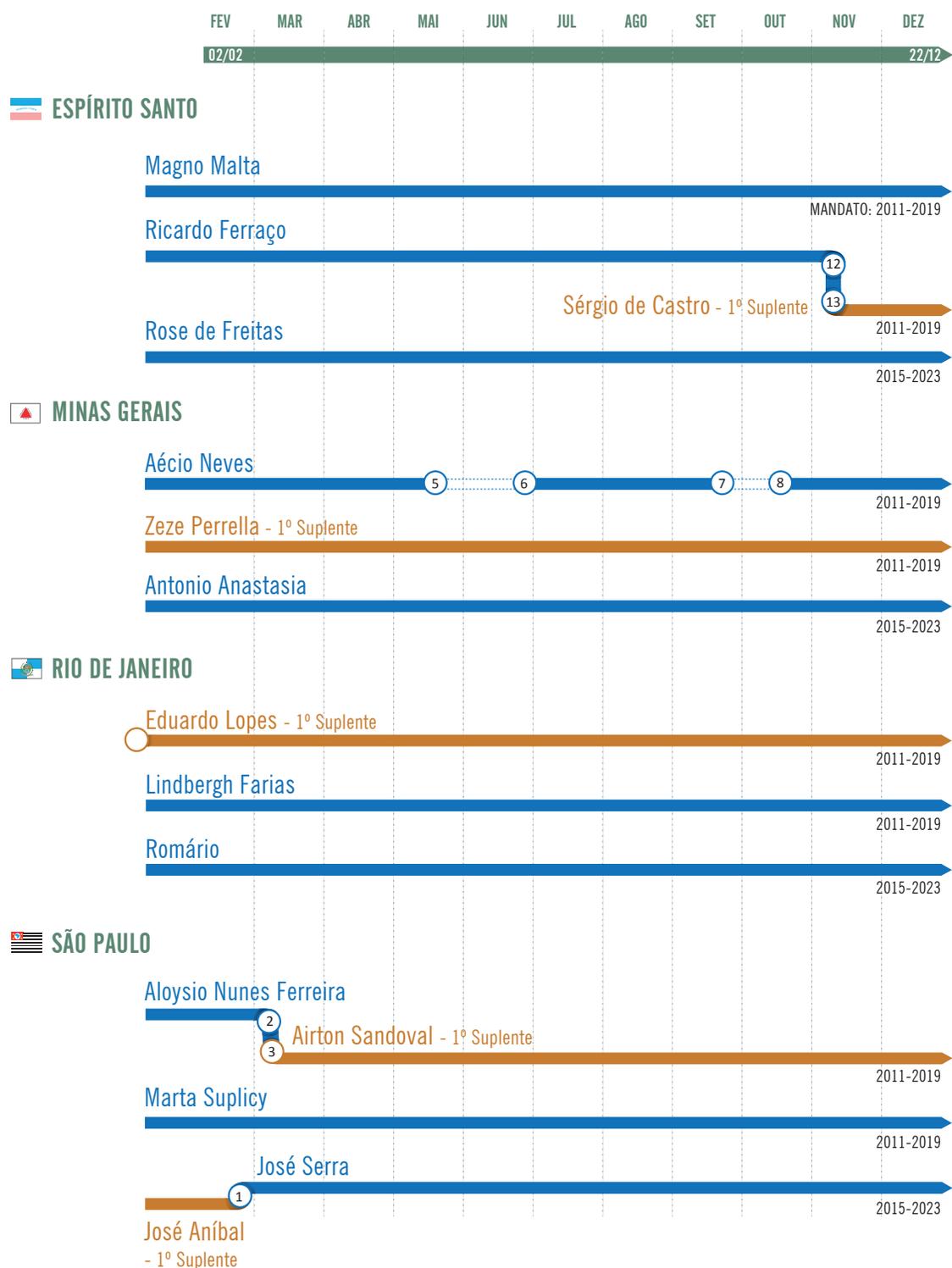
LEGENDA: TITULAR SUPLENTE ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO CENTRO-OESTE



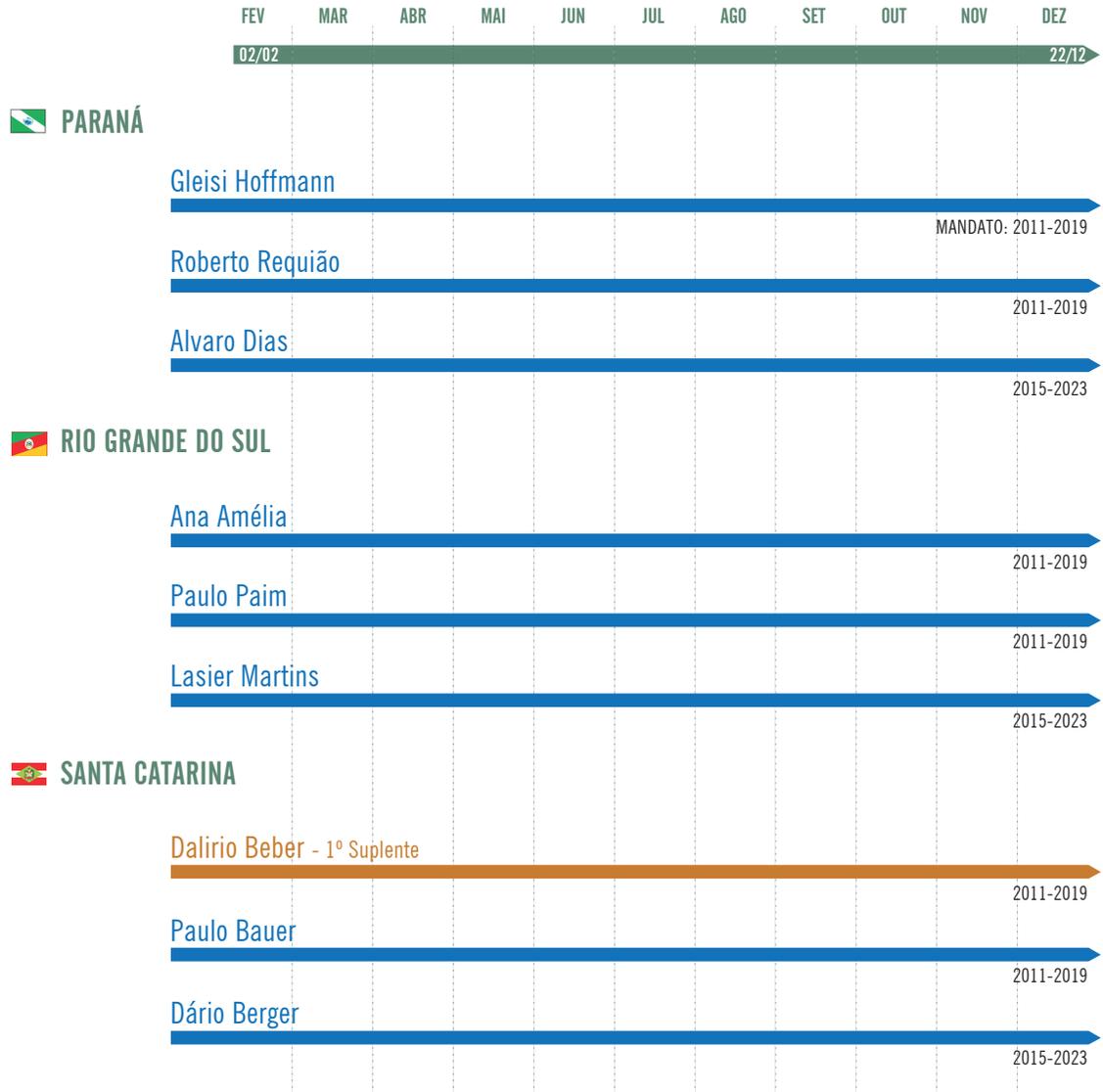
LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO SUDESTE



LEGENDA: TITULAR (seta azul) SUPLENTE (seta laranja) ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

REGIÃO SUL



LEGENDA: **TITULAR** **SUPLENTE** ○ Detalhamento das substituições (ver item A.2 desta seção)

A.2 Histórico das alterações na representação dos Estados e do Distrito Federal

Alterações ocorridas antes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 23/12/2016 e 01/02/2017):

- **Em 31/12/2016:** o Senador **Marcelo Crivella (PRB-RJ)** renuncia ao mandato para assumir o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.
- **Em 02/01/2017:** o Senador **Eduardo Lopes (PRB-RJ)**, 1º suplente do Senador Marcelo Crivella, reassume o exercício do mandato (Memo. nº 1/2017-GSELOP, DSF de 04/02/2017, p. 98).
- **Em 02/01/2017:** a Senadora **Maria do Carmo Alves (DEM-SE)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 2º suplente, Senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE) deixa o exercício do mandato (Exp. s/nº 2017, DSF de 07/02/2017, p. 48).
- **Em 05/01/2017:** o Senador **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Deca (PSDB-PB) deixa o exercício do mandato (Of. nº 1/2017, DSF de 07/02/2017, p. 46).
- **Em 14/01/2017:** o Senador **Acir Gurgacz (PDT-RO)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 2º suplente, Senador Pastor Valadares (PDT-RO) deixa o exercício do mandato (Memo. nº 1/2017, DSF de 07/02/2017, p. 47).
- **Em 27/01/2017:** o Senador **Roberto Rocha (PSB-MA)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) deixa o exercício do mandato.

Alterações ocorridas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2017 e 22/12/2017):

1. **Em 23/02/2017:** o Senador **José Serra (PSDB-SP)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador José Aníbal (PSDB-SP) deixa o exercício do mandato (Exp.s/nº 2017, DSF de 24/02/2017, p. 37).
2. **Em 07/03/2017:** o Senador **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)** afasta-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores (Memo. SANF nº 60/2017, DSF de 08/03/2017, p. 179).
3. **Em 09/03/2017:** o Senhor **Airton Sandoval Santana**, 1º suplente do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Airton Sandoval**, e comunica que representará o Estado de São Paulo como integrante da bancada do PMDB (DSF de 10/03/2017, p. 44).
4. **Em 17/04/2017:** o Senador **Telmário Mota (PTB-RR)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Thieres Pinto (PDT-RR) deixa o exercício do mandato (Memo. nº 1/2017-GSTMOTA, DSF de 18/04/2017, p. 136).
5. **Em 18/05/2017:** o Senador **Aécio Neves (PSDB-MG)** é afastado do exercício do mandato por determinação do Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 4.327, relator Min. Edson Fachin).
6. **Em 30/06/2017:** o Senador **Aécio Neves (PSDB-MG)** retorna ao exercício do mandato por determinação do Supremo Tribunal Federal (Agravo Regimental na Ação Cautelar nº 4.327, relator Min. Marco Aurélio).
7. **Em 28/09/2017:** o Senador **Aécio Neves (PSDB-MG)** é afastado do exercício do mandato por determinação do Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 4.327, relator Min. Edson Fachin) (DSF de 29/09/2017, p.11).
8. **Em 17/10/2017:** o Senador **Aécio Neves (PSDB-MG)** retorna ao exercício do mandato por votação nominal no

plenário do Senado, que rejeitou a decisão da Primeira Turma do STF (DSF de 18/10/2017, p. 63).

9. **Em 17/10/2017:** o Senador **Walter Pinheiro (Sem partido-BA)** reassume o exercício do mandato. Por conseguinte, seu 1º suplente, Senador Roberto Muniz (PP-BA) deixa o exercício do mandato (Memo. nº 47/2017, DSF de 18/10/2017, p. 67).
10. **Em 18/10/2017:** o Senador **Walter Pinheiro (Sem Partido-BA)** afasta-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário da Educação do Estado da Bahia (Memo. nº 48/2017 – GSWPIN, DSF de 20/10/2017, p. 60).
11. **Em 19/10/2017:** o Senador **Roberto Muniz (PP-BA)**, 1º suplente do Senador Walter Pinheiro (Sem Partido-BA), reassume o exercício do mandato.
12. **Em 07/11/2017:** o Senador **Ricardo Ferraço (PSDB-ES)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 959 e 960/2017, DSF de 08/11/2017, pp. 213 a 216).
13. **Em 08/11/2017:** o Senhor Sérgio Rogério de Castro, 1º suplente do Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Sérgio de Castro**, e comunica que representará o Estado do Espírito Santo como integrante da bancada do PDT (DSF de 09/11/2017, p. 49).
14. **Em 22/11/2017:** o Senador **Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 1000 e 1001/2017, DSF de 23/11/2017, pp. 138 a 141).
15. **Em 22/11/2017:** o Senhor Elber Batalha de Goes, 2º suplente do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Elber Batalha**, e comunica que representará o Estado de Sergipe como integrante da bancada do PSB (DSF de 23/11/2017, p. 40).
16. **Em 18/12/2017:** o Senador **Edison Lobão (PMDB-MA)** se licencia para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 1093 e 1094/2017, DSF de 19/12/2017, pp. 281 a 284).
17. **Em 18/12/2017:** o Senhor Heber Waldo Silva Costa, 2º suplente do Senador Edison Lobão (PMDB-MA), presta compromisso regimental, informa seu nome parlamentar, **Pastor Bel**, e comunica que representará o Estado do Maranhão como integrante da bancada do PRTB (DSF de 19/12/2017, p. 26).

O RAIO-X DOS SENADORES BRASILEIROS

Quem são os 81 senadores que compuseram o Senado Federal no ano*

QUANTOS HOMENS E QUANTAS MULHERES?

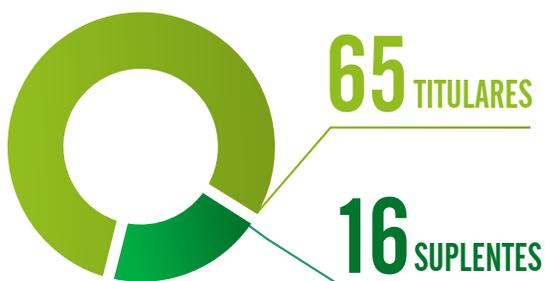


A MÉDIA DE IDADE DOS SENADORES É DE:



*Dados referentes ao final da Sessão Legislativa

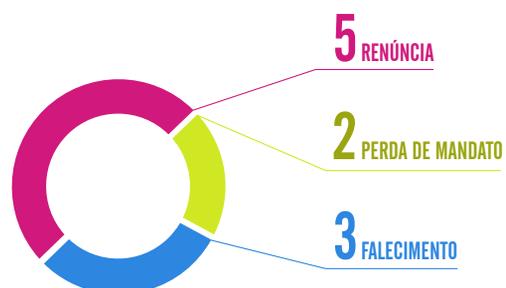
SENADORES TITULARES E SUPLENTE*



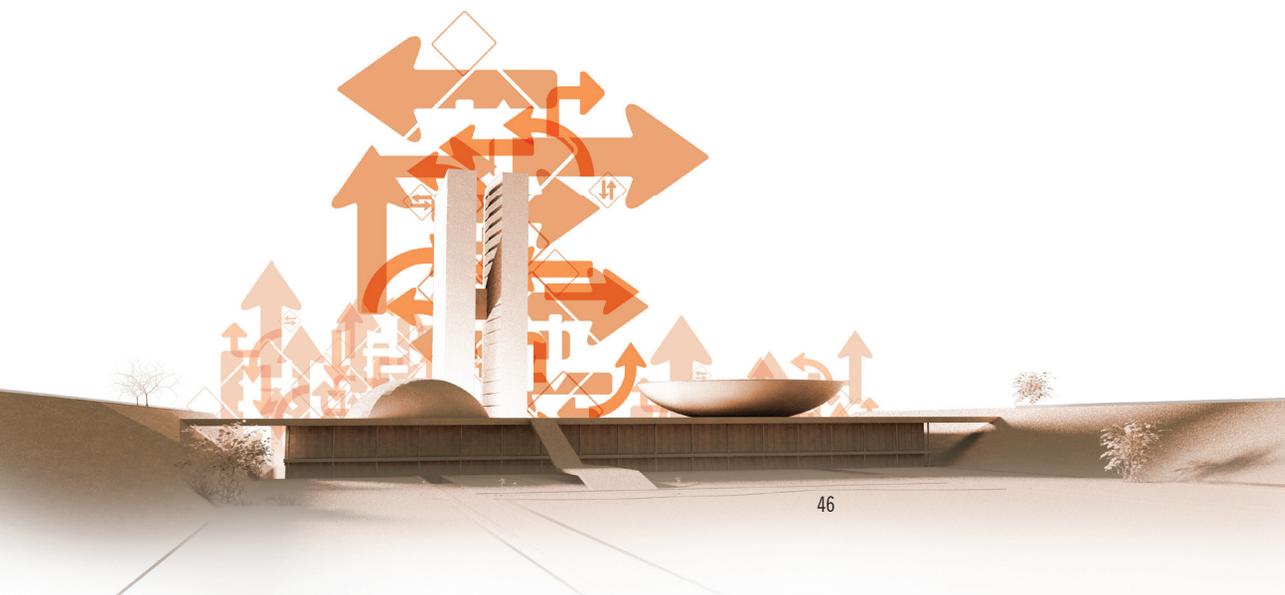
EXERCÍCIO DO MANDATO POR SUPLENTE:



SUPLENTES QUE ASSUMIRAM POR VAGA:



*Dados referentes ao final da Sessão Legislativa. Alguns casos de suplência podem ser reflexos de anos anteriores.



B

BLOCOS PARLAMENTARES, PARTIDOS POLÍTICOS E LIDERANÇAS

A organização de parlamentares em grupos políticos é inerente à atividade legislativa. Um dos mais importantes desses agrupamentos são os partidos políticos. Eles podem ser definidos como pessoas jurídicas de direito privado que existem para assegurar a autenticidade do sistema representativo e defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal (Lei 9096/95, art. 1º).

No sistema eleitoral brasileiro, só pode lançar candidatura quem estiver filiado a um partido; é uma condição de elegibilidade prevista na Constituição Federal (CF, art. 14, §3º, V). Uma vez em exercício, os senadores podem, entretanto, mudar de partido ou mesmo desvincular-se dele.

Quando dois ou mais partidos se unem, com ao menos um décimo dos senadores, eles formam um bloco parlamentar (RISF, art. 61). A Maioria é o bloco ou representação partidária que agrega a maioria absoluta da Casa ou que tiver o maior número de integrantes, quando nenhum bloco possuir a maioria absoluta (RISF, art. 65, §§ 1º e 5º). A Minoria é o maior bloco ou representação partidária que fizer oposição à Maioria (RISF, art. 65, §2º). Há ainda possibilidade de formação de outros blocos parlamentares, por vontade das lideranças.

Quando um bloco se forma, sua liderança é assumida por um dos líderes dos partidos que compõem o bloco. Além das lideranças de blocos, o Regimento prevê ainda a existência de um líder de governo, indicado pelo Presidente da República, que por sua vez pode indicar vice-líderes entre os representantes dos partidos que apoiam o governo (RISF, art. 66-A).

Nas próximas páginas do Relatório, o leitor poderá visualizar a composição dos blocos parlamentares e dos partidos políticos com representação no Senado, com as eventuais alterações ocorridas no ano. Também poderá verificar que senadores mudaram de partido, e quando isso ocorreu.

19 PARTIDOS
POLÍTICOS*

ATUAM NO SENADO

13 SENADORES MUDARAM DE PARTIDO

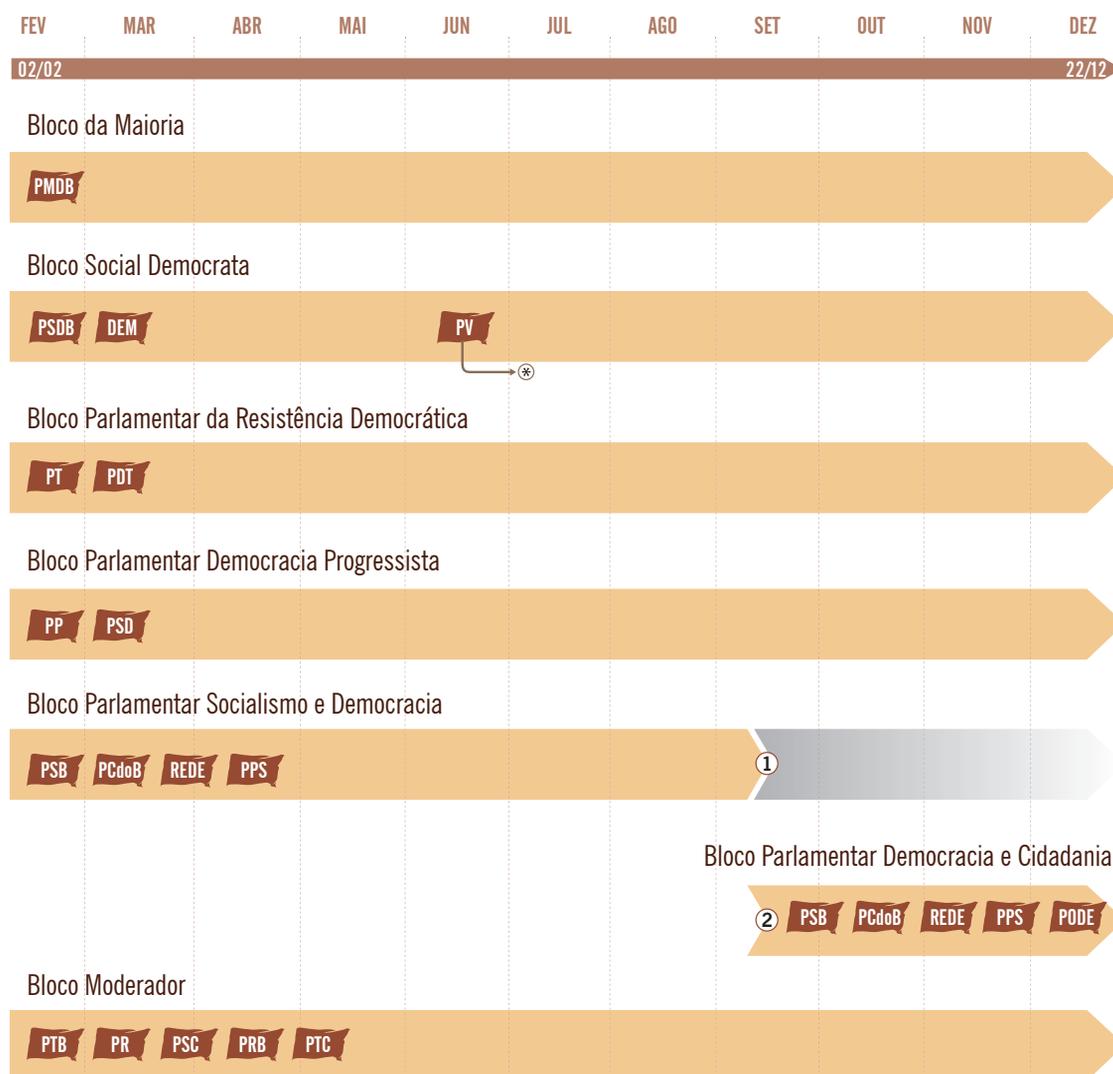
QUANTOS SENADORES PERTENCEM
A CADA PARTIDO NO SENADO FEDERAL?*

PMDB	20
PSDB	11
PT	9
PP	7
DEM	4
PR	4
PSB	4
PSD	4
PDT	3
PODE	3
PTB	2
PCdoB	1
PPS	1
PRB	1
PROS	1
PRTB	1
PSC	1
PTC	1
REDE	1
SEM PARTIDO	2

*Dados referentes ao final da Sessão Legislativa

B.1 Blocos Parlamentares

B.1.1 – Composição



1. Em 21/09/2017: Extingue-se o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (DSF de 22/09/2017, p. 49).
2. Em 27/09/2017: A Liderança do PODE informa a constituição do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, composto pelos partidos: PODE, PSB, REDE, PCdoB e PPS e indicação do Senador João Capiberibe como Líder do referido Bloco (Memo. nº 86/2017, DSF de 28/09/2017, p. 113).

* Devido à desfiliação do Senador Alvaro Dias, em 04/07/2017, o PV deixa de ter representação no Senado Federal.

B.1.2 – Lideranças e alterações

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Bloco da Maioria	Líder	Eunício Oliveira	6,9	Raimundo Lira
Bloco Social Democrata	Líder	José Agripino	10	Eduardo Amorim
	1º Vice-Líder	Ricardo Ferraço	13	-
	2º Vice-Líder	Davi Alcolumbre	-	Davi Alcolumbre
	3º Vice-Líder	Ataídes Oliveira	-	Ataídes Oliveira
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	Líder	Humberto Costa	4, 8	Lindbergh Farias
	1º Vice-Líder	Acir Gurgacz	-	Acir Gurgacz
	2º Vice-Líder	Lindbergh Farias	8	-
	3º Vice-Líder	-	-	-
	4º Vice-Líder	Gleisi Hoffmann	4	-
	5º Vice-Líder	Regina Sousa	-	Regina Sousa
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	Líder	Omar Aziz	5	Wilder Morais
	1º Vice-Líder	Benedito de Lira	-	Benedito de Lira
	2º Vice-Líder	Otto Alencar	-	Otto Alencar
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia*	Líder	Randolfe Rodrigues	3	-
	1º Vice-Líder	Antonio Carlos Valadares	-	-
	2º Vice-Líder	Vanessa Grazziotin	-	-
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania	Líder	-	11	João Capiberibe
	1º Vice-Líder	-	12	Antonio Carlos Valadares
	2º Vice-Líder	-	12	Vanessa Grazziotin
Bloco Moderador	Líder	Fernando Collor	1	Wellington Fagundes
	Vice-Líder	Wellington Fagundes	7	Telmário Mota
Minoria	Líder	Lindbergh Farias	2	Humberto Costa

*Em 21/09/2017, extinguiu-se o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.

Alterações ocorridas antes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 23/12/2016 e 01/02/2017)

- **Em 31/01/2017:** o Senador **Elmano Ferrer** comunicou seu desligamento do PTB e, portanto, da vice-liderança do Bloco Moderador (Memo. nº 3/2017-GSEFERRE, DSF de 02/02/2017, p. 45).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Eduardo Amorim** deixou a vice-liderança do Bloco Moderador em virtude de sua desfiliação do PSC (Exp. s/nº 2017, DSF de 02/02/2017, p. 58).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Telmário Mota** deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT em virtude de sua desfiliação do partido (Exp. s/nº 2017, DSF de 02/02/2017, p. 62).

Alterações ocorridas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2017 e 22/12/2017)

1. **Em 03/02/2017:** o Senador **Wellington Fagundes** foi designado líder do Bloco Moderador (Of. nº 1/2017-BLUMOD, DSF de 04/02/2017, p. 90).
2. **Em 08/02/2017:** o Senador **Humberto Costa** foi designado líder da Minoria (Of. nº 2/2017-GLDPT, DSF de 09/02/2017, p. 126).
3. **Em 08/02/2017:** o Senador **João Capiberibe** foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo. nº 2/2017-GLBSD, DSF de 09/02/2017, p. 127).
4. **Em 09/03/2017:** a Senadora **Gleisi Hoffmann** foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. nº 1/2017-BLPRD, DSF de 10/03/2017, p. 130).
5. **Em 14/03/2017:** o Senador **Wilder Moraes** foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 17/2017-GLDPRO, DSF de 15/03/2017, p. 111).
6. **Em 22/03/2017:** o Senador **Renan Calheiros** foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
7. **Em 28/04/2017:** o Senador **Telmário Mota** foi designado 1º vice-líder do Bloco Moderador (Of. nº 61/2017-BLOMOD, DSF de 29/04/2017, p. 43).
8. **Em 19/06/2017:** o Senador **Lindbergh Farias** foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. nº 78/2017-GLDPRD, DSF de 20/06/2017, p. 62).
9. **Em 05/07/2017:** o Senador **Raimundo Lira** foi designado líder do PMDB e da Maioria (Memo. nº 39/2017-GLPMDB, DSF de 06/07/2017, p. 120).
10. **Em 02/08/2017:** o Senador **Eduardo Amorim** foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/nº, DSF de 03/08/2017, p. 129).
11. **Em 27/09/2017:** o Senador **João Capiberibe** foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 86/2017-BLSDEM, DSF de 28/09/2017, p. 113).
12. **Em 31/10/2017:** os Senadores **Randolfe Rodrigues** e **Vanessa Grazziotin** foram designados, respectivamente, 1º e 2º vice-líderes do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 8/2017-GLBPDC, DSF de 01/11/2017, p. 104).
13. **Em 07/11/2017:** o Senador **Ricardo Ferraço** licenciou-se para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 959 e 960/2017, DSF de 08/11/2017, pp. 213 a 216).

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS SENADORES POR BLOCO PARLAMENTAR*

	■ Maioria (PMDB)	■ Bloco Social Democrata	■ Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	■ Bloco Parlamentar Democracia Progressista	■ Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania	■ Bloco Moderador
REGIÃO NORTE	4	3	4	4	3	2
REGIÃO NORDESTE	8	6	4	4	2	2
REGIÃO CENTRO-OESTE	2	1		1	3	3
REGIÃO SUDESTE	4	3	2		1	2
REGIÃO SUL	2	2	2	2	1	

*Dados referentes ao final da Sessão Legislativa

B.2 Partidos Políticos

B.2.1 – Composição e alterações

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PMDB	21 integrantes			20 integrantes
	-	-	2,3	Airton Sandoval
	Dário Berger	-	-	Dário Berger
	Edison Lobão	-	16,17	-
	Eduardo Braga	-	-	Eduardo Braga
	Elmano Férrer	-	-	Elmano Férrer
	Eunício Oliveira	-	-	Eunício Oliveira
	-	5,6	-	Fernando Bezerra Coelho
	Garibaldi Alves Filho	-	-	Garibaldi Alves Filho
	Hélio José	9	-	-
	Jader Barbalho	-	-	Jader Barbalho
	João Alberto Souza	-	-	João Alberto Souza
	José Maranhão	-	-	José Maranhão
	Kátia Abreu	10	-	-
	Marta Suplicy	-	-	Marta Suplicy
	Raimundo Lira	-	-	Raimundo Lira
	Renan Calheiros	-	-	Renan Calheiros
	Roberto Requião	-	-	Roberto Requião
	Romero Jucá	-	-	Romero Jucá
	Rose de Freitas	-	-	Rose de Freitas
	Simone Tebet	-	-	Simone Tebet
Valdir Raupp	-	-	Valdir Raupp	
Waldemir Moka	-	-	Waldemir Moka	
Zeze Perrella	-	-	Zeze Perrella	

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSDB	12 integrantes			11 integrantes
	Aécio Neves	-	5,6,7,8	Aécio Neves
	Aloysio Nunes Ferreira	-	2,3	-
	Antonio Anastasia	-	-	Antonio Anastasia
	Ataídes Oliveira	-	-	Ataídes Oliveira
	Cássio Cunha Lima	-	-	Cássio Cunha Lima
	Dalirio Beber	-	-	Dalirio Beber
	Eduardo Amorim	-	-	Eduardo Amorim
	Flexa Ribeiro	-	-	Flexa Ribeiro
	José Aníbal	-	1	José Serra
	Paulo Bauer	-	-	Paulo Bauer
	Ricardo Ferraço	-	12,13	-
	-	7,8	-	Roberto Rocha
	Tasso Jereissati	-	-	Tasso Jereissati
PT	10 integrantes			9 integrantes
	Ângela Portela	1	-	-
	Fátima Bezerra	-	-	Fátima Bezerra
	Gleisi Hoffmann	-	-	Gleisi Hoffmann
	Humberto Costa	-	-	Humberto Costa
	Jorge Viana	-	-	Jorge Viana
	José Pimentel	-	-	José Pimentel
	Lindbergh Farias	-	-	Lindbergh Farias
	Paulo Paim	-	-	Paulo Paim
	Paulo Rocha	-	-	Paulo Rocha
	Regina Sousa	-	-	Regina Sousa
PP	7 integrantes			7 integrantes
	Ana Amélia	-	-	Ana Amélia
	Benedito de Lira	-	-	Benedito de Lira
	Ciro Nogueira	-	-	Ciro Nogueira
	Gladson Cameli	-	-	Gladson Cameli
	Ivo Cassol	-	-	Ivo Cassol
	Roberto Muniz	-	9,10,11	Roberto Muniz
	Wilder Morais	-	-	Wilder Morais

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PSB	7 integrantes			4 integrantes
	Antonio Carlos Valadares	-	14,15	Elber Batalha
	Fernando Bezerra Coelho	5,6	-	-
	João Capiberibe	-	-	João Capiberibe
	Lídice da Mata	-	-	Lídice da Mata
	Lúcia Vânia	-	-	Lúcia Vânia
	Roberto Rocha	7,8	-	-
	Romário	3	-	-
PSD	5 integrantes			4 integrantes
	José Medeiros	4	-	-
	Lasier Martins	-	-	Lasier Martins
	Omar Aziz	-	-	Omar Aziz
	Otto Alencar	-	-	Otto Alencar
	Sérgio Petecão	-	-	Sérgio Petecão
DEM	4 integrantes			4 integrantes
	Davi Alcolumbre	-	-	Davi Alcolumbre
	José Agripino	-	-	José Agripino
	Maria do Carmo Alves	-	-	Maria do Carmo Alves
	Ronaldo Caiado	-	-	Ronaldo Caiado
PR	4 integrantes			4 integrantes
	Cidinho Santos	-	-	Cidinho Santos
	Magno Malta	-	-	Magno Malta
	Vicentinho Alves	-	-	Vicentinho Alves
	Wellington Fagundes	-	-	Wellington Fagundes
PTB	2 integrantes			2 integrantes
	Armando Monteiro	-	-	Armando Monteiro
	Thieres Pinto (S)	-	2	Telmário Mota
PCdoB	1 integrante			1 integrante
	Vanessa Grazziotin	-	-	Vanessa Grazziotin

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

Partido	Composição ao início da Sessão Legislativa	Alterações		Composição ao final da Sessão Legislativa
		Partido	Mandato*	
PDT	1 integrantes			3 integrantes
	Acir Gurgacz	-	-	Acir Gurgacz
	-	1	-	Ângela Portela
	-	-	12,13	Sérgio de Castro
PPS	1 integrante			1 integrante
	Cristovam Buarque	-	-	Cristovam Buarque
PRB	1 integrante			1 integrante
	Eduardo Lopes	-	-	Eduardo Lopes
PSC	1 integrante			1 integrantes
	Pedro Chaves	-	-	Pedro Chaves
PV	1 integrante			0 integrante
	Alvaro Dias	2	-	-
PTC	1 integrante			1 integrante
	Fernando Collor	-	-	Fernando Collor
REDE	1 integrante			1 integrante
	Randolfe Rodrigues	-	-	Randolfe Rodrigues
PODE	0 integrantes			3 integrantes
	-	2	-	Alvaro Dias
	-	4	-	José Medeiros
	-	3	-	Romário
PROS	0 integrante			1 integrante
	-	9	-	Hélio José
PRTB	0 integrante			1 integrante
	-	-	16,17	Pastor Bel
Sem Partido	1 integrante			2 integrantes
	Reguffe	-	-	Reguffe
	-	10	-	Kátia Abreu

* Para ver as observações relativas ao mandato, deve-se consultar o item A.2, parte I, deste Relatório.

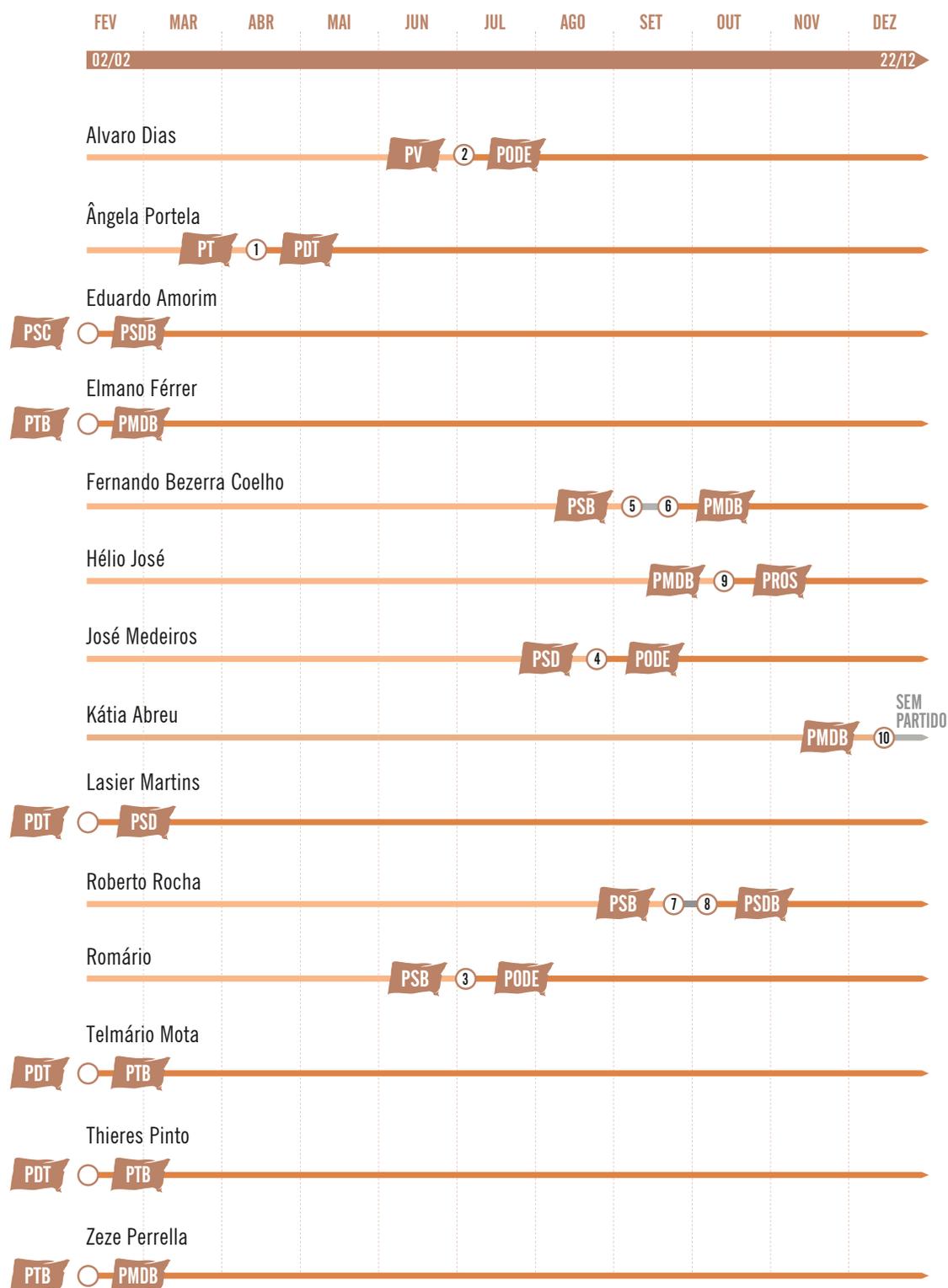
Alterações ocorridas antes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 23/12/2016 e 01/02/2017)

- **Em 01/02/2017:** o Senador **Eduardo Amorim** comunica sua filiação ao PSDB (Exp. s/nº/2017, DSF de 02/02/2017, p. 44).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Elmano Férrer** comunica sua desfiliação do PTB e sua filiação ao PMDB (Memo. nº 3/2017, DSF de 02/02/2017, p. 45).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Lasier Martins** comunica sua desfiliação do PDT e sua filiação ao PSD (Exp.s/nº/2017, DSF de 02/02/2017, p. 46).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Thieres Pinto** comunica sua filiação ao PTB (Of. nº 9/2017, DSF de 02/02/2017, p. 49).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Zeze Perrella** comunica sua desfiliação do PTB e sua filiação ao PMDB (Of. nº 7/2017, DSF de 02/02/2017, p. 53).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Telmário Mota** comunica sua filiação ao PTB (Exp. s/nº/2017, DSF de 03/02/2017, p. 62).

Alterações ocorridas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2017 e 22/12/2017)

1. **Em 17/04/2017:** a Senadora **Ângela Portela** comunica sua desfiliação do PT e filiação ao PDT (Exp. s/nº/2017, DSF de 18/04/2017, p. 135).
2. **Em 04/07/2017:** o Senador **Alvaro Dias** comunica sua desfiliação do PV e filiação ao PODE (Memo. nº 11/2017, DSF de 05/07/2017, p. 264).
3. **Em 04/07/2017:** o Senador **Romário** comunica sua desfiliação do PSB e filiação ao PODE (Memo. nº 8/2017, DSF de 05/07/2017, p. 266).
4. **Em 22/08/2017:** o Senador **José Medeiros** comunica sua desfiliação do PSD e filiação ao PODE (Of. s/n /2017, DSF de 23/08/2017, p. 71).
5. **Em 05/09/2017:** o Senador **Fernando Bezerra Coelho** comunica sua desfiliação do PSB (Memo. nº 67/2017-GSFERCOE, DSF de 06/09/2017, p. 66).
6. **Em 13/09/2017:** o Senador **Fernando Bezerra Coelho** comunica sua filiação ao PMDB (Memo. nº 68/2017/GSFERCOE, DSF de 14/09/2017, p. 109).
7. **Em 28/09/2017:** o Senador **Roberto Rocha** comunica sua desfiliação do PSB (Of. nº 247/2017 – GSRR, DSF de 29/09/2017, p. 72).
8. **Em 09/10/2017:** o Senador **Roberto Rocha** comunica sua filiação ao PSDB (Of. nº 255/2017 – GSRR, DSF de 10/10/2017, p. 88).
9. **Em 11/10/2017:** o Senador **Hélio José** comunica sua desfiliação do PMDB e filiação ao PROS (Memo. GSHJOSE nº 315/2017, DSF de 12/10/2017, p. 83).
10. **Em 11/12/2017:** a Senadora **Kátia Abreu** tem sua filiação ao PMDB cancelada (Of. nº 81/2017, DSF de 12/12/2017, p. 153).

SENADORES QUE MUDARAM DE PARTIDO



B.2.2 – Lideranças e alterações

Partido	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
PMDB	Líder	Renan Calheiros	14	Raimundo Lira
	1º Vice-Líder	Waldemir Moka	9,16	Valdir Raupp
	2º Vice-Líder	Rose de Freitas	9,16	Simone Tebet
PT	Líder	Humberto Costa	5,11	Lindbergh Farias
	1º Vice-Líder	Lindbergh Farias	10	Paulo Rocha
	2º Vice-Líder	Gleisi Hoffmann	5,10,11	-
	3º Vice-Líder	Fátima Bezerra	10	-
PSDB	Líder	Paulo Bauer	-	Paulo Bauer
	1º Vice-Líder	-	4,23	Roberto Rocha
	2º Vice-Líder	José Aníbal	8	-
PTB	Líder	Armando Monteiro	-	Armando Monteiro
PP	Líder	Benedito de Lira	-	Benedito de Lira
PDT	Líder	-	6,15	Acir Gurgacz
PR	Líder	Vicentinho Alves	-	Vicentinho Alves
	Vice-Líder	-	1	Magno Malta
DEM	Líder	Ronaldo Caiado	-	Ronaldo Caiado
	Vice-Líder	José Agripino	-	José Agripino
PSB	Líder	Fernando Bezerra Coelho	18,19	Lídice da Mata
	Vice-Líder	Roberto Rocha	3,19,22	-
PCdoB	Líder	Vanessa Grazziotin	-	Vanessa Grazziotin
PSC	Líder	-	2	Pedro Chaves
PRB	Líder	Eduardo Lopes	-	Eduardo Lopes
PSD	Líder	Omar Aziz	-	Omar Aziz
	Vice-Líder	Sérgio Petecão	7	Lasier Martins
PPS	Líder	Cristovam Buarque	-	Cristovam Buarque
PV	Líder	Alvaro Dias	12	-
REDE	Líder	Randolfe Rodrigues	-	Randolfe Rodrigues
PTC	Líder	Fernando Collor	-	Fernando Collor
PROS	Líder	-	21	Hélio José
PODE	Líder	-	13	Alvaro Dias
	Vice-Líder	-	13,17,20	Romário

Alterações ocorridas antes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 23/12/2016 e 01/02/2017)

- **Em 02/01/2017:** o Senador **Eduardo Lopes** foi designado líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP, DSF 04/02/2017, p. 98).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Armando Monteiro** foi designado líder do PTB (Comunicação s/nº 2017, DSF de 02/02/2017, p. 42).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Elmano Férrer** deixou a vice-liderança do PTB em virtude de sua desfiliação do partido (Memo. nº 3/2017-GSEFERRE, DSF de 02/02/2017, p. 45).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Lasier Martins** deixou a liderança do PDT em virtude de sua desfiliação do partido (DSF de 02/02/2017, p. 46).
- **Em 31/01/2017:** o Senador **Telmário Mota** deixou a vice-liderança do PDT em virtude de sua desfiliação do partido (DSF de 02/02/2017, p. 62).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Renan Calheiros** foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017, DSF de 02/02/2017, p. 39).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Paulo Bauer** foi designado líder do PSDB (Comunicação s/nº/2017, DSF de 02/02/2017, p. 41).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Omar Aziz** foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD, DSF de 02/02/2017, p. 43).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Vicentinho Alves** foi designado líder do PR (Of. s/nº/2017-GLPR, DSF de 02/02/2017, p. 50).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Ronaldo Caiado** foi designado líder do DEM (Of. nº 1/2017-GLDEM, DSF de 02/02/2017, p. 51).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Benedito de Lira** foi designado líder do PP (Of. nº 1/2017-GLDPP, DSF de 02/02/2017, p. 52).
- **Em 01/02/2017:** o Senador **Fernando Bezerra Coelho** foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017, DSF de 02/02/2017, p. 54).

Alterações ocorridas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura (entre 02/02/2017 e 22/12/2017)

1. **Em 03/02/2017:** o Senador **Magno Malta** foi designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017, DSF de 04/02/2017, p. 89).
2. **Em 06/02/2017:** o Senador **Pedro Chaves** foi designado líder do PSC (Of. nº 11/2017-GSPCHAV, DSF de 07/02/2017, p. 49).
3. **Em 06/02/2017:** o Senador **Roberto Rocha** foi designado vice-líder do PSB (Of. nº 2/2017-GLPSB, DSF de 07/02/2017, p. 50).
4. **Em 07/02/2017:** o Senador **Ricardo Ferraço** foi designado vice-líder do PSDB (Of. nº 42/2017-GLPSDB, DSF de 08/02/2017, p. 95).
5. **Em 08/02/2017:** a Senadora **Gleisi Hoffmann** foi designada líder do PT (Of. nº 1/2017-GLDPT, DSF de 09/02/2017, p. 125).
6. **Em 09/02/2017:** o Senador **Acir Gurgacz** foi designado líder do PDT (Of. nº 4/2017-GLPDT).
7. **Em 22/02/2017:** o Senador **Lasier Martins** foi designado vice-líder do PSD (Memo. nº 3/2017-GLPSD, DSF de 23/02/2017, p. 329).
8. **Em 23/02/2017:** o Senador **José Aníbal** deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra (DSF de 24/02/2017, p. 37).
9. **Em 24/03/2017:** os Senadores **Kátia Abreu** e **Valdir Raupp** foram designados, respectivamente, 1º e 2º vice-líderes do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017, DSF de 25/03/2017, p. 10).
10. **Em 19/04/2017:** os Senadores **Paulo Rocha** e **Lindbergh Farias** foram designados, respectivamente, 1º e 2º vice-líderes do PT (Of. nº 13/2017-GLDPT, DSF de 20/04/2017, p. 121).
11. **Em 08/06/2017:** o Senador **Lindbergh Farias** foi designado líder do PT (Of. nº 17/2017-GLDPT, DSF de 09/06/2017, p. 80).
12. **Em 04/07/2017:** o Senador **Alvaro Dias** comunica sua desfiliação do PV e filiação ao PODE (Memo. nº 11/2017, DSF de 05/07/2017, p. 264).
13. **Em 04/07/2017:** Os Senadores **Alvaro Dias** e **Romário** foram designados, respectivamente, líder e vice-líder do PODE (Memo. nº 8/2017, DSF de 05/07/2017, p. 267).

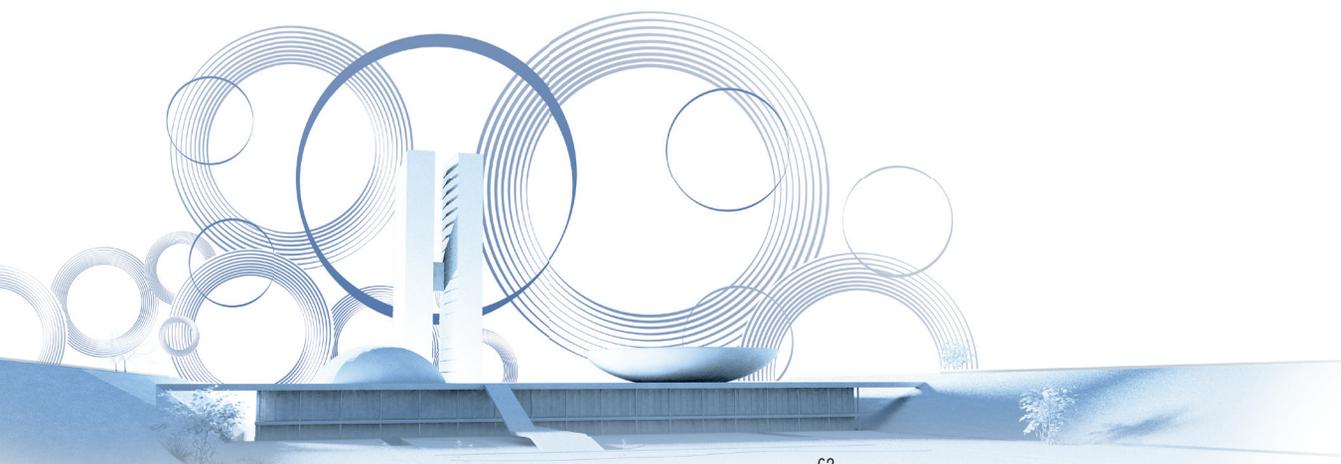
14. **Em 05/07/2017:** o Senador **Raimundo Lira** foi designado líder do PMDB e da Maioria (Memo. nº 39/2017-GLPMDB, DSF de 06/07/2017, p. 120).
15. **Em 11/07/2017:** a Senadora **Ângela Portela** foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017 (Memo. nº 36/2017-GLDPDT, DSF de 12/07/2017, p. 92).
16. **Em 16/08/2017:** os Senadores **Valdir Raupp** e **Simone Tebet** foram designados, respectivamente, 1º e 2º vice-líderes do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017, DSF de 17/08/2017, p. 122).
17. **Em 23/08/2017:** o Senador **José Medeiros** foi designado vice-líder do PODE (Memo. nº 12/2017, DSF de 24/08/2017, p. 111).
18. **Em 09/09/2017:** o Senador **Fernando Bezerra Coelho** deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo. nº 67/17-GSFERCOE, DSF de 06/09/2017, p. 66).
19. **Em 12/09/2017:** os Senadores **Lídice da Mata** e **Antonio Carlos Valadares** foram designados, respectivamente, líder e vice-líder do PSB (Memo. nº 82/2017 - BLSDEM, DSF de 13/09/2017, p. 208).
20. **Em 21/09/2017:** o Senador **Romário** foi designado vice-líder do PODE (Of. nº 1/2017-LID, DSF de 22/09/2017, p. 53).
21. **Em 11/10/2017:** o Senador **Hélio José** foi designado líder do PROS (Memo. nº 315/2017-GSHJOSE, DSF de 12/10/2017 p. 83).
22. **Em 22/11/2017:** o Senador **Antonio Carlos Valadares** licenciou-se para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares (RQS 1000 e 1001/2017, DSF de 23/11/2017, pp. 138 a 141).
23. **Em 23/11/2017:** o Senador **Roberto Rocha** foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. nº 235/2017-GLPSDB, DSF 24/11/2017, p. 42).

B.3 Liderança do Governo

B.3.1 – Composição e alterações

Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Líder	Aloysio Nunes Ferreira	1	Romero Jucá
1º Vice-Líder	Fernando Bezerra Coelho	2,3	Fernando Bezerra Coelho
2º Vice-Líder	José Medeiros	2,3	Davi Alcolumbre
3º Vice-Líder	Davi Alcolumbre	2,3	Flexa Ribeiro
4º Vice-Líder	Hélio José	2,3	José Medeiros
5º Vice-Líder	Ricardo Ferraço	2,3	Sérgio Petecão
6º Vice-Líder	-	2,3	Wilder Morais

1. **Em 07/03/2017:** o Senador **Romero Jucá** foi indicado Líder do Governo (Mensagem 57/2017-PR, DSF de 08/03/2017, p. 190).
2. **Em 08/05/2017:** os Senadores **Fernando Bezerra Coelho**, **José Medeiros**, **Davi Alcolumbre**, **Wilder Morais**, **Flexa Ribeiro** e **Sérgio Petecão** foram designados vice-líderes do Governo (Memo. nº 13/2017-GLDGOV, DSF de 09/05/2017, p.214).
3. **Em 13/09/2017:** os Senadores **Fernando Bezerra Coelho**, **Davi Alcolumbre**, **Flexa Ribeiro**, **José Medeiros**, **Sérgio Petecão** e **Wilder Morais** foram designados vice-líderes do Governo (Memo. nº 28/2017 - GLDGOV, DSF de 14/09/2017, p. 111).





DIREÇÃO DOS TRABALHOS

No Senado, a direção dos trabalhos legislativos é feita pela Mesa, órgão máximo da Casa. Ela é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes e por quatro Secretários, além de quatro suplentes destes (RISF, art. 46, caput e § 2º). Suas atribuições estão descritas nos artigos 48 a 58 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Mesa é escolhida por votação secreta durante as reuniões preparatórias, por maioria de votos, desde que esteja presente a maioria dos senadores, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa (RISF, art. 3º, V c/c art. 60, caput).

A duração do mandato da Mesa é de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, salvo se realizada entre duas legislaturas (CF, art. 57, §4º e RISF, art. 59, caput c/c Parecer nº 555/1998 – CCJ).

A composição da Mesa pode passar por modificações, algumas temporárias e outras definitivas. As temporárias ocorrem quando não é possível ao Presidente, eventualmente, dirigir os trabalhos. Nesse caso, a substituição é feita na ordem dos membros da Mesa. Quando um senador deixa de ser membro da Mesa, podem ocorrer duas situações de modificação definitiva:

Faltando mais de 120 dias para o término do mandato da Mesa:

Será feita nova eleição para preenchimento do cargo vago (RISF, art. 59, §3º).

Faltando menos de 120 dias para o término do mandato da Mesa:

As funções do cargo são exercidas pelo substituto regimental (RISF, art.59, §3º c/c art.46, §1º).

Nesta seção do Relatório, o leitor conhecerá a composição da Mesa para este biênio (2017/2018) e também as ocasiões em que o Presidente do Senado ocupou interinamente a Presidência da República.

Algumas das principais atribuições do Presidente da Mesa

- Convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional;

- Designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso eletrônico e para sanar falhas da instrução;

- Impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou ao Regimento Interno, ressalvado ao autor recurso para o Plenário;

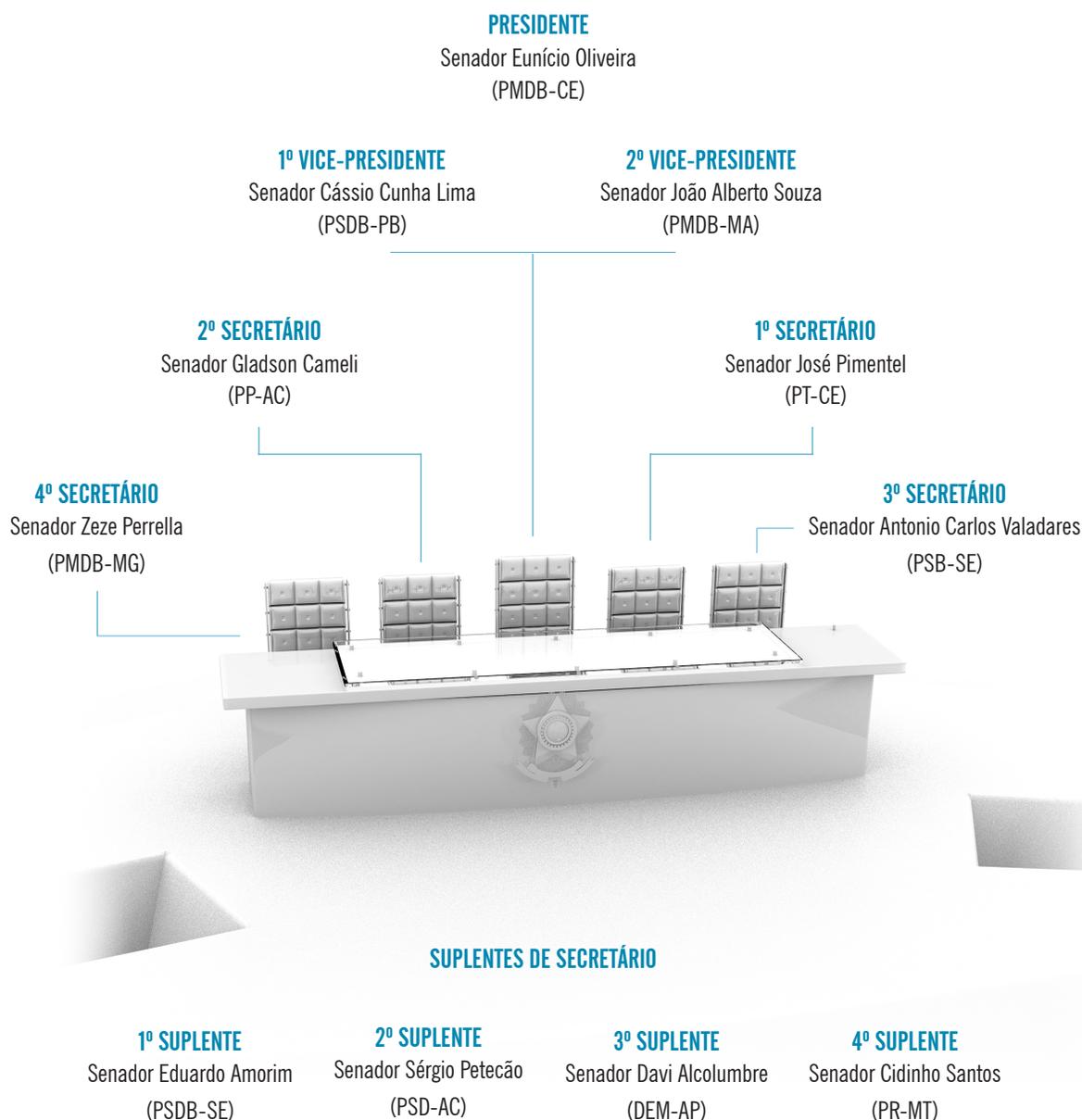
- Decidir as questões de ordem;

- Desempatar as votações, quando ostensivas.

Agenda do Presidente do
Senado Federal:



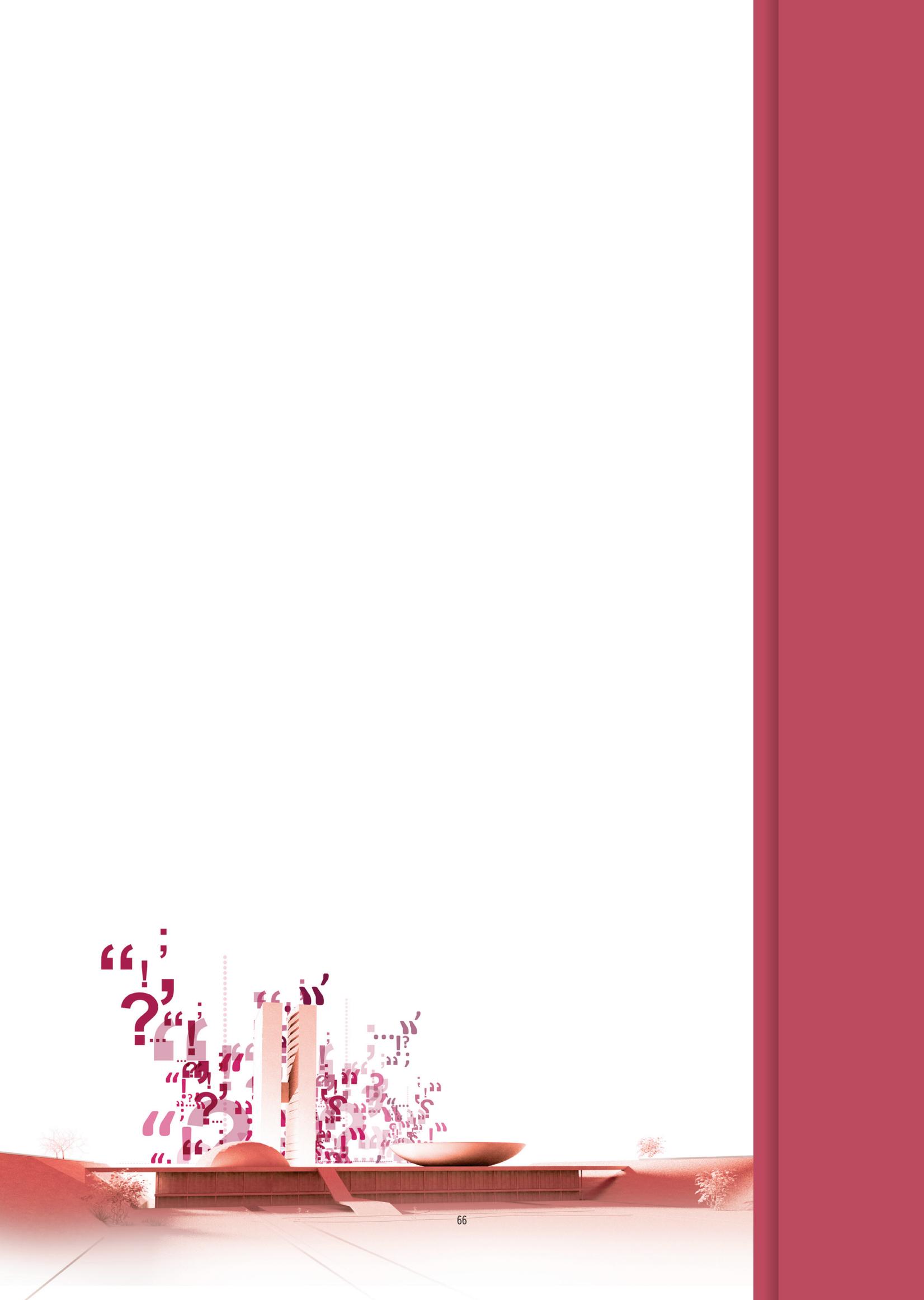
C.1 Composição da Mesa



C.2 Exercício da Presidência da República pelo Presidente do Senado Federal

O Presidente do Senado pode ocupar provisoriamente a Presidência da República no impedimento do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados (CF, art.80).

Neste ano, a substituição ocorreu de **6 a 8 de julho**.





SESSÕES E REUNIÕES PLENÁRIAS

Nas sessões, os senadores se reúnem em plenário para debater, discursar e deliberar sobre variados assuntos. Propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, condecorações, entre outros, podem ser objeto das sessões.

O Regimento Interno do Senado prevê quatro tipos de sessão plenária: as deliberativas, as não deliberativas, as especiais e as de debates temáticos (RISF, art. 154).

As **sessões deliberativas** destinam-se à discussão e votação de matérias legislativas e se dividem em sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias.

As **sessões não deliberativas** destinam-se à realização de discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar.

As **sessões especiais** possuem natureza honorífica e se destinam a comemorações, homenagens ou recepção de autoridades.

Por fim, há ainda os **debates temáticos**, que decorrem de sessões deliberativas direcionadas a questões relevantes de interesse nacional. Seu tema orienta pronunciamentos, discussões e deliberações.

Quando não há quórum para abertura de uma sessão (um vigésimo da composição da Casa), esta pode ser transformada em uma reunião plenária. Nesse caso, um dos senadores presentes preside a reunião.

Nas próximas páginas, é possível visualizar a quantidade de sessões e reuniões plenárias, a finalidade de cada sessão especial e de debates temáticos, além de informações sobre deliberações sobrestadas.

As reuniões que antecedem as sessões plenárias

Além das reuniões plenárias, o artigo 3º do Regimento Interno prevê ainda as reuniões preparatórias, que ocorrem antes da primeira e da terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura. Na primeira reunião preparatória, os senadores recém-eleitos prestam compromisso regimental. Nas reuniões preparatórias seguintes, elegem-se o Presidente e os membros da Mesa, com mandato de dois anos. As reuniões preparatórias que antecedem a terceira Sessão Legislativa Ordinária destinam-se apenas à eleição dos membros da Mesa.

1ª Sessão Legislativa:

1ª reunião: Compromisso/posse

2ª reunião: Eleição do Presidente do Senado Federal

3ª reunião: Eleição dos demais membros da Mesa

3ª Sessão Legislativa:

1ª reunião: Eleição do Presidente do Senado Federal

2ª reunião: Eleição dos demais membros da Mesa

D.1 Sessões e Reuniões Plenárias por tipo

TIPO DA SESSÃO



195 Sessões realizadas

TIPO DA REUNIÃO



Reunião não realizada: embora houvesse sessão prevista, ela não ocorreu. Também não pôde ser convertida em reunião plenária, por não haver nenhum senador em plenário para presidir a reunião.

Conteúdo das Sessões e
Reuniões Plenárias:



D.2 Sessões Especiais e de Debates Temáticos, por finalidade

DATA	TIPO	FINALIDADE
13/02/2017	Especial	Comemorar o Dia Nacional do Aposentado.
06/03/2017	Especial	Homenagear os 50 anos de implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA.
09/03/2017	Especial	Comemorar o Dia Mundial do Rim.
13/03/2017	Especial	Comemorar o centenário do poeta Manoel de Barros.
03/04/2017	Especial	Comemorar os 100 anos de instalação da IBM no Brasil.
06/04/2017	Especial	Celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017, cujo tema é "Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida" e cujo lema é "Cultivar e guardar a criação".
27/04/2017	Especial	Comemorar os 55 anos de fundação da Universidade de Brasília - UnB.
04/05/2017	Especial	Homenagear o Sr. Antônio Lomanto Júnior por 49 anos de vida pública.
08/05/2017	Especial	Celebrar a passagem do Ducentésimo Ano da Revolução Pernambucana de 1817.
11/05/2017	Debates Temáticos	Discutir a reforma trabalhista.
16/05/2017	Debates Temáticos	Discutir a reforma trabalhista.
12/06/2017	Especial	Comemorar o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil.
12/06/2017	Debates Temáticos	Debater sobre os 25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima.
03/08/2017	Especial	Homenagear os 159 anos da Polícia Militar do Estado de Goiás.

DATA	TIPO	FINALIDADE
04/09/2017	Especial	Celebrar os 50 anos da fundação da Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE).
05/10/2017	Especial	Celebrar o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa.
09/10/2017	Especial	Homenagear os professores, por ocasião da celebração do Dia do Professor.
30/10/2017	Especial	Celebrar o aniversário de 500 anos da Reforma Protestante.
06/11/2017	Especial	Celebrar o centenário da Terapia Ocupacional no mundo.
30/11/2017	Debates Temáticos	Discutir a defesa da soberania nacional.
11/12/2017	Especial	Comemorar os 180 anos do Grande Colégio de Ritos para o Brasil e os 300 anos de fundação da Grande Loja Unida da Inglaterra.

D.3**Sobrestamento de pauta por Medida Provisória (MPV) e Projeto de Lei em Regime de Urgência Constitucional****Quando uma deliberação pode ser sobrestada?**

Há algumas situações, previstas na Constituição Federal, em que as deliberações podem ser temporariamente sobrestadas. É o que ocorre, por exemplo, quando se esgota o prazo para apreciação de medida provisória (CF, art. 62, §6º e RCN 1/2002, art. 9º) ou de projetos de lei com urgência constitucional (CF, art. 64, §2º e RISF, art. 375, VIII).

Quando as deliberações podem recomeçar?

Uma vez votada a matéria que provocou o sobrestamento, as demais deliberações previstas podem ser retomadas (CF, art. 64, § 2º c/c RISF, art. 375, VIII).

Veja, abaixo, a quantidade de sessões que tiveram sobrestamento neste ano:

SESSÕES DELIBERATIVAS COM PAUTA SOBRESTADA	TOTAL
Pauta sobrestada por MPV durante toda a Ordem do Dia	9
Pauta sobrestada por MPV durante parte da Ordem do Dia	11
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante toda a Ordem do Dia	0
Pauta sobrestada por PLC em Urgência Constitucional durante parte da Ordem do Dia	0
TOTAL	20

Algumas matérias podem ser votadas mesmo com o sobrestamento da pauta de uma sessão

Em decisão sobre a Questão de Ordem nº 2, de 2010, a Presidência do Senado entendeu que há exceções ao sobrestamento de pauta.

Segundo a decisão, o sobrestamento não impede que o plenário do Senado Federal delibere sobre matérias que não possam ser apreciadas por meio de medidas provisórias (como, por exemplo, projetos de lei complementar).

Também se entendeu que o sobrestamento não abrange as hipóteses de exercício da competência exclusiva do Congresso Nacional ou de competência privativa do Senado Federal, dos quais não resultem normas gerais e abstratas.

Conheça, no quadro abaixo, como ocorreu a deliberação de matérias nas sessões com pauta sobrestada neste ano:

DELIBERAÇÕES EM SESSÕES COM PAUTA SOBRESTADA	TOTAL
Sessões em que foram deliberadas matérias que geram normas jurídicas primárias	15
Sessões em que foram deliberadas outras matérias	3
Sessões em que não foram deliberadas matérias	2
TOTAL	20

PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM PLENÁRIO

O plenário é o espaço da atividade legislativa por excelência. Nele, partes fundamentais do Processo Legislativo, como a leitura, a discussão e a votação de matérias legislativas, ocorrem. A atuação dos senadores nesse espaço, portanto, é essencial à própria democracia.

Uma das mais relevantes atuações dos senadores em plenário é a apresentação de matérias legislativas, como Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei, de Resolução e de Decretos Legislativos. Nas próximas páginas, o leitor pode consultar quantas matérias legislativas cada um dos senadores apresentou neste ano.

Outra participação frequente é o uso da palavra. Não à toa, o vocábulo ‘parlamentar’ deriva do latim *parlare*, que significa falar, discursar. Senadores discutem matérias, encaminham votações e dão satisfação à população que eles representam. Nesta seção, o leitor pode consultar quantas vezes cada senador fez uso da palavra nesta Sessão Legislativa. Os senadores podem ainda fazer uso da palavra para suscitar e contraditar questões de ordem, conforme previsto no artigo 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal. Os dados a respeito desse tipo de participação também foram aqui detalhados.

Por fim, mesmo os senadores que não compõem a Mesa podem, eventualmente, exercer a presidência das sessões plenárias. Também nesta seção é possível verificar quais foram os senadores que exerceram a Presidência neste ano, e em que sessão isso ocorreu.

1.530

**MATÉRIAS
LEGISLATIVAS
APRESENTADAS***

1.103

**PARECERES
LIDOS
EM PLENÁRIO**

5.327

USOS DA PALAVRA

*Para saber a situação de cada uma dessas matérias, e outras, deve-se consultar a sessão H, parte I, deste Relatório.

Presidência das Sessões e Reuniões Plenárias, proposições apresentadas e uso da palavra

No quadro abaixo pode-se visualizar quais senadores exerceram a presidência das sessões, por tipo, e as reuniões plenárias.

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	Reunião
Acir Gurgacz	5	3	7	0	0	0
Airton Sandoval	0	0	1	0	0	0
Alvaro Dias	0	0	3	0	0	0
Ana Amélia	12	2	13	1	0	0
Ângela Portela	7	0	2	0	0	0
Antonio Anastasia	1	1	0	1	0	0
Antonio Carlos Valadares	19	0	0	2	0	0
Armando Monteiro	1	2	1	0	0	0
Ataídes Oliveira	1	2	1	0	0	0
Benedito De Lira	2	2	0	0	0	0
Cássio Cunha Lima	32	9	3	0	1	1
Cidinho Santos	15	6	1	0	0	0
Cristovam Buarque	1	1	2	2	0	0
Dário Berger	6	7	4	0	0	0
Davi Alcolumbre	5	3	0	0	0	0
Edison Lobão	1	0	0	0	0	0
Eduardo Amorim	4	0	3	1	0	0
Eduardo Braga	0	0	0	1	0	0
Eduardo Lopes	2	0	0	0	0	0
Elber Batalha	1	1	0	0	0	0
Elmano Férrer	10	5	12	0	0	0
Eunício Oliveira	61	35	1	1	1	0
Fátima Bezerra	10	4	1	0	0	0
Fernando Bezerra Coelho	1	0	0	1	0	0
Fernando Collor	0	0	0	0	1	0
Flexa Ribeiro	1	2	0	0	0	0
Garibaldi Alves Filho	2	0	0	0	1	0

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	Reunião
Gladson Cameli	3	1	2	0	0	0
Gleisi Hoffmann	3	1	6	0	0	1
Hélio José	4	2	4	3	0	0
Humberto Costa	7	0	3	1	0	0
Ivo Cassol	4	0	0	0	0	0
João Alberto Souza	33	4	12	0	0	2
João Capiberibe	3	0	2	0	1	0
Jorge Viana	11	9	8	0	2	0
José Medeiros	16	7	11	1	0	1
José Pimentel	9	3	3	1	0	0
Lasier Martins	3	0	2	0	0	0
Lídice da Mata	8	0	0	0	0	0
Lindbergh Farias	5	1	5	0	0	0
Magno Malta	3	0	0	0	0	0
Marta Suplicy	1	0	0	0	2	0
Otto Alencar	0	0	0	1	0	0
Paulo Paim	22	7	17	1	2	7
Paulo Rocha	2	2	12	0	0	0
Pedro Chaves	2	0	2	1	0	0
Raimundo Lira	2	3	2	0	0	0
Randolfe Rodrigues	1	1	1	0	0	0
Regina Sousa	7	1	6	1	0	0
Reguffe	8	3	2	0	0	0
Roberto Muniz	1	1	1	0	0	0
Roberto Requião	0	2	5	0	1	0
Roberto Rocha	3	1	1	0	0	0
Ronaldo Caiado	0	0	0	1	0	0
Rose de Freitas	6	2	0	0	0	0
Sérgio de Castro	0	0	2	0	0	0
Sérgio Petecão	1	1	1	0	0	0
Simone Tebet	6	0	0	0	0	0
Tasso Jereissati	0	0	0	0	2	0
Telmário Mota	4	1	7	0	0	0
Thieres Pinto	4	4	11	0	0	3

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA						
Senador(a)	Deliberativa Ordinária	Deliberativa Extraordinária	Não Deliberativa	Especial	Debates Temáticos	Reunião
Valdir Raupp	3	2	5	0	0	0
Vanessa Grazziotin	6	2	6	0	0	0
Waldemir Moka	2	2	0	2	0	0
Wellington Fagundes	1	0	4	1	0	0
Wilder Morais	1	0	0	1	0	0

No quadro abaixo, pode-se visualizar quantas vezes cada senador apresentou matérias legislativas ou teve pareceres de sua relatoria lidos em plenário.

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Acir Gurgacz	0	5	0	0	6	8
Aécio Neves	0	1	0	0	0	1
Airton Sandoval	0	7	0	0	6	0
Aloysio Nunes Ferreira	0	0	0	0	4	1
Alvaro Dias	0	10	1	0	21	0
Ana Amélia	0	3	0	0	8	27
Ana Rita	0	0	0	0	0	1
Ângela Portela	0	2	0	0	2	10
Antonio Anastasia	0	6	0	0	14	56
Antonio Carlos Valadares	3	11	0	2	12	24
Armando Monteiro	0	1	0	0	4	30
Ataídes Oliveira	1	1	0	0	7	3
Benedito de Lira	1	2	0	0	0	6
Blairo Maggi	0	0	0	0	0	3
Cássio Cunha Lima	1	10	1	0	13	11
Cidinho Santos	0	9	1	1	3	25
Ciro Nogueira	0	12	0	0	7	2
Cristovam Buarque	1	8	0	1	18	49

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Cyro Miranda	0	0	0	0	0	2
Dalirio Beber	2	9	1	0	4	10
Dário Berger	0	6	0	0	5	12
Davi Alcolumbre	0	1	1	0	9	23
Edison Lobão	0	1	0	0	3	5
Eduardo Amorim	1	6	0	1	3	27
Eduardo Braga	0	4	0	3	6	6
Eduardo Lopes	2	5	0	0	6	6
Eduardo Suplicy	0	0	0	0	0	1
Elmano Férrer	0	6	0	1	3	8
Eunício Oliveira	1	1	0	0	3	1
Fátima Bezerra	2	2	1	1	15	8
Fernando Bezerra Coelho	0	14	0	0	22	16
Fernando Collor	0	1	0	2	2	0
Flexa Ribeiro	2	5	0	0	16	67
Garibaldi Alves Filho	0	3	0	0	5	5
Gerson Camata	0	0	0	0	0	1
Gladson Cameli	0	5	0	0	8	28
Gleisi Hoffmann	0	0	1	0	16	6
Hélio José	1	7	0	1	12	31
Humberto Costa	0	3	3	0	20	2
Inácio Arruda	0	0	0	0	0	1
Ivo Cassol	0	0	0	0	2	3
Jader Barbalho	2	5	0	0	10	1
João Alberto Souza	0	2	0	0	1	23
João Capiberibe	0	1	0	0	6	4
João Durval	0	0	0	0	0	1
João Vicente Claudino	0	0	0	0	0	1
Jorge Viana	2	8	0	1	22	22
José Agripino	1	1	0	0	2	6
José Maranhão	0	0	0	0	1	3

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO

Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
José Medeiros	0	15	0	0	15	7
José Pimentel	0	4	1	0	2	58
José Serra	0	4	0	0	4	0
Kátia Abreu	0	9	0	1	7	0
Lasier Martins	0	15	0	2	8	14
Lídice da Mata	2	3	1	0	26	14
Lindbergh Farias	1	15	6	2	72	36
Lúcia Vânia	0	1	0	0	2	6
Magno Malta	0	6	0	0	7	4
Maria do Carmo Alves	1	4	0	0	1	2
Marta Suplicy	1	2	0	0	5	18
Omar Aziz	0	0	0	0	7	5
Otto Alencar	0	2	0	0	6	30
Paulo Bauer	1	11	0	1	9	0
Paulo Davim	0	0	0	0	0	1
Paulo Paim	0	32	0	0	93	17
Paulo Rocha	1	6	1	0	6	6
Pedro Chaves	0	6	0	1	8	33
Pedro Taques	0	0	0	0	0	1
Raimundo Lira	1	9	0	0	1	1
Randolfe Rodrigues	1	6	5	0	31	7
Regina Sousa	0	1	0	0	8	25
Reguffe	0	3	1	2	5	1
Renan Calheiros	0	0	0	0	2	0
Ricardo Ferraço	1	8	2	2	8	18
Roberto Muniz	0	5	0	2	2	6
Roberto Requião	0	3	1	0	17	5
Roberto Rocha	0	6	0	0	10	5
Rodrigo Rollemberg	0	0	0	0	0	2
Romário	1	18	0	0	15	3
Romero Jucá	2	4	1	2	36	10

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO						
Senador(a)	Proposta de Emenda à Constituição	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer em Plenário
Ronaldo Caiado	0	14	0	0	5	12
Rose de Freitas	5	36	0	4	5	2
Sérgio de Castro	0	1	0	0	0	1
Sérgio Petecão	0	3	1	0	4	24
Sérgio Souza	0	0	0	0	0	1
Simone Tebet	1	2	0	0	4	30
Tasso Jereissati	0	2	0	0	9	6
Telmário Mota	1	11	0	1	2	2
Thieres Pinto	1	3	0	0	0	0
Valdir Raupp	0	10	2	0	6	27
Vanessa Graziotin	2	15	2	0	117	14
Vicentinho Alves	0	3	0	0	7	1
Waldemir Moka	0	3	0	0	0	36
Walter Pinheiro	0	0	0	0	0	1
Wellington Fagundes	0	0	0	0	4	10
Wilder Morais	0	7	1	0	2	5
Zeze Perrella	0	3	0	0	1	9

No quadro abaixo, pode-se visualizar quantas vezes cada senador fez uso da palavra, e em que modalidade.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Acir Gurgacz	27	16	1	5	0	1	3	0	6
Aécio Neves	13	2	3	2	1	1	4	0	0
Airton Sandoval	7	0	0	0	0	1	0	1	1
Aloysio Nunes Ferreira	3	1	2	0	1	0	1	0	4
Alvaro Dias	35	5	6	3	0	0	11	0	6
Ana Amélia	72	5	13	4	1	11	37	0	42
Ângela Portela	46	2	3	1	0	36	1	0	3

*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção “Informações Complementares” deste Relatório.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Antonio Anastasia	10	1	5	3	0	0	1	0	6
Antonio Carlos Valadares	24	3	8	6	0	0	3	0	5
Armando Monteiro	18	15	4	7	0	0	3	0	15
Ataídes Oliveira	19	0	3	0	0	3	13	1	11
Benedito de Lira	14	5	4	12	0	0	2	0	1
Cássio Cunha Lima	9	1	4	3	0	0	12	1	1
Cidinho Santos	15	16	4	4	0	0	11	0	4
Ciro Nogueira	13	0	0	2	0	0	0	0	0
Cristovam Buarque	31	10	15	10	1	0	17	0	66
Dalirio Beber	2	0	3	0	0	0	0	0	2
Dário Berger	27	0	3	1	0	0	0	0	12
Edison Lobão	3	0	1	1	0	0	0	0	3
Eduardo Amorim	31	2	4	2	0	2	1	0	0
Eduardo Braga	23	0	7	5	0	1	7	0	4
Eduardo Lopes	14	10	2	2	0	0	1	0	1
Elber Batalha	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Elmano Férrer	29	0	1	0	0	1	1	0	18
Eunício Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fátima Bezerra	82	4	10	7	0	11	17	0	32
Fernando Bezerra Coelho	26	14	11	4	0	1	4	0	9
Fernando Collor	2	0	0	1	0	0	0	0	1
Flexa Ribeiro	27	1	5	2	1	2	19	0	10
Garibaldi Alves Filho	16	0	4	2	0	1	4	0	11
Gladson Cameli	9	2	0	1	0	1	3	0	3
Gleisi Hoffmann	55	26	11	6	1	3	32	6	23
Hélio José	47	12	5	12	0	1	22	0	17
Humberto Costa	36	53	17	12	0	1	11	4	7
Ivo Cassol	19	1	2	0	0	1	3	0	4
Jader Barbalho	2	1	3	1	0	0	2	0	0
João Alberto Souza	11	1	0	0	0	1	0	0	0
João Capiberibe	18	13	7	4	0	1	26	0	24
Jorge Viana	81	1	12	5	1	8	18	0	37
José Agripino	10	2	7	6	0	0	4	0	5
José Aníbal	4	0	0	0	0	0	1	0	0
José Maranhão	9	1	0	1	0	0	0	0	5

*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção “Informações Complementares” deste Relatório.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
José Medeiros	69	9	6	3	2	10	7	0	56
José Pimentel	16	0	4	3	0	0	2	0	5
José Serra	5	0	11	1	0	0	4	1	0
Kátia Abreu	9	5	2	3	0	1	4	0	5
Lasier Martins	55	3	4	5	0	2	7	0	19
Lídice da Mata	51	5	11	17	0	0	9	1	8
Lindbergh Farias	104	12	34	38	1	7	19	7	83
Lúcia Vânia	23	2	10	3	1	0	11	0	3
Magno Malta	22	2	7	5	1	0	35	0	15
Maria do Carmo Alves	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Marta Suplicy	13	0	10	4	1	0	10	0	4
Omar Aziz	14	0	3	11	0	0	12	0	4
Otto Alencar	26	1	3	8	0	2	3	0	13
Pastor Bel	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Paulo Bauer	11	8	6	6	0	0	6	1	1
Paulo Paim	180	3	3	2	0	11	19	0	63
Paulo Rocha	43	2	7	2	0	0	3	1	12
Pedro Chaves	18	3	2	1	0	0	2	0	3
Raimundo Lira	16	0	1	11	0	0	2	0	10
Randolfe Rodrigues	46	17	22	33	0	0	32	9	24
Regina Sousa	36	1	6	3	1	2	0	0	13
Reguffe	41	0	17	7	0	18	18	1	42
Renan Calheiros	36	3	9	10	2	0	5	1	9
Ricardo Ferraço	12	1	8	2	0	0	6	0	2
Roberto Muniz	17	0	2	2	0	0	2	0	3
Roberto Requião	35	1	6	2	0	1	2	0	23
Roberto Rocha	5	2	3	4	0	0	1	1	8
Romário	8	4	0	0	0	5	0	0	1
Romero Jucá	19	4	16	10	0	1	9	0	1
Ronaldo Caiado	18	8	11	8	0	0	8	0	0
Rose de Freitas	42	5	10	0	1	1	4	0	4
Sérgio de Castro	11	0	0	0	0	0	0	0	3
Sérgio Petecão	9	2	1	0	0	0	7	0	4
Simone Tebet	21	4	9	6	1	5	5	0	13
Tasso Jereissati	9	0	1	1	0	0	5	1	1

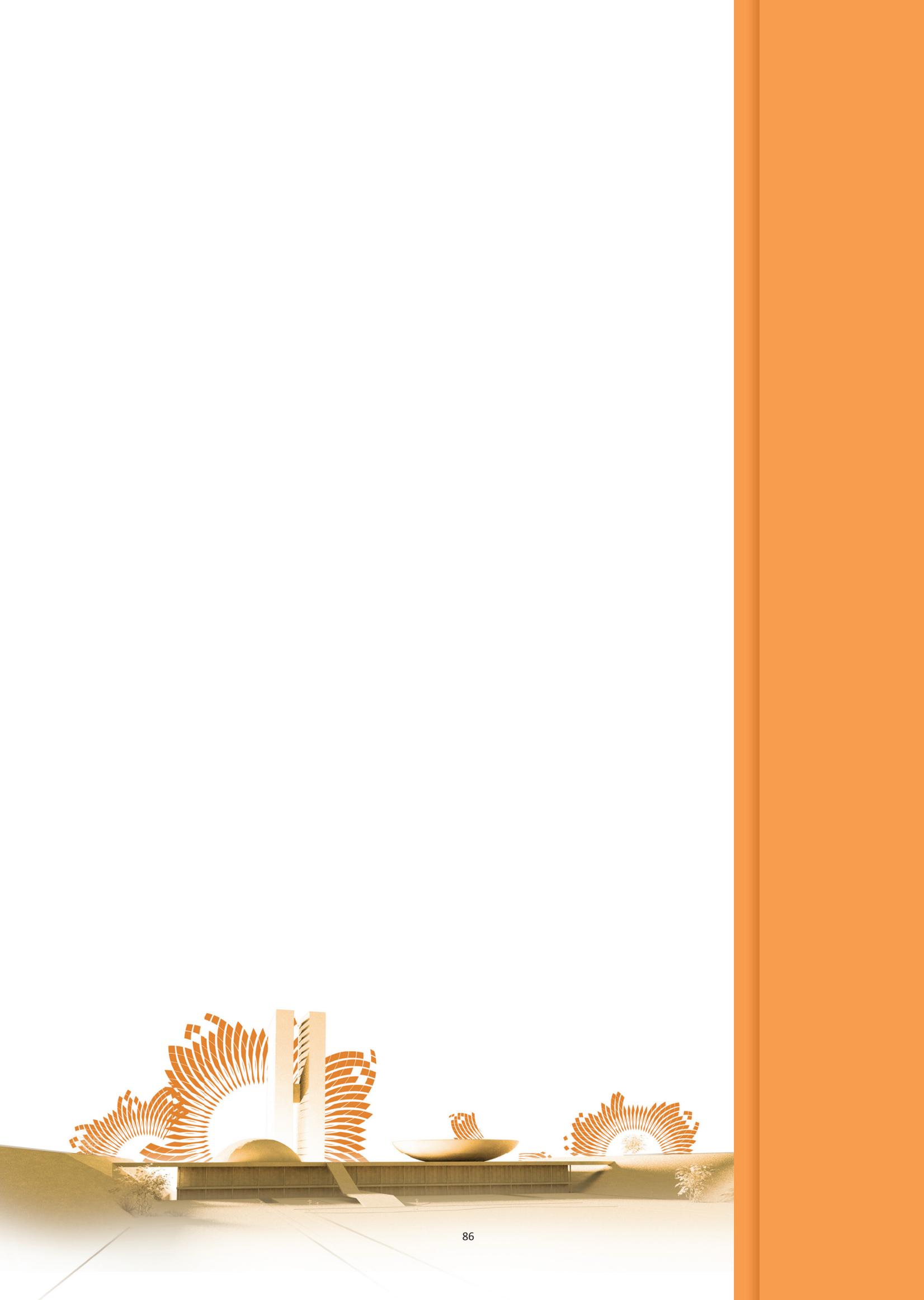
*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção "Informações Complementares" deste Relatório.

USO DA PALAVRA									
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela Ordem	Questão de Ordem*	Aparte
Telmário Mota	52	6	7	4	0	2	7	2	22
Valdir Raupp	33	5	2	2	0	4	4	0	10
Vanessa Grazziotin	132	12	32	23	1	6	21	7	55
Vicentinho Alves	3	0	1	4	0	0	1	0	0
Waldemir Moka	23	0	10	4	0	0	3	0	20
Wellington Fagundes	24	9	0	0	0	2	8	1	5
Wilder Morais	11	6	3	0	0	0	1	0	2
Zeze Perrella	0	0	0	0	1	1	0	0	2

*Uma relação de Questões de Ordem selecionadas, juntamente com decisões e esclarecimentos da Presidência, está publicada na seção “Informações Complementares” deste Relatório.

Conteúdo da participação
dos Senadores:

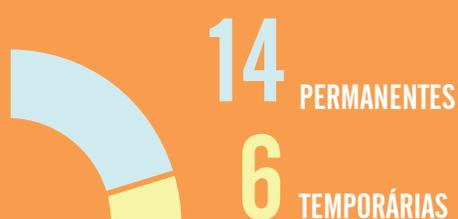




NESTE ANO, FUNCIONARAM NO SENADO FEDERAL

20

COMISSÕES



FORAM REALIZADAS

666
REUNIÕES

600
EM COMISSÕES
PERMANENTES

66
EM COMISSÕES
TEMPORÁRIAS

307
AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS*

262
EM COMISSÕES
PERMANENTES

45
EM COMISSÕES
TEMPORÁRIAS

*Nesta e nas próximas páginas, o número de audiências públicas está contido no de reuniões.

F.1 Comissões Permanentes

Neste item, o leitor pode visualizar os principais dados do ano de todas as comissões permanentes. Cada uma delas pode criar até quatro subcomissões permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes (RISF, art. 73).

REUNIÕES

600
TOTAL



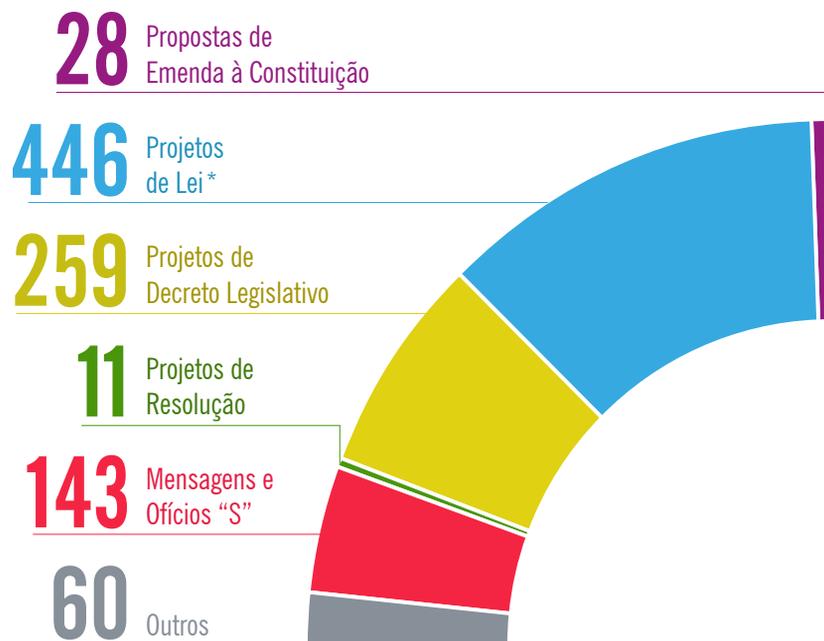
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

262
TOTAL



PARECERES EMITIDOS

947
TOTAL



*Inclui Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara e Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado.

CDIR | Comissão Diretora

Atribuições específicas: RISF, art. 98

Composição: **7** titulares e **4** suplentes

Presidente: Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1º Vice-Presidente: Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

Reuniões: **6**

CAE | Comissão de Assuntos Econômicos

Atribuições específicas: RISF, arts. 99 e 99-A

Composição: **27** titulares e **27** suplentes

Presidente: Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Vice-Presidente: Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

Reuniões: **33** Ordinárias | **16** Extraordinárias | **5** Conjuntas | Audiências Públicas: **16**

Pareceres Proferidos: **33** Terminativos | **104** Não Terminativos | **81** PLS | **1** ECD | **1** SCD | **16** PLC | **4** PRS | **29** MSF | **30** FS | **1** AVS | **10** FE

Subcomissões: **CAEAM** Subcomissão Permanente - Assuntos Municipais

CAEECON Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira

CAEMPEEI Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual

CAESTN Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CAS

Comissão de Assuntos Sociais

Atribuições específicas: RISF, art. 100

Composição: **21** titulares e **21** suplentes

Presidente: Marta Suplicy (PMDB-SP)

Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Reuniões:

61 **4**
Extraordinárias Conjuntas

Audiências
Públicas: **23**

Pareceres
Proferidos:

19 **42**
Terminativos Não Terminativos

30 PLS **2 SCD** **20 PLC**
4 MSF **1 OFS** **2 AVS** **2** Em
Plenário

Subcomissão: **CASRARAS** Subcomissão Especial sobre Doenças Raras

CCJ

Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania

Atribuições específicas: RISF, arts. 101 e 101-A

Composição: **27** titulares e **27** suplentes

Presidente: Edison Lobão (PMDB-MA)

Vice-Presidente: Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Reuniões:

37 **19**
Ordinárias Extraordinárias

Audiências
Públicas: **13**

Pareceres
Proferidos:

60 **113**
Terminativos Não Terminativos

28 PEC **72 PLS** **1 ECD** **3 SCD** **22 PLC** **4 PDS**
2 PRS **3 MSF** **29 OFS** **1 RQS** **8** Em
Plenário

Subcomissões: **CCJIPP** Subcomissão Permanente - Imagem e prerrogativas parlamentares

CCJSSP Subcomissão Permanente de Segurança Pública

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CE | Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Atribuições específicas: RISF, art. 102

Composição: **27** titulares e **27** suplentes

Presidente: Lúcia Vânia (PSB-GO)

Vice-Presidente: Pedro Chaves (PSC-MS)

Reuniões: **7** Ordinárias | **42** Extraordinárias | **2** Conjuntas | Audiências Públicas: **17**

Pareceres Proferidos: **25** Terminativos | **46** Não Terminativos | **29 PLS** | **30 PLC** | **4 PRS** | **3 MSF**
1 OFS | **2** Em Plenário | **2 ACE**

Subcomissões: **CECTMCS** Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

CESD Subcomissão Permanente de Desportos

CESL Subcomissão Permanente do Livro

CTFC | Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Atribuições específicas: RISF, art. 102-A

Composição: **17** titulares e **17** suplentes

Presidente: Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Vice-Presidente: Airtton Sandoval (PMDB-SP)

Reuniões: **17** Extraordinárias | Audiências Públicas: **4**

Pareceres Proferidos: **20** Terminativos | **22** Não Terminativos | **29 PLS** | **9 PLC** | **1 AVS**
1 PFS | **1 AMA** | **1 OFTC**

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CDH | Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Atribuições específicas: RISF, art. 102-E

Composição: **19** titulares e **19** suplentes

Presidente: Regina Sousa (PT-PI)

Vice-Presidente: Paulo Paim (PT-RS)

Reuniões: **2** **101** **3** | Audiências Públicas: **75**
Ordinárias Extraordinárias Conjuntas

Pareceres Proferidos: **1** **48** | **21 PLS** **4 PLC** **2 OFS** **22 SUG**
Terminativo Não Terminativos

Subcomissões: **CDHJT** Subcomissão Permanente de Justiça de Transição

CDHSPDM Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

CDHTRAF Subcomissão Permanente para enfrentamento do Tráfico Nac. e Internacional de Pessoas e Combate ao Trab. Escravo

CDHET Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

CMA | Comissão de Meio Ambiente

Atribuições específicas: RISF, art. 102-F

Composição: **17** titulares e **17** suplentes

Presidente: Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PR-MT)

Reuniões: **1** **29** **2** | Audiências Públicas: **10**
Ordinária Extraordinárias Conjuntas

Pareceres Proferidos: **19** | **9 PLS** **5 PLC** **4 MSF** **1 Em Plenário**
Não Terminativos

Subcomissões: **CMABMONTE** Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte (encerrada)

CMACOPOLIM Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (encerrada)

CMAGUA Subcomissão Permanente da Água (encerrada)

CMAOBRAS Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (encerrada)

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CRE

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Atribuições específicas: RISF, art. 103

Composição: **19** titulares e **19** suplentes

Presidente: Fernando Collor (PTC-AL)

Vice-Presidente: Jorge Viana (PT-AC)

Reuniões: **51** **2** | Audiências Públicas: **24**
Extraordinárias Conjuntas

Pareceres Proferidos: **107** | **6 PLS** **3 PLC** **1 SCD** **70 PDS**
Não Terminativos | **19 MSF** **7 RQS** **1 Em Plenário**

Subcomissão: **CRESTFMA** Subcomissão Temporária - Fórum mundial da Água

CI

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Atribuições específicas: RISF, art. 104

Composição: **23** titulares e **23** suplentes

Presidente: Eduardo Braga (PMDB-AM)

Vice-Presidente: Acir Gurgacz (PDT-RO)

Reuniões: **38** **2** | Audiências Públicas: **10**
Extraordinárias Conjuntas

Pareceres Proferidos: **4** **15** | **6 PLS** **4 PLC** **1 PRS**
Terminativos Não Terminativos | **6 MSF** **2 OFS**

Subcomissões: **CIPAC** Subcomissão Permanente - Plano de Aceleração do Crescimento

CIPOSECA Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca

CISPEL Subcomissão Permanente para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição

SUBMINERA Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CDR

Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo

Atribuições específicas: RISF, art. 104-A

Composição: **17** titulares e **17** suplentes

Presidente: Fátima Bezerra (PT-RN)

Vice-Presidente: Lídice da Mata (PSB-BA)

Reuniões: **37** **1**
Extraordinárias Conjunta

Audiências
Públicas: **14**

Pareceres
Proferidos: **16**
Não Terminativos

10 PLS **4 PLC** **2 OFS**

Subcomissões: **CDRAM** Subcomissão Permanente da Amazônia

CDRDESUL Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do CODESUL

CDRDN Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste

CRA

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Atribuições específicas: RISF, art. 104-B

Composição: **17** titulares e **17** suplentes

Presidente: Ivo Cassol (PP-RO)

Vice-Presidente: Valdir Raupp (PMDB-RO)

Reuniões: **34** **1**
Extraordinárias Conjunta

Audiências
Públicas: **21**

Pareceres
Proferidos: **3** **11**
Terminativos Não Terminativos

7 PLS **3 PLC** **3 AVS** **1 Em Plenário**

Subcomissão: **CRABIO** Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CCT

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Atribuições específicas: RISF, art. 104-C

Composição: **17** titulares e **17** suplentes

Presidente: Otto Alencar (PSD-BA)

Vice-Presidente: Waldemir Moka (PMDB-MS)

Reuniões: **37** **2** | Audiências
Extraordinárias Conjuntas Públicas: **10**

Pareceres Proferidos: **189** **50** | **13 PLS** **4 PLC** **185 PDS**
Terminativos Não Terminativos **35 OFS** **2 AVS**

Subcomissão: **STARML** Subcomissão Temporária de Acompanhamento do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

CSF

Comissão Senado do Futuro

Atribuições específicas: RISF, art. 104-D

Composição: **11** titulares e **11** suplentes

Presidente: Hélio José (PROS-DF)

Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PR-MT)

Reuniões: **21** | Audiências
Extraordinárias Públicas: **14**

F.2 Comissões Temporárias

Nos próximos itens, o leitor pode visualizar os principais dados sobre as comissões temporárias. Elas são extintas após a conclusão da tarefa, ao término do respectivo prazo ou ao final da Sessão Legislativa Ordinária (RISF, art. 74, I, II e III c/c art. 76, I, II e III).

F.2.1 - Comissões Temporárias Internas e Externas

As Comissões Internas são criadas para lidar com matérias legislativas em situações

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

especiais, como projetos de código, e realizam estudos mais aprofundados sobre temas específicos. Costumam receber especialistas para debates. As Comissões Externas são criadas para representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos (RISF, art. 74, I e II).

CECODELEI | Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código Eleitoral

Atribuições específicas:
ATS 192/2010

Composição: **23** titulares

Presidente: José Antonio Dias Toffoli

Vice-Presidente: Vago

CTREFCC | Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial (Art. 374 - RISF)

Atribuições específicas:
PLS 487/2013

Composição: **11** titulares e **11** suplentes

Presidente: Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)

Vice-Presidente: Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator: Pedro Chaves (PSC-MS)

Reuniões: **2** Reuniões

CJD | Comissão de Juristas da Desburocratização

Atribuições específicas: ATD 13/2015

Composição: **20** titulares

Presidente: Mauro Campbell Marques

Vice-Presidente: João Geraldo Piquet Carneiro

Relator: José Antonio Dias Toffoli

CEAERO | Comissão Especial Destinada a Examinar o PLS 258, de 2016

Atribuições específicas:
PLS 258/2016

Composição: **11** titulares

Presidente: Vicentinho Alves (PR-TO)

Vice-Presidente: Pedro Chaves (PSC-MS)

Relator: José Maranhão (PMDB-PB)

Reuniões: **2** Reuniões

PREVISTAS (AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
CEHT	Comissão Externa dos Hospitais do Tocantins	RQS 974/2016
CEJAVARI	Comissão Externa da Terra Indígena do Vale do Javari	RQS 742/2017
CPADOCF	Comissão para Acompanhamento da Operação Carne Fraca	RQS 163/2017
CEOI	Comissão Especial de Obras Inacabadas	RQS 584/2016

F.2.2 - Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) estão previstas no artigo 58, §3º da Constituição Federal. Elas investigam ou fiscalizam fatos determinados e têm os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais. Não podem, entretanto, julgar nem condenar. Apenas reúnem provas e elementos processuais que poderão servir para a propositura da ação penal pelo Ministério Público.

CPIBNDDES

CPI do BNDES

Atribuições específicas: RQS 375/2017

Composição: 13 titulares e 8 suplentes

Presidente: Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Vice-Presidente: Sérgio Petecão (PSD-AC)

Relator: Roberto Rocha (PSDB-MA)

Reuniões: **13** Reuniões | Audiências Públicas (Oitivas): **9**

CPIMT

CPI dos Maus-tratos

Atribuições específicas: RQS 277/2017

Composição: 7 titulares e 5 suplentes

Presidente: Magno Malta (PR-ES)

Vice-Presidente: Simone Tebet (PMDB-MS)

Relator: José Medeiros (PODE-MT)

Reuniões: **16** Reuniões | Audiências Públicas (Oitivas): **11**

CPIPREV*

CPI da Previdência

Atribuições específicas: RQS 161/2017

Composição: 7 titulares e 5 suplentes

Presidente: Paulo Paim (PT-RS)

Vice-Presidente: Telmário Mota (PTB-RR)

Relator: Hélio José (PROS-DF)

Reuniões:

33
Reuniões

Audiências
Públicas
(Oitivas):

25

*Concluída conforme artigo 76 do RISF

PREVISTAS (AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
CPISALARIOS	CPI dos Supersalários	RQS 815/2017

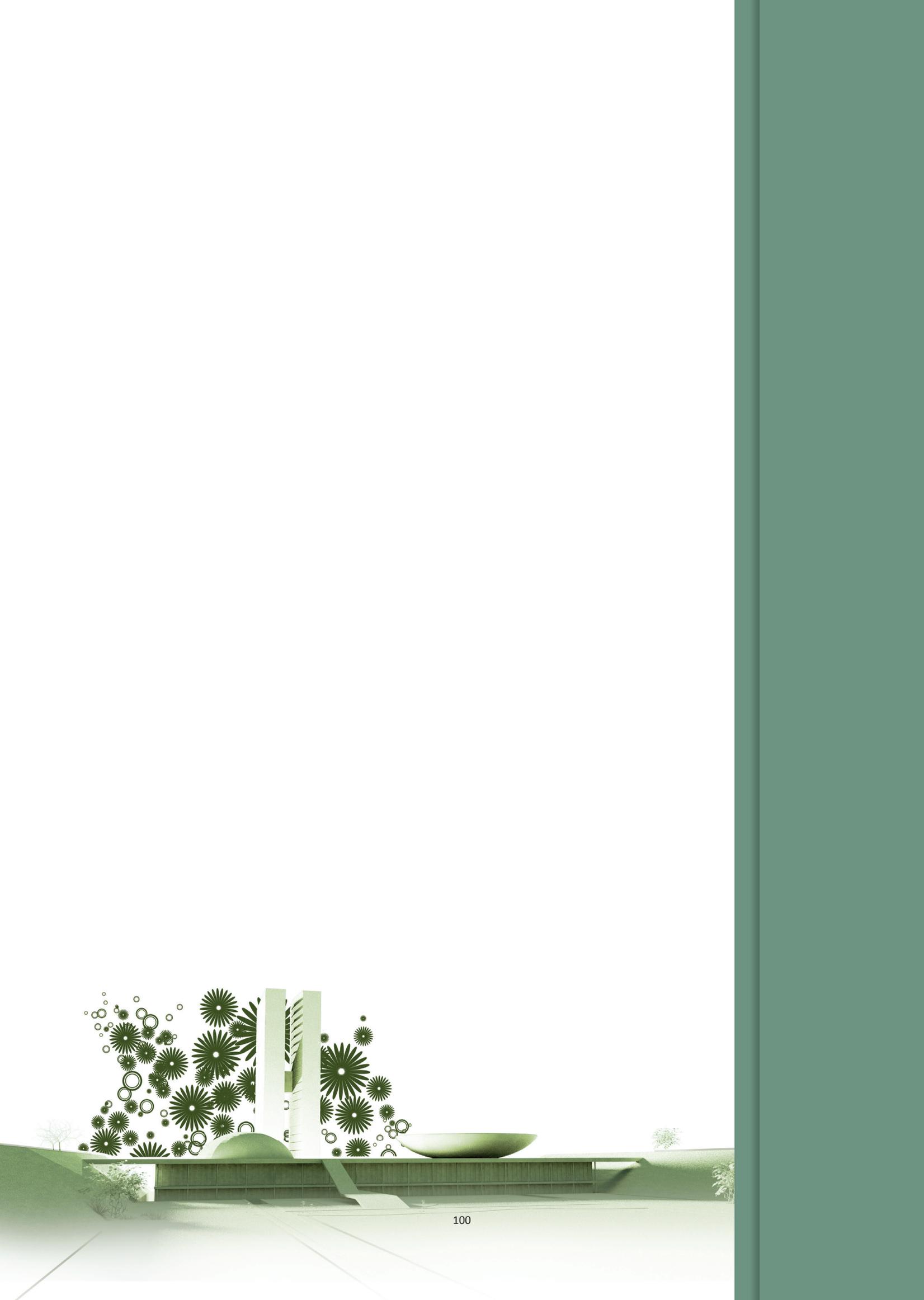
CONCLUÍDAS (CONFORME O ARTIGO 76 DO RISF)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
CPIFundos	CPI dos Fundos de Pensão	RQS 478/2015
CPIB	CPI das Barragens	RQS 1343/2015

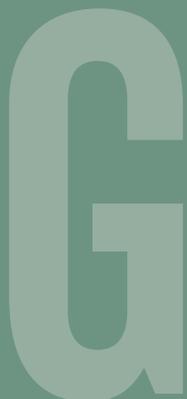
Mapas de reuniões
das Comissões:



Composições inicial e
final das Comissões:







ÓRGÃOS

Além da Mesa, do Plenário e das Comissões, o Senado Federal possui outros órgãos colegiados, que se dividem em:

ÓRGÃOS DE PREMIAÇÃO

Premiam pessoas e empresas que tenham contribuído em áreas como meio ambiente, direitos humanos, indústria, jornalismo, esporte e questões raciais.

ÓRGÃOS TÉCNICOS

Criados por ato, resolução ou lei, com finalidades disciplinares, correcionais, de proteção de direitos e de auxílio ao Congresso Nacional.

ÓRGÃOS DE CARÁTER CONSULTIVO

Ligados à administração superior do Senado Federal, com a finalidade de realizar estudos e participar da elaboração de propostas legislativas.

Nas próximas páginas do Relatório, é possível conhecer os órgãos colegiados que compõem o Senado, os premiados por contribuições importantes em suas áreas ao longo do ano, entre outras informações.

Ao escolher o título das premiações que oferece, o Senado costuma homenagear personagens que fizeram parte da história do país em suas áreas de atuação. Saiba quem são eles:

– **Bertha Lutz:** é considerada uma grande líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras; trabalhou pela aprovação da legislação que outorgou às mulheres o direito ao voto e à candidatura.

– **Roberto Marinho:** um dos jornalistas mais influentes do Brasil. Transformou o jornal O Globo, da sua família, em um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo.

– **José Ermírio de Moraes:** criou o grupo Votorantim, um dos maiores grupos empresariais do país.

– **Dom Hélder Câmara:** o bispo ficou conhecido pela sua defesa dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro.

– **Dorina de Gouvêa Nowill:** educadora brasileira que, cega aos 17 anos, dedicou-se à inclusão dos deficientes visuais no país. Sua fundação distribui gratuitamente livros em braille, falados e digitais para pessoas com deficiência visual.

– **Abdias Nascimento:** foi deputado federal de 1983 a 1987 e Senador da República de 1997 a 1999. Na política, defendeu a igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil.

– **Nise Magalhães da Silveira:** aluna de Carl Jung, foi uma médica que inovou no tratamento psiquiátrico, substituindo as práticas agressivas como eletrochoque por terapias ocupacionais.

– **Zilda Arns:** médica pediatra e sanitarista brasileira, foi fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa.

G.1 Órgãos de Premiação



Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz - CDBL

RSF 2/2001

Premia pessoas que atuaram na defesa dos direitos da mulher e em questões de gênero.

AGRACIADOS:

Denice Santiago, Diza Gonzaga, Isabel Cristina Heyvaert, Raimunda Luzia de Brito e Tati Bernardi.



Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico - PJRM

RSF 8/2009

Premia jornalistas com contribuições importantes para o jornalismo brasileiro.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes - DJEM

RSF 35/2009

Premia empresas e empresários de destaque na indústria nacional.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara - CDHC

RSF 14/2010

Premia pessoas com destaque na defesa dos direitos humanos no Brasil.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho do Projeto Jovem Senador - PJS

RSF 42/2010, regulado
pelo ATD 7/2011

Concurso de redação entre estudantes de escolas públicas brasileiras. Os vencedores atuam por três dias como Jovens Senadores de seus estados.

AGRACIADOS:

Neste ano, os três primeiros lugares, respectivamente, foram: Bruna Neri Cardoso Brandão - DF, Silmark de Araújo Alencar - MA e Raissa de Souza Reis - AM.



Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill - CDGN

RSF 34/2013

Premia pessoas que atuaram na defesa das pessoas com deficiência.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.



Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento - CSAN

RSF 47/2013

Premia pessoas que atuaram na promoção da cultura afro-brasileira.

AGRACIADOS:

Não houve agraciados neste ano.

Conselho do Prêmio Senado Federal de História do Brasil - PSFHB*

RSF 36/2008

Premia três autores de obras de história política do Brasil.

*Ainda não foram realizadas reuniões desse órgão

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental - PMA*

RSF 15/2012

Premia pessoas e organizações que atuaram na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Conselho da Comenda do Mérito Esportivo - CME*

RSF 8/2015

Premia atletas brasileiros de destaque no ano.

Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor – PJE*

RSF 31/2016

Premia estudantes, jovens empreendedores e entidades com destaque em empreendedorismo.

Comenda Nise Magalhães da Silveira – CNMS*

RSF 43/2016

Premia pessoas que atuaram no desenvolvimento de condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil.

Comenda Zilda Arns – CZA*

RSF 21/2017

Premia pessoas ou instituições que desenvolvem, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente.

*Ainda não foram realizadas reuniões desses órgãos

G.2 Órgãos Técnicos

Corregedoria Parlamentar - CORREG

RSF 17/1993

Sua finalidade é manter o decoro, a ordem, a disciplina e a segurança interna e externa do Senado Federal.

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP

RSF 20/1993

Sua finalidade é zelar pela observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno do Senado Federal, atuando na preservação da dignidade do mandato parlamentar dos Senadores.

Procuradoria Parlamentar - PROPAR

RSF 40/1995

Sua finalidade é defender o Senado, suas funções institucionais e as de seus órgãos e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem em razão do exercício do mandato.



Ouvidoria do Senado Federal - OUIDSF

ATD 5/2005, convalidado
pela RSF 1/2005

Sua finalidade é servir de canal de comunicação entre o cidadão e o Senado Federal, como forma de fortalecer o exercício da cidadania



Procuradoria Especial da Mulher - PROMUL

RSF 9/2013

Sua finalidade é zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher.

G.3 Órgãos de Caráter Consultivo

Conselho de Estudos Políticos - CEPSF

ATD 21/2006 e
PPR 8/2015

O Conselho de Estudos Políticos é vinculado à Comissão Diretora e tem como objetivo realizar estudos e propostas relativas à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais, de alcance setorial, regional ou nacional.

Conselho de Transparência e Controle Social – CTCS

ATD 3/2013, APR 9 e
10/2013 e PPR 8/2015

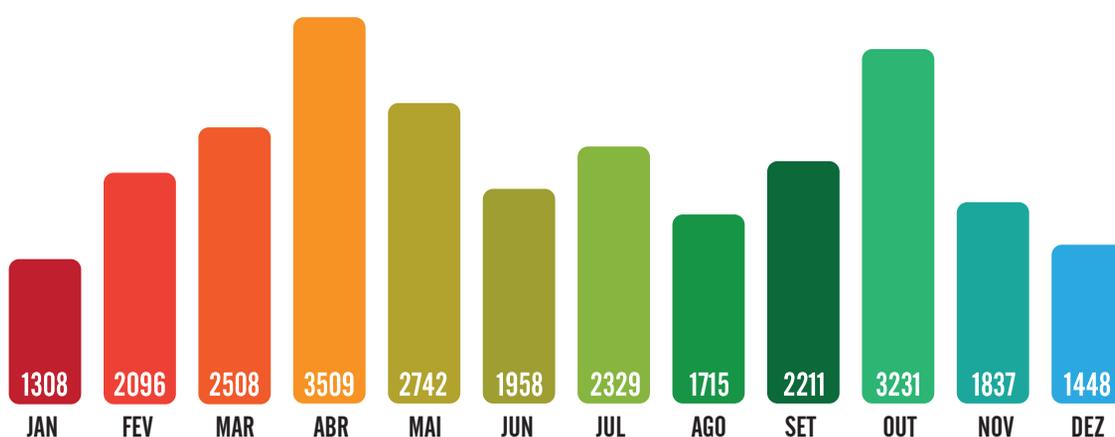
O Conselho de Transparência e Controle Social é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. A ele compete nortear a formulação de políticas que estimulem a cultura de transparência e controle social no Brasil, propondo ações com outros órgãos para a disseminação do acesso à informação pública e o conhecimento da Lei nº 12.527, de 2011 – Lei da Transparência.

ESTATÍSTICAS

Ouvidoria

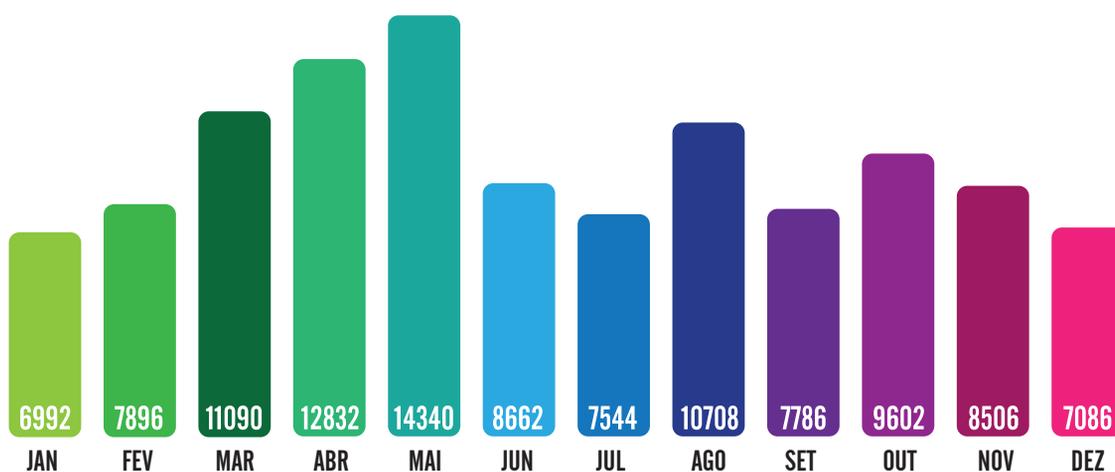
Em 2017, foram recebidas 113.044 ligações, tratadas em primeiro nível (0800 – Alô Senado). No mesmo período, foram registradas 26.892 manifestações, tratadas em segundo nível (após pesquisas ou consultas à outras áreas do Senado e respondidas pelo pós-atendimento).

Manifestações classificadas por mês*



* Manifestações atendidas em primeiro e segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores).

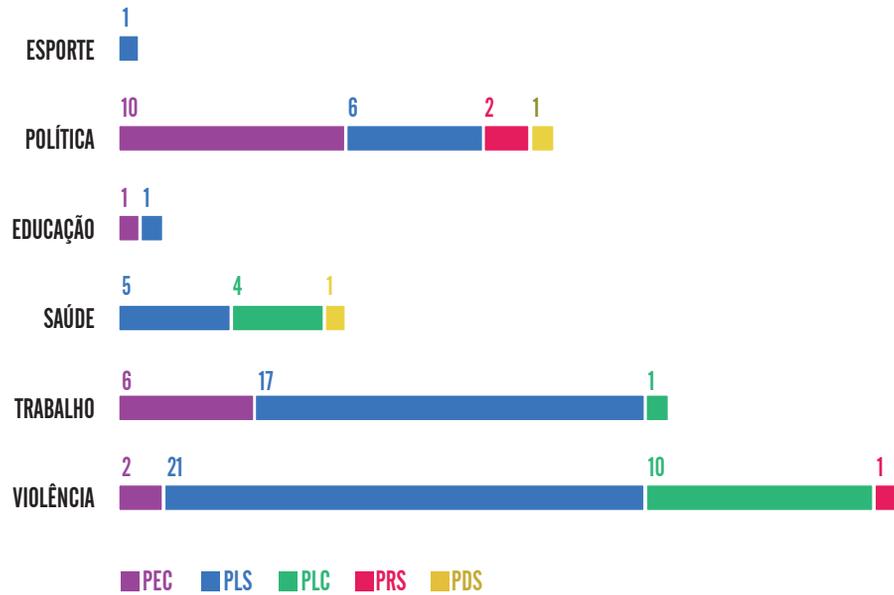
Atendimentos telefônicos (0800) Alô Senado**



**Manifestações concluídas pelo 0800 (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica).

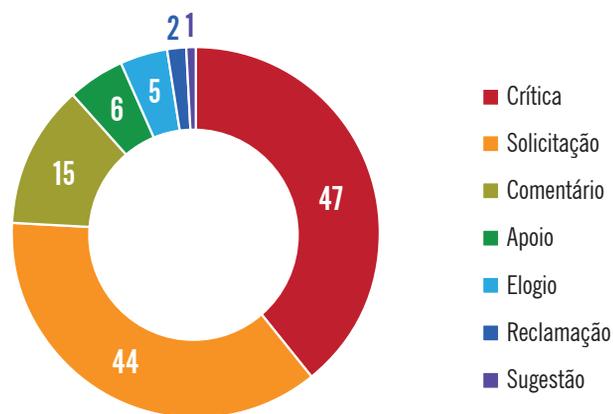
Procuradoria Especial da Mulher

Quantitativo de proposições legislativas acompanhadas, por tipo e temas



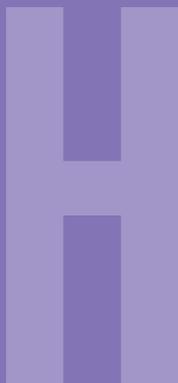
Os números dizem respeito às atividades da Procuradoria Especial da Mulher desde a sua criação, em 2013.

Manifestações classificadas por tipo de abordagem



Composições inicial e final, mapas de reuniões e outras informações dos Órgãos:





MATÉRIAS LEGISLATIVAS

As matérias legislativas são o ponto de partida para a elaboração de uma norma. São matérias, por exemplo, as Propostas de Emenda à Constituição e os Projetos de Lei.

Um processo detalhado se desdobra para que uma matéria legislativa se transforme enfim em norma jurídica. Em linhas gerais, primeiro ela é lida em plenário; em seguida, é encaminhada para as comissões pertinentes, de acordo com a área temática da matéria, onde poderá ser emendada (RISF, art. 122). Ao final dos trabalhos nas comissões, um relatório é apreciado e, uma vez aprovado, torna-se parecer. Ele será então submetido ao plenário (com exceção dos casos de poder terminativo das comissões). Após esse processo, a matéria legislativa poderá seguir para promulgação, para a Câmara dos Deputados, para sanção ou para arquivamento, a depender do tipo de matéria, da fase de sua tramitação e da deliberação sobre ela.

Os dados sobre as matérias legislativas que tramitaram ao longo do ano diretamente relacionadas à criação de leis ou de atos normativos estão detalhados nesta seção do Relatório: informações sobre Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei do Senado, Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara, Medidas Provisórias e Projetos de Lei de Conversão, além de Projetos de Decreto Legislativo e Projetos de Resolução.

Além das matérias legislativas citadas acima, há ainda as que não geram normas jurídicas, mas auxiliam o processo legislativo e fundamentam a atividade parlamentar dos senadores em suas funções constitucionais e regimentais. Estão nesse grupo os Requerimentos, as Mensagens e Ofícios, os Pareceres e os Recursos, também detalhados nesta seção.

FORAM APRESENTADAS

1.111 matérias
legislativas
no Senado

FORAM DELIBERADAS

784 MATÉRIAS

621 delas foram
aprovadas

163 delas foram
rejeitadas

DESTINO DAS MATÉRIAS APROVADAS

302 seguiram para
promulgação

168 seguiram para a
Câmara dos Deputados

151 seguiram para sanção

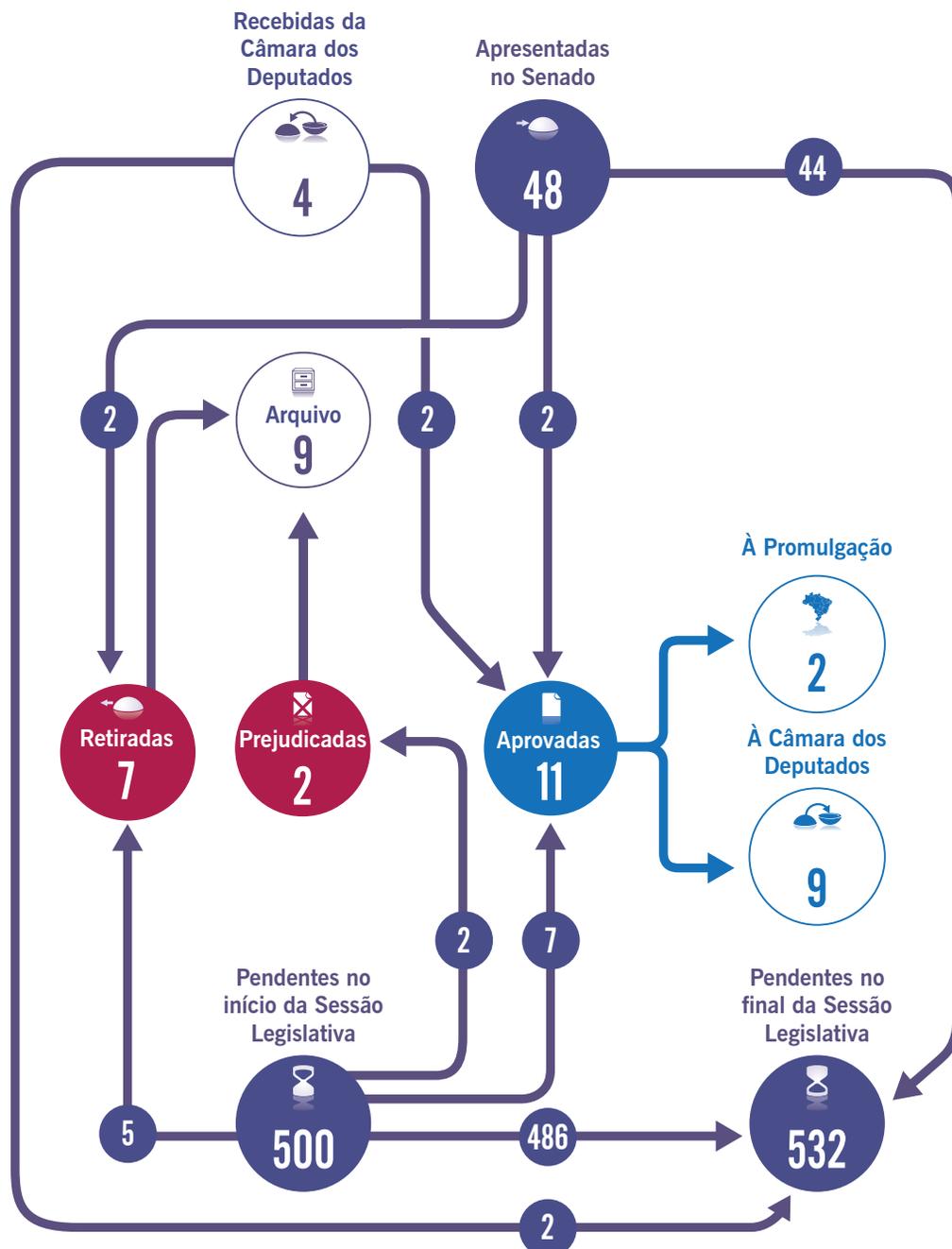
*Os números acima referem-se a Propostas de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias e Projetos de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução.

H.1 Propostas de Emenda à Constituição, Projetos e Medidas Provisórias

H.1.1 – Diagramas

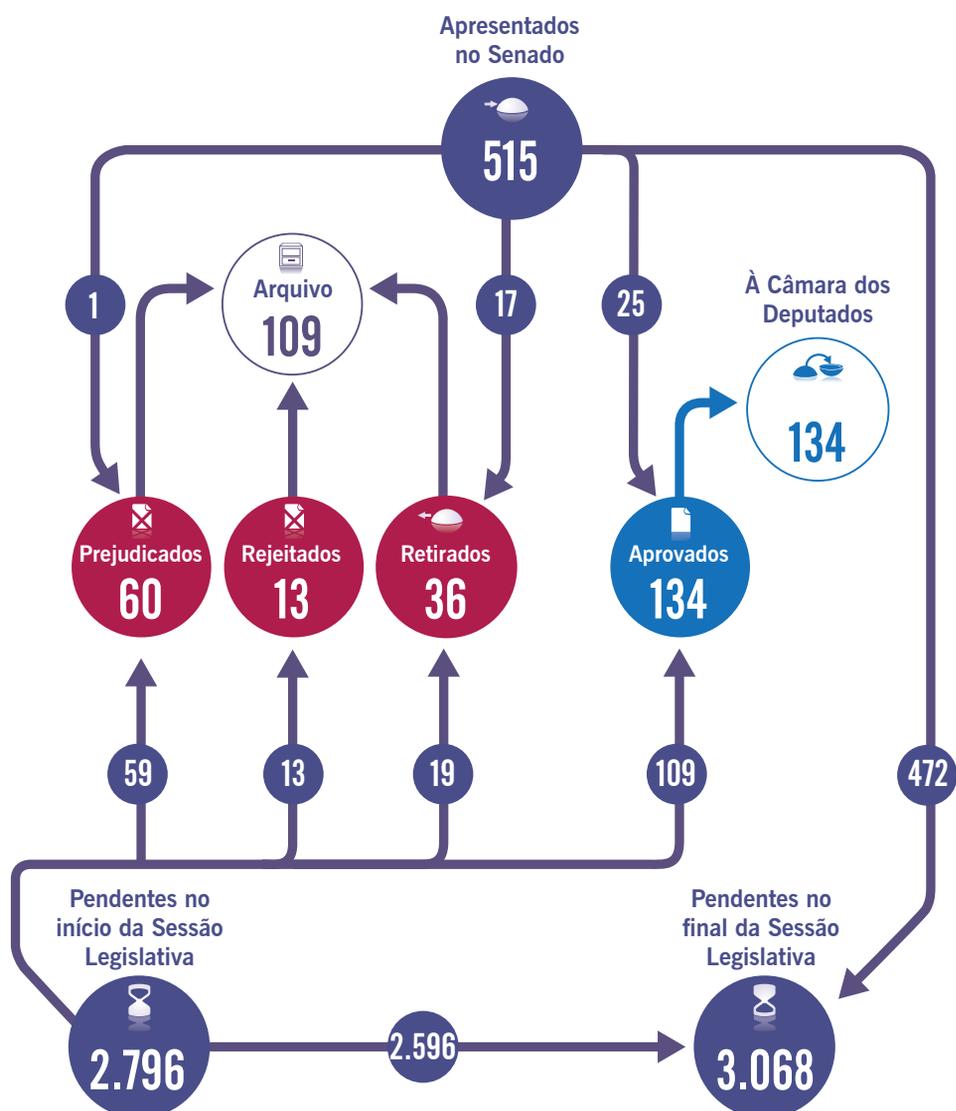
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)

Sugestões de alteração no texto da Constituição Federal. Sua aprovação depende do voto favorável de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, com apreciação em dois turnos (CF, art. 60).



Projetos de Lei do Senado (PLS)

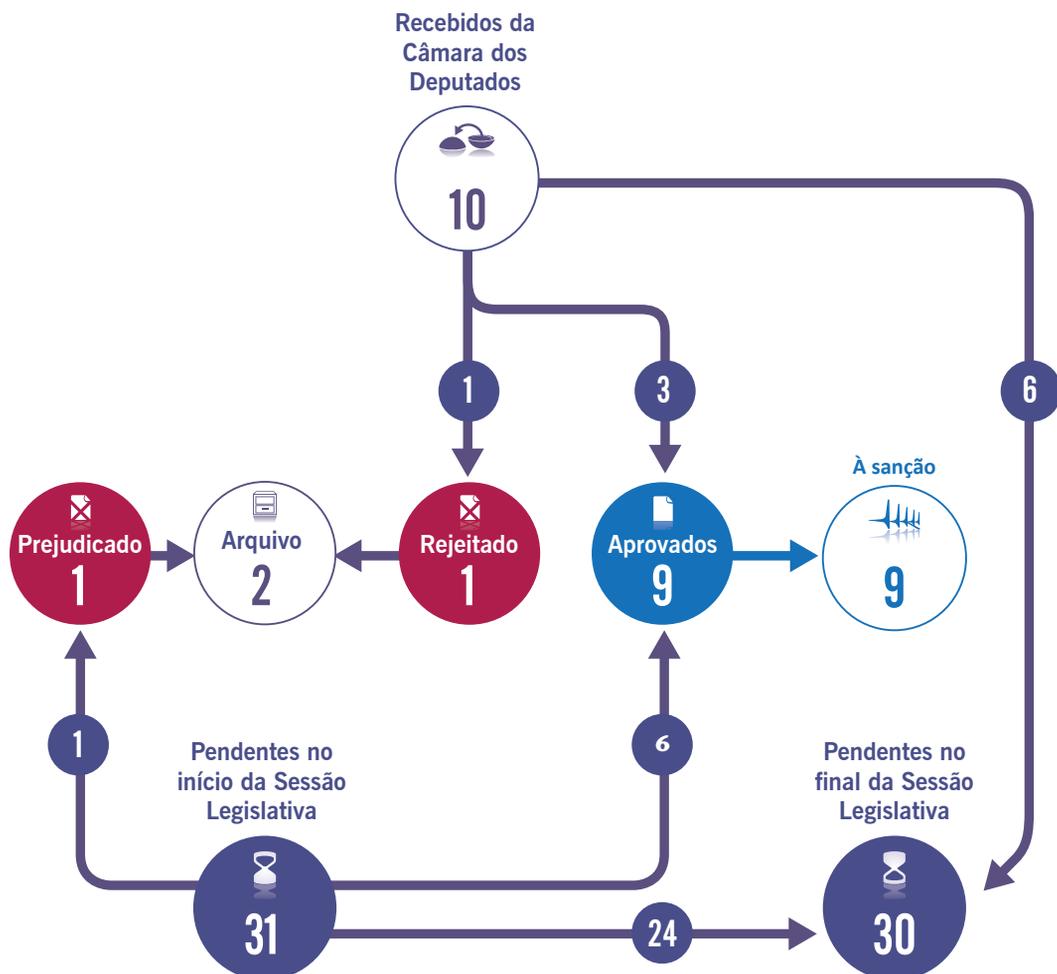
Projetos de lei ordinária ou complementar iniciados por senadores ou comissões do Senado (CF, art. 61, caput). Aprovados, são submetidos à revisão pela Câmara dos Deputados (CF, art. 65).



Emendas e Substitutos da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado (ECD e SCD)

Modificações aos Projetos de Lei do Senado propostas pela Câmara dos Deputados na fase de revisão do procedimento bicameral. Emendas (ECDs) são alterações pontuais à matéria original. Substitutos (SCDs) são alterações substanciais ao projeto, que dão nova versão ao texto.

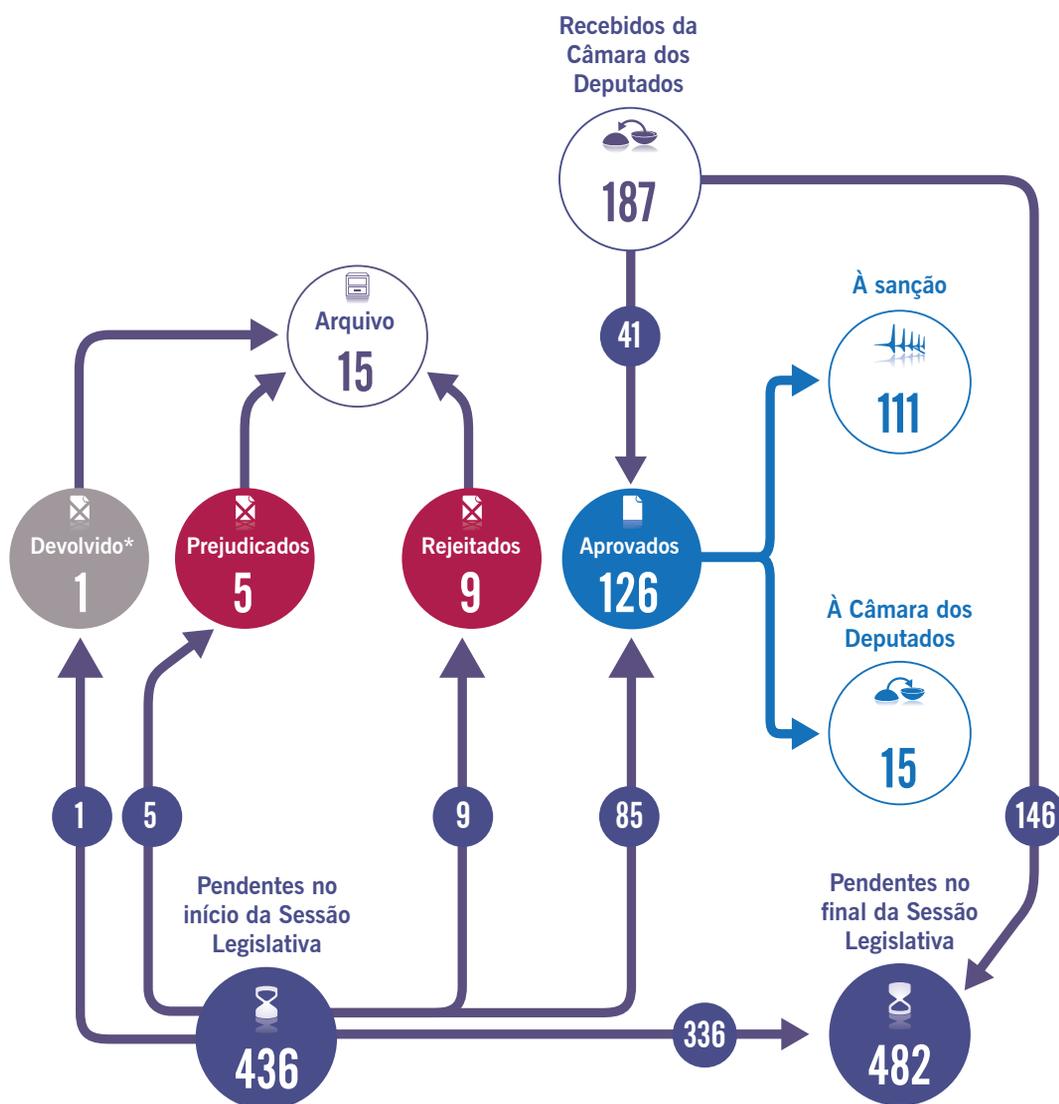
Quando voltam da Casa revisora, os substitutos e as emendas são novamente submetidos à apreciação da Casa iniciadora; nestes casos, o Senado (CF, art. 65, parágrafo único). Uma vez aprovados, seguem para sanção presidencial. Se forem rejeitados, é o texto original (ou seja, o Projeto de Lei do Senado) que é enviado à sanção.



Projetos de Lei da Câmara (PLC)

Projetos de lei ordinárias ou complementares que têm início na Câmara dos Deputados. Se aprovados, são submetidos à revisão do Senado Federal (CF, art. 65).

Podem ser de iniciativa dos Deputados Federais e das Comissões da Câmara, assim como alguns órgãos de outros Poderes, como a Presidência da República, o STF e os Tribunais Superiores (CF, art. 64 caput). Os cidadãos, por iniciativa popular, podem também apresentar projetos de lei à Câmara (CF, art. 61, §2º).

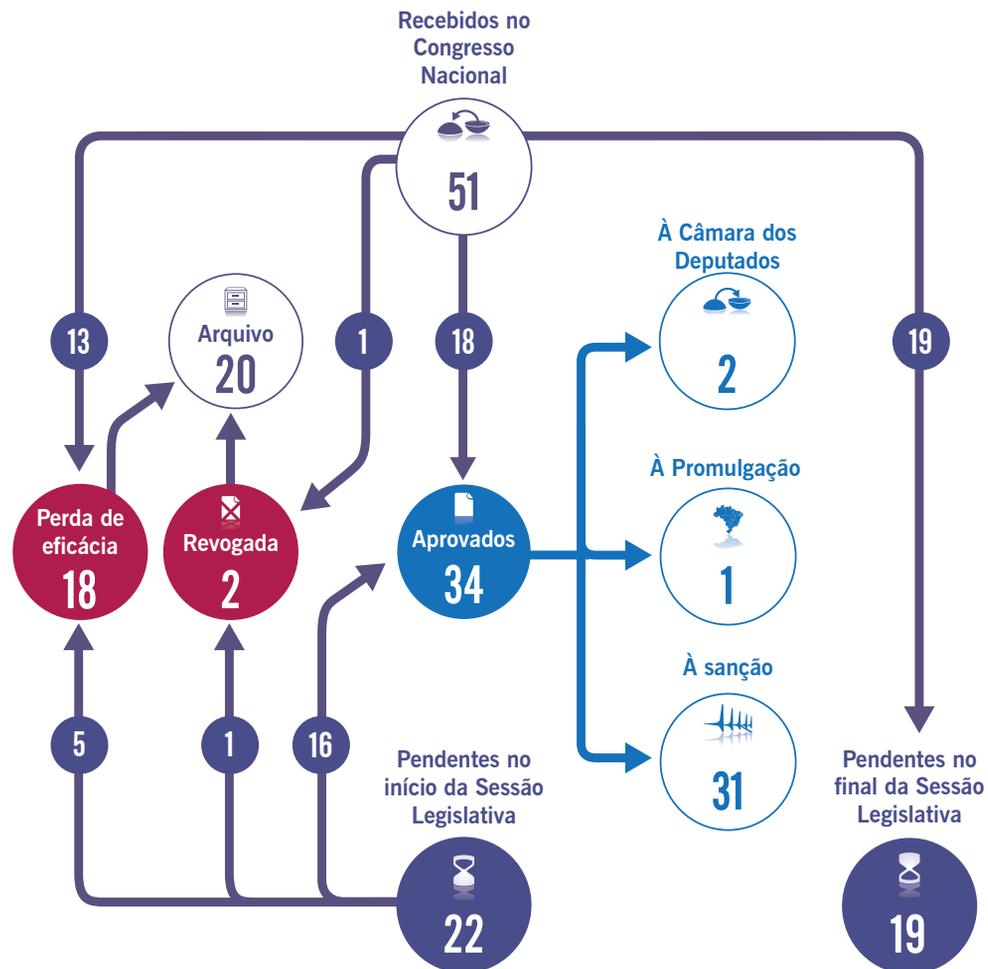


*Devolvido à Câmara dos Deputados em virtude de decisão judicial

Medidas Provisórias (MPV) e Projetos de Lei de Conversão (PLV)

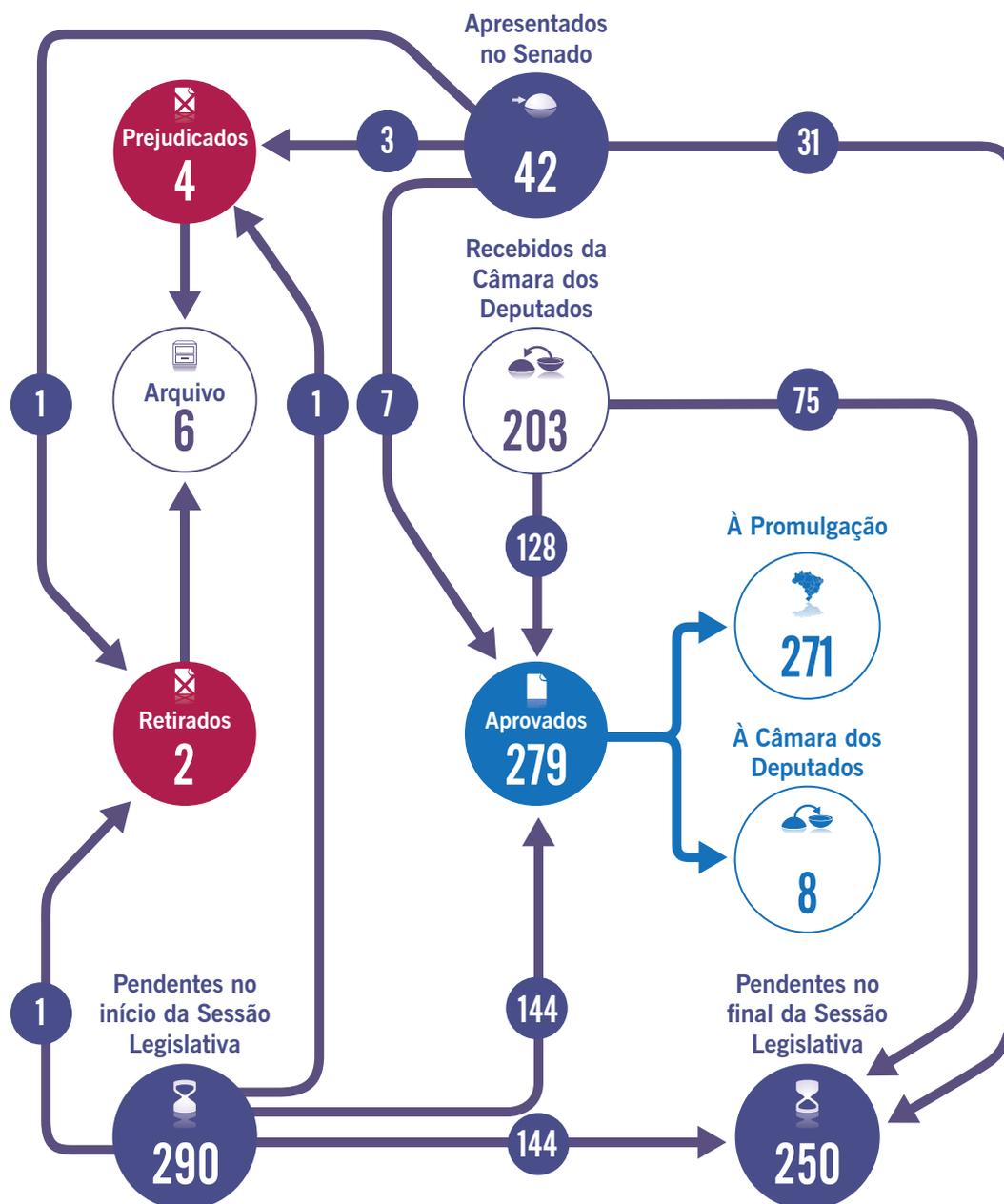
Atos normativos com força de lei editados em casos de relevância e urgência pelo Presidente da República (CF, art. 62, caput). Depois da apreciação pelas Casas do Congresso Nacional em até 120 dias, as MPVs podem ser convertidas em lei ou perder sua eficácia desde a edição. Quando emendadas, as Medidas Provisórias tramitam na forma de Projeto de Lei de Conversão (RCN 1/2002).

Antes de tramitar na Câmara e no Senado, as Medidas Provisórias são discutidas em uma comissão mista composta para essa finalidade específica. Depois, são discutidas e votadas na Câmara e, em seguida, no Senado. Nesta seção do Relatório, o leitor pode visualizar as Medidas Provisórias editadas neste ano e as editadas no ano anterior que estavam pendentes de deliberação do Congresso Nacional no início da Sessão Legislativa. As Medidas Provisórias editadas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estão detalhadas na seção F da parte II deste Relatório (Congresso Nacional).



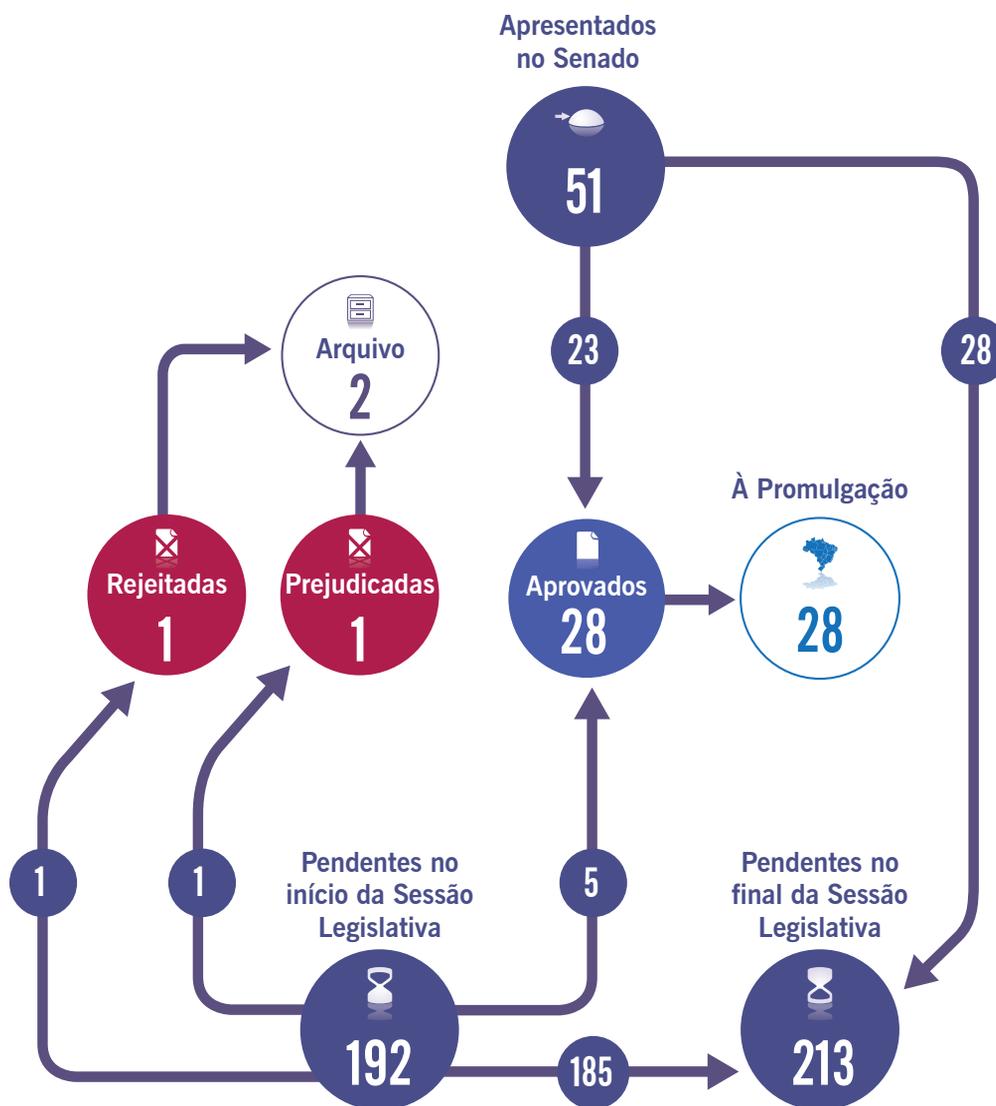
Projetos de Decreto Legislativo (PDS)

Projetos de atos tipicamente legislativos que tratam de assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49). Podem ter origem na Câmara dos Deputados ou no Senado e são apreciados separadamente pelas duas Casas.



Projetos de Resolução (PRS)

Tratam de assuntos da competência privativa do Senado Federal (CF, art. 52). Não passam pela revisão da Câmara dos Deputados.



OS NÚMEROS DAS MATÉRIAS LEGISLATIVAS NESTE ANO

COMEÇARAM A TRAMITAR NO SENADO

1.111
MATÉRIAS

666
tiveram o
Senado como
Casa Iniciadora

445
tiveram o
Senado como
Casa Revisora

52
Propostas
de Emenda
à Constituição

712
Projetos
de Lei*

51
Medidas
Provisórias

245
Projetos de
Decreto
Legislativo

51
Projetos de
Resolução

FORAM DELIBERADAS

784
MATÉRIAS**

438
delas em
Plenário

346
delas em Comissões
(terminativamente)

621 foram aprovadas **163** foram rejeitadas***

*Inclui os Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara e as Emendas e Substitutivos da Câmara a Projetos de Lei do Senado.

** Também inclui as que começaram a tramitar no Senado em anos anteriores.

***Inclui matérias prejudicadas, retiradas e Medidas Provisórias que perderam a eficácia ou que foram revogadas.

RESULTADOS DAS DELIBERAÇÕES POR TIPO DE MATÉRIA

PEC	PL*	MPV	PRS	PDS
11 aprovadas	269 aprovados	34 aprovadas	28 aprovados	279 aprovados
9 rejeitadas	126 rejeitados	20 rejeitadas	2 rejeitados	6 rejeitados

INICIATIVA DAS MATÉRIAS APROVADAS

187	393	40	1
do Senado Federal	da Câmara dos Deputados	do Presidente da República	dos Tribunais, Ministério Público e Defensoria Pública

DESTINO DAS MATÉRIAS APROVADAS

302	168	151
seguiram para promulgação	seguiram para a Câmara dos Deputados	seguiram para sanção

MATÉRIAS APROVADAS POR ASSUNTO**

				
26 Administrativo	56 Econômico	84 Honorífico	64 Jurídico	84 Social
5 PEC	1 PEC	84 PL*	4 PEC	1 PEC
13 PL*	40 PL*		58 PL*	74 PL*
8 MPV	15 MPV		2 MPV	9 MPV

*Inclui os Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei da Câmara e as Emendas e Substitutos da Câmara a Projetos de Lei do Senado.

** Inclui apenas Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei e Medidas Provisórias.

H.2 Demais Matérias Legislativas

Mensagens (MSF) e Ofícios “S” (OFS)

Matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo e submetidas ao conhecimento ou apreciação do Senado Federal. Destacam-se as Mensagens de indicação de autoridades, magistrados e chefes de missão diplomática de caráter permanente (CF, art. 52, III e IV) e os Ofícios de indicação de membros do Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 103-B, § 2º) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF, art. 130-A, caput).

MENSAGENS	
Pendentes no início da sessão legislativa	14
Recebidas no Senado Federal	77
Aprovadas pelo Plenário	51
Conhecidas	3
Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF)	1
Prejudicadas	6
Publicada	1
Retiradas pelo autor	3
Transformadas em Projeto de Decreto Legislativo	7
Transformadas em Projeto de Resolução do Senado	13
Total Apreciadas	85
Pendentes no final da Sessão Legislativa	6

OFÍCIOS “S” (OFS)	
Pendentes no início da sessão legislativa	78
Recebidos no Senado Federal	77
Aprovados pelo Plenário	23
Conhecidos	46
Prejudicados	5
Publicados	2
Rejeitada a decisão do Supremo Tribunal Federal	1
Retirado pelo autor	1
Transformados em Projeto de Resolução do Senado	2
Total Apreciados	80
Pendentes no final da Sessão Legislativa	75

Indicações de chefes de missão diplomática e demais autoridades, deliberadas em 2017

AUTORIDADE*	Aprovadas	Prejudicadas/ Retiradas
Magistrados, Procurador-Geral da República e Defensor Público-Geral Federal	3	0
Membros do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público	23	6
Chefes de Missão Diplomática	22	2
Demais Autoridades	26	5

*A relação completa das indicações de autoridades deliberadas pelo Senado Federal está publicada na seção “Informações Complementares”.

Requerimentos (RQS)

Solicitações feitas por senadores, grupos de senadores ou comissões. Os requerimentos podem ser autônomos (por exemplo, os de informações e votos de aplausos) ou vinculados a alguma matéria (como os de tramitação conjunta, desapensamento ou de urgência). É por requerimento que são criadas, alteradas e prorrogadas as comissões temporárias e CPIs (RISF, art. 214 a 222).

REQUERIMENTOS	
Pendentes no início da Sessão Legislativa	289
Apresentados no Senado Federal	1.096
À publicação para que produzam efeitos	8
Aprovados pela Comissão Diretora	13
Aprovados pelo Plenário	289
Deferidos pela Comissão Diretora	79
Deferidos pela Presidência (art. 214, parágrafo único, III, do RISF)	1
Deferidos pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF)	69
Deferidos pela Presidência (art. 41 do RISF)	10
Deferidos pela Presidência (art. 48, inc. XXXIII, do RISF)	1
Encaminhados pela Presidência	170
Inadmitidos	3
Indeferidos pela Comissão Diretora	2
Indeferidos pela Presidência	2
Prejudicados	26
Publicados	20
Recebidos	42
Rejeitados pelo Plenário	122
Retirados pelo autor	27
Total Apreciados	884
Pendentes no final da Sessão Legislativa	501

Pareceres (P.S)

Trata-se de manifestações das comissões sobre matérias submetidas a seu exame (RISF, art. 137, caput). Todo parecer deve ser conclusivo (RISF, art. 133, caput) e pode tratar da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e do mérito das matérias.

A elaboração do parecer é indispensável para que uma matéria seja apreciada em plenário. Há, ainda, os pareceres de Plenário, feitos em substituição ao parecer de comissão.

PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO	
Plen – Plenário do Senado Federal	250
CDIR – Comissão Diretora	80
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	99
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	49
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	156
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	57
CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	24
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	17
CMA – Comissão de Meio Ambiente	11
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	103
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	17
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	6
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	10
CCT– Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	223
CPIPREV - Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência	1
Total	1.103

Outros tipos*

	AVS	DEN	INS	PET	PFS	R.S	SUG
Pendentes no Início da Sessão Legislativa	32	0	4	18	10	3	18
Apresentados/Recebidos no Senado Federal	43	2	0	10	2	24	69
Arquivadas por inépcia da inicial	0	0	0	5	0	0	0
Conhecidos	54	0	0	0	0	0	1
Inadmitidas	0	0	0	6	0	0	0
Prejudicados	0	0	1	0	0	1	0
Recebidos	0	0	0	0	0	23	0
Rejeitadas por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	0	0	0	0	0	0	10
Retirados pelo autor	0	0	0	0	1	1	0
Transformadas em Projeto de Lei do Senado	0	0	0	0	0	0	10
Transformado em Proposta de Emenda à Constituição	0	0	0	0	0	0	1
Transformado em Requerimento	0	0	0	0	1	0	0
Total Apreciados	54	0	1	11	2	25	22
Pendentes no final da Sessão Legislativa	21	2	3	17	10	2	65

*A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

Listagem descritiva das
Matérias Legislativas:

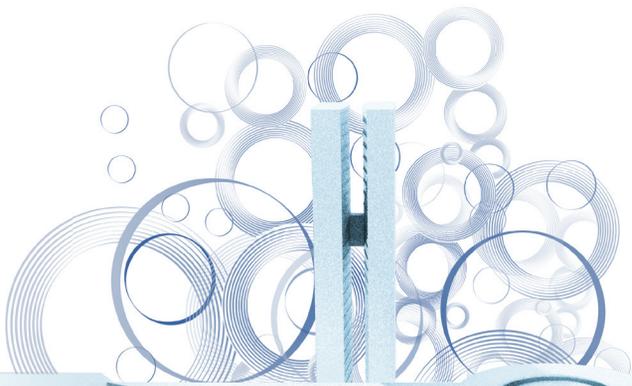


RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA **2017** SENADO FEDERAL E CONGRESSO NACIONAL



CONGRESSO NACIONAL

PARTE II





DIREÇÃO DOS TRABALHOS E LIDERANÇAS

No Congresso Nacional, assim como no Senado Federal, a direção dos trabalhos legislativos é feita pela Mesa. Ela é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes e por quatro Secretários (RISF, art. 46, caput c/c RCCN, art. 151). As atribuições da Mesa do Congresso Nacional estão previstas nos artigos 48 a 58 do Regimento Interno do Senado Federal e subsidiariamente no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não há uma eleição específica para a escolha dos membros da Mesa do Congresso: a presidência é exercida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (CF, art. 57, §5º).

A duração do mandato da Mesa do Congresso Nacional é de dois anos (RISF, art. 59, caput, primeira parte c/c RCCN, art. 151).

Além da direção feita pela Mesa, o Congresso Nacional também possui lideranças, como ocorre no Senado (RCCN, art. 4º, §§1º a 5º).

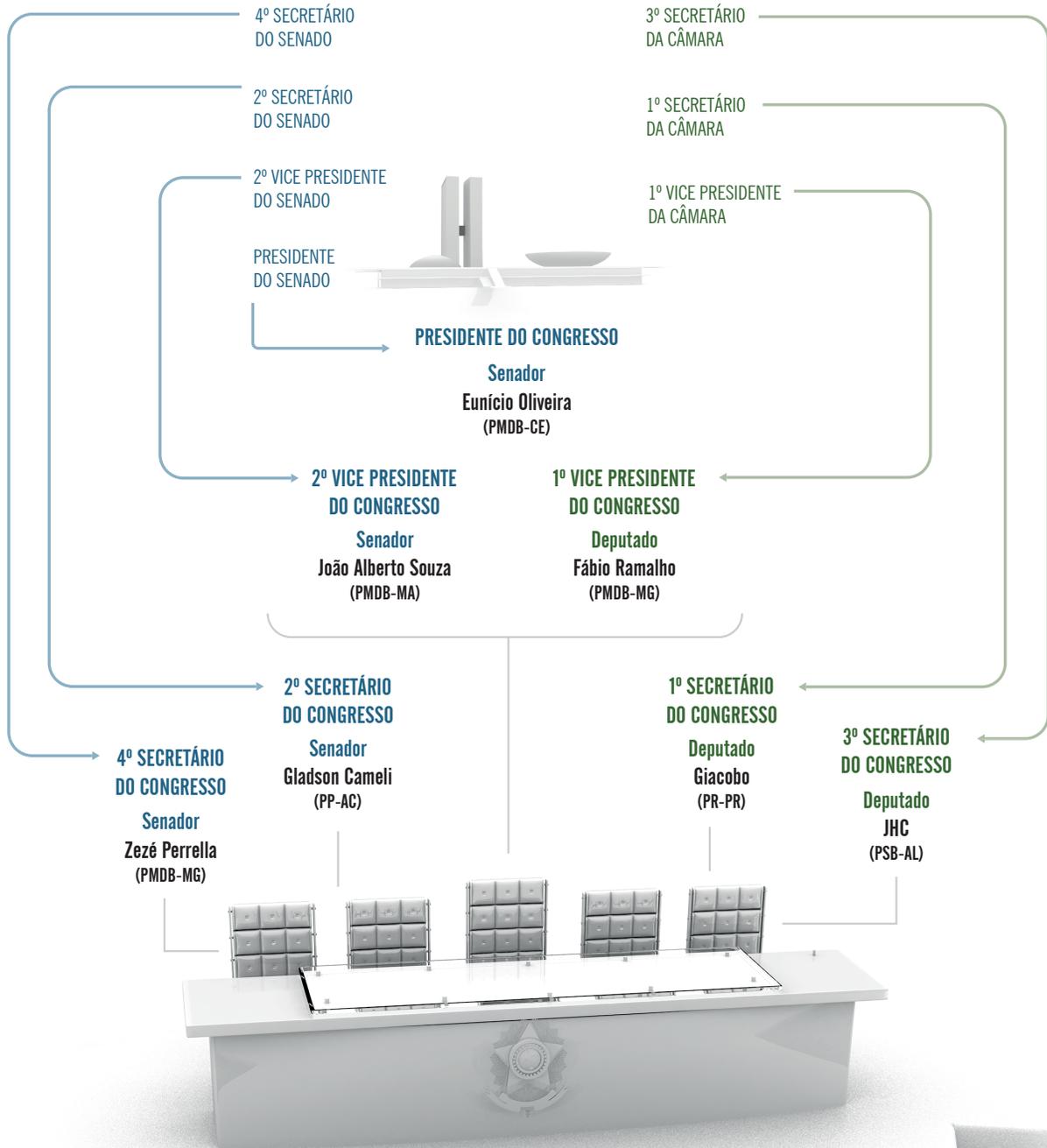
Nas próximas páginas do Relatório, o leitor pode visualizar a composição da Mesa do Congresso Nacional e, ainda, as lideranças e vice-lideranças de governo e da Minoria no ano.

Algumas das principais atribuições do Presidente da Mesa do Congresso

Em geral, as atribuições do Presidente da Mesa do Congresso Nacional são previstas subsidiariamente pelo Regimento Interno do Senado e pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RCCN, art. 151). Algumas dessas atribuições são:

- Abrir a Sessão Legislativa, proclamando inaugurados os trabalhos do Congresso Nacional;
- Convocar e presidir as sessões conjuntas do Congresso Nacional;
- Decidir as questões de ordem;
- Designar os membros das Comissões Mistas, mediante indicação das lideranças.

A.1 Composição da Mesa



A.2 Lideranças do Congresso Nacional

Lideranças de governo

O Regimento Comum do Congresso Nacional prevê a indicação de um líder de governo, feita pelo Presidente da República. O líder, por sua vez, pode indicar até dez vice-líderes entre os integrantes das representações partidárias que apoiem o governo (RCCN, art. 4º, §§1º e 2º).

Na tabela abaixo, é possível visualizar os líderes e vice-líderes do governo no ano.

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Governo	Líder	Sen. Romero Jucá (PMDB-RR)	2	Dep. André Moura (PSC-SE)
	1º Vice-Líder	Dep. Benito Gama (PTB-BA)	4	Sen. Romero Jucá (PMDB-RR)
	2º Vice-Líder	Dep. Leonardo Quintão (PMDB-MG)	4	Dep. Aelton Freitas (PR-MG)
	3º Vice-Líder	Dep. José Rocha (PR-BA)	4	Dep. Leonardo Quintão (PMDB-MG)
	4º Vice-Líder	Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC)	4	Dep. Benito Gama (PTB-BA)
	5º Vice-Líder	Dep. Juscelino Filho (DEM-MA)	4	Dep. José Rocha (PR-BA)

Lideranças da Minoria

O Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que a escolha do líder da Minoria no Congresso Nacional é anual e alternada entre senadores e deputados federais; este, por sua vez, pode indicar, entre seus liderados, cinco vice-líderes (RCCN, art. 4º, §§ 3º a 5º).

Na tabela abaixo, é possível visualizar os líderes e vice-líderes da Minoria no ano.

Bloco Parlamentar	Função	Lideranças ao início da Sessão Legislativa	Designações/ Alterações	Lideranças ao final da Sessão Legislativa
Minoria	Líder	Dep. Afonso Florence (PT-BA)	1	Dep. Décio Lima (PT-SC)
	1º Vice-Líder	Sen. Paulo Rocha (PT-PA)	-	Sen. Paulo Rocha (PT-PA)
	2º Vice-Líder	Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	-	Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)
	3º Vice-Líder	-	3	Dep. Afonso Florence (PT-BA)

1. **Em 15/02/2017:** o Deputado **Décio Lima (PT-SC)** foi designado líder do Bloco Parlamentar da Minoria no Congresso Nacional (Of. nº 28/GAB-LidPT, DCN de 23/02/2017, p. 22).
2. **Em 06/03/2017:** o Deputado **André Moura (PSC-SE)** foi indicado para exercer a função líder do Governo no Congresso Nacional (Mensagem nº59, DCN de 09/03/2017, p. 209).
3. **Em 07/03/2017:** O Deputado **Afonso Florence (PT-BA)** foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Minoria no Congresso Nacional (Of. s/nº-Liderança da Minoria, DCN de 09/03/2017, p. 152).
4. **Em 13/06/2017:** O Senador **Romero Jucá (PMDB-RR)** e os Deputados **Aelton Freitas(PR-MG)**, **Leonardo Quintão(PMDB-MG)**, **Benito Gama(PTB-BA)** e **José Rocha(PR-BA)** são designados vice-líderes do Governo no Congresso Nacional. (Of. s/nº-Liderança da Governo, DCN de 14/09/2017, p. 10).



B

SESSÕES PLENÁRIAS

Há algumas situações, previstas na Constituição Federal, em que os senadores se reúnem com os deputados em uma mesma sessão, sob a direção do presidente do Senado Federal. São as chamadas sessões conjuntas, detalhadas no artigo 1º do Regimento Comum do Congresso Nacional.

As sessões conjuntas podem ter caráter solene ou deliberativo. O Congresso se reúne em sessões solenes para inaugurar a Sessão Legislativa, dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, promulgar Emendas à Constituição e, ainda, homenagear Chefes de Estado estrangeiros e comemorar datas nacionais (RCCN, art. 1º, I a III e §§ 1º e 2º).

Além das sessões solenes, senadores e deputados podem se reunir em sessões de caráter deliberativo para discutir e votar o orçamento (RCCN, art. 1º, V e CF, arts. 48, II e 166), analisar e deliberar sobre os vetos presidenciais (RCCN, art. 1º, VI e CF, art. 66, § 4º), entre outras situações.

Esta seção do Relatório mostra os dados sobre as sessões conjuntas e os assuntos nelas tratados, neste ano.

SESSÕES CONJUNTAS

SOLENES



DE CARÁTER DELIBERATIVO

11 DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS
ORÇAMENTÁRIAS E VETOS

Conteúdo das Sessões Plenárias:



B.1 Sessões Conjuntas por tipo

TIPO DA SESSÃO	TOTAL
Solene	14
De caráter deliberativo	11
Total de Sessões Realizadas	25

B.2 Sessões Solenes por finalidade

DATA	FINALIDADE
02/02/2017	Destinada a inaugurar a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, nos termos do art. 57 da Constituição Federal.
08/03/2017	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e realizar a entrega do Diploma Bertha Lutz aos agraciados em sua 16ª Premiação.
17/04/2017	Comemorar o centenário de nascimento de Roberto de Oliveira Campos.
06/06/2017	Promulgação da Emenda Constitucional nº 96, de 2017, que "Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica".
27/06/2017	Destinada a comemorar os quarenta anos de fundação da Igreja Universal do Reino de Deus.
10/08/2017	Destinada a homenagear a União Nacional dos Estudantes - UNE pelo aniversário de 80 anos da entidade.
21/08/2017	Destinada a celebrar os 190 anos da criação dos dois primeiros cursos de Direito do Brasil, Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo.
18/09/2017	Em comemoração aos 45 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE.
19/09/2017	Destinada a comemorar os 45 anos de fundação da Rede Amazônica.
04/10/2017	Promulgação da Emenda Constitucional nº 97 de 2017, que "Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição."
31/10/2017	Realizar homenagem póstuma a Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.
29/11/2017	Destinada a homenagear os 100 anos da Igreja Assembleia de Deus do estado do Amazonas.
06/12/2017	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 98, de 2017, que "Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências."
15/12/2017	Destinada a comemorar o dia do Arquiteto e Urbanista e do sexto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR.



PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS EM PLENÁRIO

Nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, senadores e deputados podem atuar de várias maneiras: além de deliberar sobre assuntos de sua competência, eles apresentam matérias legislativas, fazem uso da palavra e, eventualmente, assumem a presidência das sessões, caso o Presidente do Congresso Nacional não possa dirigir os trabalhos legislativos.

Os congressistas podem eventualmente dirigir as sessões conjuntas, substituindo o Presidente do Congresso (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 46, §§1º e 4º). Nesta seção, é possível verificar quais parlamentares presidiram as sessões do Congresso neste ano, e quantas vezes isso ocorreu.

A apresentação de matérias legislativas é uma das atuações mais importantes dos congressistas. No âmbito do Congresso Nacional, há, por exemplo, os requerimentos (RQN) e os pareceres lidos em plenário (P.N). Nas próximas páginas, o leitor poderá consultar quantas matérias cada um dos congressistas apresentou no último ano.

Outra participação frequente e intrínseca à atividade de um congressista é o uso da palavra (RCCN, art. 151 c/c RISF, art. 14). O termo 'parlamentar' deriva do latim *parlare*, que significa falar, discursar. Congressistas discutem matérias, encaminham votações e dão satisfação à população que eles representam. Também nesta seção do Relatório, o leitor poderá visualizar quantas vezes cada congressista fez uso da palavra neste ano, por tipo de discurso.

6

**MATÉRIAS
LEGISLATIVAS
APRESENTADAS***

105

**PARECERES
LIDOS EM
PLENÁRIO**

941

USOS DA PALAVRA

*Para saber a situação de cada uma dessas matérias, e outras, deve-se consultar a sessão F, parte II, deste Relatório.

C.1 Senadores

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Senador(a)	Total
Ângela Portela	1
Cidinho Santos	1
Eduardo Lopes	1
Elmano Férrer	1
Eunício Oliveira	20
Fátima Bezerra	1
Fernando Bezerra Coelho	1
Gleisi Hoffmann	1
Hélio José	1
João Alberto Souza	1
Lúcia Vânia	1
Magno Malta	1
Marta Suplicy	1
Omar Aziz	2
Roberto Requião	1
Simone Tebet	1
Vanessa Grazziotin	2

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO			
Senador(a)	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Airton Sandoval	0	0	1
Ana Amélia	0	0	1
Antonio Anastasia	0	0	1
Antonio Carlos Valadares	0	0	2
Armando Monteiro	0	0	1
Ataídes Oliveira	0	1	2
Benedito de Lira	0	0	1
Davi Alcolumbre	0	0	3
Eduardo Amorim	0	0	2
Elmano Férrer	0	0	1
Fernando Bezerra Coelho	0	0	2
Fernando Collor	0	0	1
Flexa Ribeiro	0	0	2
Hélio José	0	0	1
Lasier Martins	0	0	1
Lídice da Mata	0	0	1
Marta Suplicy	0	0	2
Pedro Chaves	0	0	3
Raimundo Lira	0	0	1
Regina Sousa	0	0	1
Ricardo Ferraço	0	0	1
Romero Jucá	1	0	1
Valdir Raupp	0	0	1
Vanessa Grazziotin	0	0	1
Vicentinho Alves	0	0	1
Wellington Fagundes	0	1	0
Wilder Morais	0	0	1

USO DA PALAVRA							
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Acir Gurgacz	1	0	0	0	0	0	0
Ana Amélia	1	1	0	1	0	0	0
Ângela Portela	1	0	0	0	0	0	0
Antonio Carlos Valadares	1	0	0	0	0	0	0
Armando Monteiro	1	0	0	1	0	0	0
Benedito de Lira	0	0	0	2	0	0	0
Cássio Cunha Lima	3	0	0	0	0	0	0
Ciro Nogueira	1	0	0	0	0	0	0
Dário Berger	1	0	1	0	0	0	0
Eduardo Amorim	1	0	0	0	0	0	0
Eduardo Braga	2	0	0	0	0	0	0
Eduardo Lopes	1	0	0	0	0	0	0
Elmano Férrer	1	0	0	0	0	0	0
Eunício Oliveira	2	0	0	0	0	0	0
Fátima Bezerra	4	0	0	0	0	0	0
Fernando Bezerra Coelho	2	0	1	0	0	0	0
Flexa Ribeiro	1	0	2	2	0	0	0
Garibaldi Alves Filho	0	0	0	0	0	0	1
Gladson Cameli	2	0	0	0	0	0	0
Gleisi Hoffmann	3	1	0	1	0	0	0
Hélio José	14	0	1	1	1	0	0
Humberto Costa	4	0	1	3	0	0	0
Ivo Cassol	1	0	0	1	0	0	0
João Capiberibe	1	0	0	0	0	0	0
Jorge Viana	3	0	0	0	0	0	1
José Agripino	1	0	0	0	0	0	0
José Medeiros	4	0	0	2	0	0	0
José Pimentel	1	0	0	0	0	0	0
José Serra	2	0	1	1	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Senador(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Explicação Pessoal	Pela Ordem	Questão de Ordem
Kátia Abreu	1	0	0	0	0	0	0
Lasier Martins	1	0	0	0	0	0	0
Lídice da Mata	1	0	0	1	0	0	0
Lindbergh Farias	2	0	1	4	0	1	0
Lúcia Vânia	1	0	0	0	1	0	0
Magno Malta	3	0	0	1	1	0	0
Maria do Carmo Alves	1	0	0	0	0	0	0
Marta Suplicy	4	0	0	0	0	0	0
Omar Aziz	5	0	0	0	0	0	0
Paulo Paim	2	0	0	0	0	0	3
Paulo Rocha	1	0	0	0	0	0	0
Pedro Chaves	1	0	0	0	0	0	0
Raimundo Lira	1	0	0	0	0	0	0
Randolfe Rodrigues	3	0	0	5	1	1	0
Regina Sousa	2	0	0	0	0	0	0
Reguffe	1	0	0	1	0	0	0
Renan Calheiros	1	0	0	0	1	0	0
Roberto Requião	1	0	0	0	0	0	0
Roberto Rocha	2	0	0	0	0	0	0
Romero Jucá	4	0	1	2	0	0	0
Ronaldo Caiado	2	0	0	0	0	0	0
Rose de Freitas	1	0	0	0	0	0	0
Sérgio Petecão	1	0	0	0	0	0	0
Telmário Mota	2	2	1	2	0	0	0
Valdir Raupp	1	0	0	0	0	0	0
Vanessa Grazziotin	6	0	2	11	0	2	0
Vicentinho Alves	0	0	0	2	0	0	0
Wellington Fagundes	4	1	1	0	0	0	0

C.2 Deputados

EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA	
Deputado(a)	Total
Arlindo Chinaglia	1
Carlos Manato	1
Erika Kokay	1
Fábio Ramalho	4
JHC	1
Orlando Silva	1
Rôney Nemer	1
Silas Câmara	1

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO			
Deputado(a)	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Alex Canziani	0	0	1
Altineu Côrtes	0	0	1
André Moura	0	0	1
Betinho Gomes	0	0	1
Bohn Gass	0	0	1
Cacá Leão	0	0	1
Carlos Marun	0	0	1
Carlos Zarattini	0	1	0
Carmen Zanotto	0	0	4
Cleber Verde	0	0	1
Dâmina Pereira	0	0	1
Delegado Francischini	0	0	1
Domingos Sávio	0	0	2
Edmar Arruda	0	0	2
Elcione Barbalho	1	0	0
Erika Kokay	0	0	1

MATÉRIAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E PARECERES LIDOS EM PLENÁRIO			
Deputado(a)	Projeto de Resolução	Requerimento	Parecer
Evandro Roman	0	0	1
Fábio Ramalho	0	0	2
Felipe Maia	0	0	1
Gabriel Guimarães	0	0	1
Gonzaga Patriota	0	0	2
Gorete Pereira	0	0	1
João Arruda	0	0	1
João Campos	0	0	1
João Fernando Coutinho	0	0	1
José Priante	0	1	1
José Reinaldo	0	0	1
José Rocha	0	0	1
José Stédile	0	0	1
Julio Lopes	0	0	1
Laura Carneiro	0	0	4
Leonardo Quintão	0	0	1
Maia Filho	0	0	1
Mandetta	0	0	1
Marco Tebaldi	0	0	1
Marcus Pestana	0	0	5
Mário Negromonte Jr.	0	0	1
Newton Cardoso Jr	0	0	2
Nilson Leitão	0	0	1
Nilton Capixaba	0	0	3
Norma Ayub	0	0	1
Pedro Fernandes	0	0	1
Professora Dorinha Seabra Rezende	0	0	1
Rosângela Gomes	0	0	2
Sergio Souza	0	0	1
Toninho Wandscheer	0	0	3
Victor Mendes	0	0	3
Wellington Roberto	0	0	2

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Afonso Florence	4	0	0	0	0	0	0
Afonso Hamm	4	0	0	0	0	0	0
Afonso Motta	1	0	0	1	0	0	0
Aguinaldo Ribeiro	0	0	0	1	0	0	0
Alan Rick	0	0	0	2	0	0	0
Alberto Fraga	1	0	0	2	1	2	0
Alessandro Molon	1	1	0	1	0	0	0
Alfredo Kaefer	0	0	0	1	0	0	0
Alfredo Nascimento	2	0	0	0	0	0	0
Alice Portugal	5	2	2	13	0	3	0
Aliel Machado	4	0	0	4	0	0	0
Altineu Côrtes	2	0	0	0	0	0	0
André Amaral	1	0	0	0	0	1	0
André Figueiredo	2	0	1	1	0	1	0
Andre Moura	2	2	0	2	0	0	0
Antonio Brito	0	0	0	1	0	0	0
Arlindo Chinaglia	1	0	0	0	0	0	0
Arnaldo Faria de Sá	2	0	0	0	0	0	0
Arnaldo Jordy	5	0	0	3	0	0	0
Arolde de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0
Assis do Couto	1	0	0	0	0	0	0
Bacelar	0	0	0	2	0	0	0
Baleia Rossi	1	0	0	0	0	0	0
Bebeto	1	0	1	1	0	0	0
Benedita da Silva	2	0	0	2	0	0	0
Betinho Gomes	1	0	0	0	0	0	0
Beto Faro	1	0	0	0	0	0	0
Beto Rosado	1	0	0	0	0	0	0
Bohn Gass	12	0	5	7	0	2	0
Bruna Furlan	1	0	0	0	0	0	0
Cabo Daciolo	1	0	0	0	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Cabo Sabino	2	0	0	1	0	0	0
Caetano	2	0	1	0	0	0	0
Caio Narcio	0	0	0	1	0	0	0
Capitão Augusto	2	0	0	1	0	0	0
Carlos Andrade	0	0	0	1	0	0	0
Carlos Henrique Gaguim	1	0	0	0	0	0	0
Carlos Manato	2	0	0	0	0	0	0
Carlos Zarattini	5	4	1	3	0	0	0
Carmen Zanotto	4	0	3	4	0	1	0
Celso Pansera	2	0	1	0	0	0	0
Chico Alencar	4	0	1	5	0	0	0
Chico D'Angelo	1	0	0	0	0	0	0
Chico Lopes	2	0	0	1	0	0	0
Claudio Cajado	2	0	0	3	0	0	0
Cleber Verde	1	1	0	2	0	0	0
Cristiane Brasil	0	0	1	0	0	0	0
Dagoberto Nogueira	0	0	0	1	0	0	0
Dâmina Pereira	1	0	0	0	0	0	0
Daniel Almeida	2	0	0	1	0	0	0
Danilo Forte	0	2	1	1	2	2	0
Davidson Magalhães	4	0	1	2	0	1	0
Décio Lima	8	2	0	12	0	8	0
Delegado Éder Mauro	1	0	0	2	0	0	0
Delegado Edson Moreira	6	1	1	0	0	0	0
Delegado Francischini	0	0	0	2	0	0	0
Deoclides Macedo	1	0	0	0	0	0	0
Diego Garcia	1	1	0	1	0	0	0
Domingos Sávio	6	0	3	0	0	0	0
Dr. Sinval Malheiros	0	0	0	1	0	0	0
Edmilson Rodrigues	14	0	3	11	0	1	0
Eduardo Bolsonaro	3	0	0	1	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Efraim Filho	1	0	0	2	0	0	0
Elcione Barbalho	0	0	0	1	0	0	0
Eliziane Gama	2	0	0	2	0	0	0
Enio Verri	0	0	0	1	0	0	0
Erika Kokay	5	0	1	8	0	4	0
Eros Biondini	0	0	0	2	0	0	0
Esperidião Amin	2	0	0	1	0	0	0
Evair Vieira de Melo	0	0	0	1	0	0	0
Evandro Gussi	1	0	0	0	0	0	0
Fábio Ramalho	1	0	0	0	0	0	0
Felipe Maia	0	0	0	2	0	0	0
Flavinho	1	0	0	0	0	0	0
Francisco Floriano	1	0	0	0	0	0	0
Franklin	0	0	0	1	0	0	0
Geovania de Sá	0	0	0	1	0	0	0
Givaldo Carimbão	0	0	0	1	0	0	0
Glauber Braga	8	6	1	7	0	7	0
Gonzaga Patriota	2	0	0	1	0	0	0
Gorete Pereira	1	0	0	1	0	0	0
Heitor Schuch	1	0	0	1	0	0	0
Henrique Fontana	8	1	1	5	0	0	0
Heráclito Fortes	1	0	0	0	0	0	0
Herculano Passos	1	0	1	1	0	0	0
Hildo Rocha	1	1	3	3	1	0	0
Hiran Gonçalves	0	0	0	1	0	0	0
Hugo Leal	0	0	0	1	0	1	0
Ivan Valente	3	0	0	3	0	0	0
Jandira Feghali	4	0	0	5	0	1	0
Janete Capiberibe	1	0	0	1	0	0	0
Jefferson Campos	2	0	0	0	0	0	0
Jhonatan de Jesus	2	1	0	0	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
João Campos	0	0	0	1	0	0	0
João Daniel	3	0	0	0	0	0	0
João Derly	1	0	0	0	0	0	0
João Paulo Papa	0	0	1	1	0	0	0
João Rodrigues	1	0	0	1	0	0	0
Joaquim Passarinho	1	0	0	1	0	0	0
Jorge Côrte Real	0	0	0	1	0	0	0
Jorge Solla	3	0	3	2	0	0	0
Jorginho Mello	0	1	0	1	0	0	0
José Airton Cirilo	3	0	0	0	0	0	0
José Carlos Aleluia	1	0	0	0	0	1	0
José Priante	0	1	0	0	0	0	0
José Rocha	3	0	0	1	0	0	0
Josué Bengtson	0	0	0	1	0	0	0
Jovair Arantes	1	0	0	0	0	0	0
Júlio Cesar	4	1	0	0	0	0	0
Júlio Delgado	2	0	1	5	0	0	0
Junior Marreca	0	0	0	2	0	0	0
Laerte Bessa	1	0	0	0	0	0	0
Laudivio Carvalho	1	0	0	0	0	0	0
Laura Carneiro	6	0	2	1	0	0	0
Leandre	3	0	0	2	0	0	0
Lelo Coimbra	0	0	0	1	0	0	0
Leo de Brito	4	0	0	3	1	1	0
Leonardo Quintão	0	0	0	2	0	0	0
Lincoln Portela	1	0	0	1	0	0	0
Luciana Santos	2	0	1	0	0	0	0
Luis Carlos Heinze	5	0	1	2	0	0	0
Luiz Carlos Hauly	3	0	0	1	0	0	0
Luiz Couto	1	0	0	0	0	0	0
Luiz Lauro Filho	2	0	0	0	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Maia Filho	0	0	1	0	0	0	1
Major Olimpio	3	1	0	0	0	0	0
Márcio Marinho	1	0	0	0	0	0	0
Marcon	2	0	0	1	0	0	0
Marcos Montes	1	0	0	0	0	0	0
Marcos Reategui	0	0	0	1	0	0	0
Marcos Rogério	0	0	0	1	0	1	0
Marcus Pestana	2	0	1	1	0	0	0
Margarida Salomão	0	0	1	0	0	0	0
Maria do Rosário	3	0	1	0	0	1	0
Mauro Pereira	4	2	0	5	0	0	0
Miro Teixeira	2	0	0	9	1	0	0
Moses Rodrigues	1	0	0	0	0	0	0
Nelson Pellegrino	1	0	1	1	0	0	0
Newton Cardoso Jr	2	0	0	0	0	1	0
Nilton Capixaba	1	0	0	0	0	0	0
Odorico Monteiro	1	0	0	2	0	0	0
Onyx Lorenzoni	1	0	0	0	0	0	0
Orlando Silva	1	0	0	1	0	0	0
Otavio Leite	2	0	0	1	0	0	0
Paes Landim	2	0	0	0	0	0	0
Pastor Eurico	1	0	0	5	0	0	0
Pauderney Avelino	2	0	0	0	0	0	0
Paulo Henrique Lustosa	1	0	0	0	0	1	0
Paulo Pimenta	0	0	0	2	0	0	0
Paulo Teixeira	2	0	1	0	0	0	0
Pedro Cunha Lima	2	0	0	1	0	1	0
Pedro Paulo	1	0	0	0	0	0	0
Pedro Uczai	1	0	1	1	0	0	0
Pepe Vargas	2	0	1	0	0	1	0
Pollyana Gama	0	0	0	4	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Pompeo de Mattos	10	0	2	2	0	0	0
Professora Marcivania	1	0	0	1	0	0	0
Professor Victório Galli	1	0	0	1	0	0	0
Rafael Motta	1	0	0	0	0	0	0
Raquel Muniz	3	0	0	0	0	0	0
Remídio Monai	0	1	0	0	0	0	0
Renato Molling	1	0	0	0	0	0	0
Ricardo Izar	0	0	0	1	0	0	0
Roberto de Lucena	1	1	0	0	0	0	0
Robinson Almeida	1	1	0	0	0	0	0
Rodrigo de Castro	1	0	1	0	0	0	0
Rômulo Gouveia	1	0	0	0	0	0	0
Ronaldo Benedet	3	0	0	0	0	0	0
Rôney Nemer	1	0	0	0	0	0	0
Rosângela Gomes	1	0	0	0	0	0	0
Rubens Bueno	0	0	0	1	0	0	0
Rubens Pereira Júnior	0	0	0	1	0	0	0
Sandro Alex	2	0	0	0	0	0	0
Sarney Filho	0	1	0	0	0	0	0
Sergio Souza	0	1	0	0	0	0	0
Severino Ninho	2	0	0	0	0	0	0
Shéridan	0	0	0	1	0	0	0
Silas Câmara	1	0	0	0	0	0	0
Silas Freire	0	0	0	1	0	0	0
Silvio Costa	2	0	0	0	0	3	0
Silvio Torres	0	0	0	1	0	0	0
Simão Sessim	4	0	0	2	0	0	0
Soraya Santos	3	1	1	0	0	0	0
Sóstenes Cavalcante	1	1	0	0	0	0	0
Subtenente Gonzaga	2	0	0	0	0	0	0
Tadeu Alencar	1	0	0	0	0	0	0

USO DA PALAVRA							
Deputado(a)	Pronunciamento	Líder	Discussão	Encaminhamento de Votação	Pela Ordem	Questão de Ordem	Aparte
Tereza Cristina	1	0	0	1	0	0	0
Toninho Pinheiro	0	0	0	1	0	0	0
Uldurico Junior	1	0	0	0	0	0	0
Valdir Colatto	4	0	0	1	0	0	0
Valtenir Pereira	0	0	0	2	0	0	0
Vanderlei Macris	0	0	0	0	0	1	0
Vicentinho	1	0	0	0	0	0	0
Vicentinho Júnior	0	1	0	0	1	0	0
Victor Mendes	1	0	0	0	0	0	0
Vinicius Carvalho	1	0	0	2	0	0	0
Weliton Prado	1	0	0	0	0	0	0
Weverton Rocha	2	1	1	7	0	0	0
Wilson Filho	4	0	0	1	0	0	0
Wladimir Costa	0	1	0	0	0	0	0
Zé Carlos	0	0	0	1	0	2	0
Zé Geraldo	5	0	0	2	1	0	0
Zé Silva	1	0	0	1	0	0	0

Conteúdo da participação dos
Congressistas:





NESTE ANO,

4 COMISSÕES MISTAS
PERMANENTES

REALIZARAM

49 REUNIÕES

24 AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS*

RELATARAM

70 PARECERES

*Nesta e nas próximas páginas, o número de audiências públicas está contido no de reuniões.

D.1 Comissões Mistas Permanentes

Também denominadas comissões temáticas, são perenes. Entre elas, a Comissão Mista de Orçamento tem expressa previsão constitucional (CF, art. 166, 1º).

CMO | Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Atribuições específicas: RCN 1/2006

Composição: **Senadores:** 11 titulares e 11 suplentes

Deputados: 31 titulares e 31 suplentes

Presidente: Senador Dário Berger (PMDB-SC)

1ª Vice-Presidente: Deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ)

2ª Vice-Presidente: Senador Jorge Viana (PT-AC)

3ª Vice-Presidente: Deputado Marcon (PT-RS)

Relator do Projeto da LDO: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

Relator do Projeto da LOA: Deputado Cacá Leão (PP-BA)

Relator da Receita: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Reuniões: **29** Reuniões | Audiências Públicas: **12**

Pareceres Proferidos: **70** | 37 PLN 20 AVN 3 MCN
3 OFN 7 PDN

Comitês: **CFIS** Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária

CAR Comitê de Avaliação da Receita

COI Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves

CAE Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas

A tabela de siglas utilizadas encontra-se na seção NOTAS no fim deste Relatório

CMMC | Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Atribuições específicas: RCN 4/2008

Composição: **Senadores:** 12 titulares e 12 suplentes
Deputados: 12 titulares e 12 suplentes
Presidente: Senador Jorge Viana (PT-AC)
Vice-Presidente: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)
Relator: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Reuniões: **15** Reuniões | Audiências Públicas: **11**

CCAI | Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Atribuições específicas: RCN 2/2013

Composição: **Senadores:** 6 titulares
Deputados: 6 titulares
Presidente: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

Reuniões: **2** Reuniões | Audiência Pública: **1**

CMCVM | Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Atribuições específicas: RCN 1/2014

Composição: **Senadores:** 12 titulares e 12 suplentes
Deputados: 12 titulares e 12 suplentes
Presidente: Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA)
Vice-Presidente: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Relatora: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Reuniões: **3** Reuniões

Subcomissão: **SCPCE** Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro

AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO

PREVISTAS (AGUARDANDO DESIGNAÇÃO/INSTALAÇÃO)		
COMISSÃO		Atribuições específicas
FIPA	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas	RCN 2/2007
CMCPLP	Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	RCN 2/2014
CMCF	Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal	ATN 1/2017

D.2 Comissões Mistas Temporárias

Criadas para examinar matéria específica, se extinguem quando seu objetivo é atingido ou por decurso de prazo. São temporárias as Comissões Especiais, as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CF, art. 58, § 3º), as Comissões Representativas do Congresso Nacional (CF, art. 58, § 4º) e as Comissões Mistas de Medidas Provisórias (CF, art. 62, § 9º).

A constituição também prevê a possibilidade de criação de comissão para análise de leis delegadas (CF, art. 68 e RCCN, art. 124).

D.2.1 - Comissões Especiais

Criadas por iniciativa de qualquer parlamentar mediante requerimento. Suas regras de funcionamento foram definidas pela Presidência do Congresso Nacional na sessão conjunta de 11/12/1991 (DCN de 12/12/1991, p. 4505).

Comissão Mista de Desburocratização | Atribuições específicas: ATN 3/2016

Composição: **Senadores:** 8 titulares e 8 suplentes

Deputados: 8 titulares e 8 suplentes

Presidente: Deputado Julio Lopes (PP-RJ)

Relator: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Reuniões:

4

Reuniões

Audiência
Pública:

1

Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir | Atribuições específicas: RQN 2/2017

Composição: **Senadores:** 12 titulares e 12 suplentes

Deputados: 12 titulares e 12 suplentes

Presidente: Deputado José Priante (PMDB-PA)

Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

Relator: Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Reuniões:

8

Reuniões

Audiências
Públicas:

5

D.2.2 - Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

Comissões de natureza investigatória criadas mediante requerimento de um terço tanto dos senadores quanto dos deputados para a apuração de um fato determinado, por prazo previamente estabelecido (CF, art. 58, §3º). Sua composição deve ser paritária; ou seja, com um mesmo número de deputados e de senadores (RCCN, art. 21, parágrafo único).

CPMIJBS

Comissão Parlamentar Mista
de Inquérito da JBS

Atribuições específicas: RQN 1/2017

Composição: **Senadores:** 17 titulares e 17 suplentes

Deputados: 17 titulares e 17 suplentes

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Vice-Presidente: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Relator-geral: Deputado Carlos Marun (PMDB-MS)

Relator Parcial de Contratos: Deputado Delegado Francischini (SD-PR)

Relator Parcial de Assuntos Fiscais, Previdenciários e Agronegócio:

Deputado Hugo Leal (PSB-RJ)

Relator Parcial de Investigação dos Vazamentos:

Deputado Wadih Damous (PT-RJ)

Reuniões:

18
Reuniões

Audiências
Públicas
(Oitivas):

12

D.2.3 - Comissão Representativa do Congresso Nacional

Designada para atuar durante o recesso parlamentar. É composta por oito senadores e dezessete deputados e igual número de suplentes, eleitos pelas respectivas Casas na última sessão ordinária de cada período legislativo (CF, art. 58, §4º e RCN 3/1990 c/c RCCN, art. 10-A).

CRCN | Comissão Representativa do Congresso Nacional

Atribuições específicas: RCN 3/1990

Composição: **Senadores:** 8 titulares e 8 suplentes
18/07/2017 **Deputados:** 17 titulares e 17 suplentes
a
31/07/2017 **Presidente:** Senador Cidinho Santos (PR-MT)
Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Composição: **Senadores:** 8 titulares e 8 suplentes
23/12/2017 **Deputados:** 17 titulares e 17 suplentes
a
01/02/2018 **Presidente:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Vice-Presidente: Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

D.2.4 - Comissões Mistas de Medidas Provisórias

Criadas para examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias, antes da apreciação no plenário de cada uma das Casas (CF, art. 62, § 9º). São compostas por treze senadores e treze deputados e igual número de suplentes (RCN 1/2002, art. 2º, § 2º c/c RCCN, art. 10-A).

Comissões Mistas de Medida Provisória

Atribuições : RCN 1/2002

Composições: **Senadores: 13** titulares e **13** suplentes
Deputados: 13 titulares e **13** suplentes

Número de Comissões:

62

Estatísticas:

6374

Emendas
Recebidas

46

Medidas Provisórias
receberam parecer

Reuniões:

194

Reuniões

Audiências
Públicas:

60

102,8

Média de
Emendas por
Comissão

3,1

Média de
Reuniões por
Comissão

Mapas de reuniões
das Comissões Mistas:



Composições inicial e final
das Comissões Mistas:







ÓRGÃOS

O Congresso Nacional possui conselhos e órgãos para auxílio na execução de suas competências constitucionais e legais. Eles podem ser órgãos de caráter representativo, consultivo ou de premiação.

ÓRGÃOS DE CARÁTER REPRESENTATIVO

São criados com o objetivo de representar o Congresso Nacional em órgãos ou eventos nacionais e internacionais.

ÓRGÃOS DE CARÁTER CONSULTIVO

Têm a finalidade de auxiliar, quando consultados, na elaboração de estudos, pareceres e propostas legislativas.

ÓRGÃOS DE PREMIAÇÃO

Premiam pessoas ou empresas que tenham contribuições relevantes em áreas como educação e cidadania, por exemplo.

E.1 Órgão de Caráter Representativo

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - RBP MER

RCN 1/2011 e 2/2015

Órgão composto por deputados e senadores que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul.

E.2 Órgão de Caráter Consultivo

Conselho de Comunicação Social - CCS

CF, art. 224 e Lei
8389/91

Sua função é elaborar estudos, pareceres e outras solicitações encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito de temas de comunicação social. Compõe-se de representantes das empresas de mídia, jornalistas e outros profissionais de comunicação, que se reúnem em comissões de trabalho temáticas.

Possui as seguintes comissões temáticas ativas:

Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação - **CCSCTCMC**

Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social - **CCSCTLEPS**

Comissão Temática de Projetos Legislativos - **CCSCTPL**

Comissão Temática de Publicidade e Propaganda - **CCSCTPP**

Comissão Temática de Tecnologia de Informação e Comunicação - **CCSCTTIC**

E.3 Órgãos de Premiação

Conselho da Ordem do Congresso Nacional - COCN*

Decreto 70/1972

Premiação de reconhecimento do Poder Legislativo a pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. Participam, como Grão-Mestre, o Presidente do Senado Federal, e como Chanceler, o presidente da Câmara dos Deputados.

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro - DMEDR*

RCN 2/1999

Premia pessoas ou instituições com contribuições relevantes para a educação brasileira.

* Não foram realizadas reuniões desses órgãos.

Composições inicial e final, mapas de reuniões e outras informações dos Órgãos:



MATÉRIAS LEGISLATIVAS

Em regra, as matérias legislativas passam pelo crivo dos senadores e dos deputados separadamente, em diferentes momentos do processo legislativo brasileiro. Há, entretanto, algumas situações, previstas pela Constituição Federal, em que a apreciação deve ser conjunta, no âmbito do Congresso Nacional. É o que ocorre, por exemplo, com o conhecimento e a deliberação dos vetos, com as matérias orçamentárias e com a apreciação de medidas provisórias.

No caso da análise de vetos presidenciais, senadores e deputados se reúnem em sessão conjunta e em uma comissão mista para tratar do tema. O mesmo acontece com a discussão e deliberação de matéria orçamentária (RCCN, art. 1º, V e VI). Também as medidas provisórias, antes de serem votadas separadamente em cada uma das Casas, são primeiro discutidas em uma comissão mista do Congresso Nacional (CF, art. 62, § 9º e RCN 1/2002).

Além dessas matérias, o Congresso também aprecia em conjunto seus Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

Estão detalhados nesta seção os dados sobre as matérias legislativas que tramitaram conjuntamente ao longo do ano: informações sobre os Projetos de Lei do Congresso Nacional, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução do Congresso Nacional e Medidas Provisórias.

Além das matérias legislativas acima, há ainda as que não geram normas jurídicas, mas são partes essenciais do processo legislativo e fundamentam a atividade parlamentar. Estão nesse grupo os Vetos, Avisos, Mensagens, Ofícios, Requerimentos e Pareceres.

97 MATÉRIAS
DELIBERADAS PELO
PLENÁRIO DO
CONGRESSO

37 PROJETOS
DE LEI

46 VETOS

14 PROJETOS
DE DECRETO
LEGISLATIVO E
DE RESOLUÇÃO

QUADRO GERAL DE MATÉRIAS

	Aprovados pelo Plenário ou em Decisão Terminativa	Mantidos ou Mantidos Parcialmente	Rejeitados pelo Plenário	TOTAL
PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	37	0	0	37
PROJETOS DE DECRETO DO CONGRESSO NACIONAL	12	0	0	12
PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL	2	0	0	2
VETOS	0	39	7	46
TOTAL	51	39	7	97

F1 Projetos e Medidas Provisórias

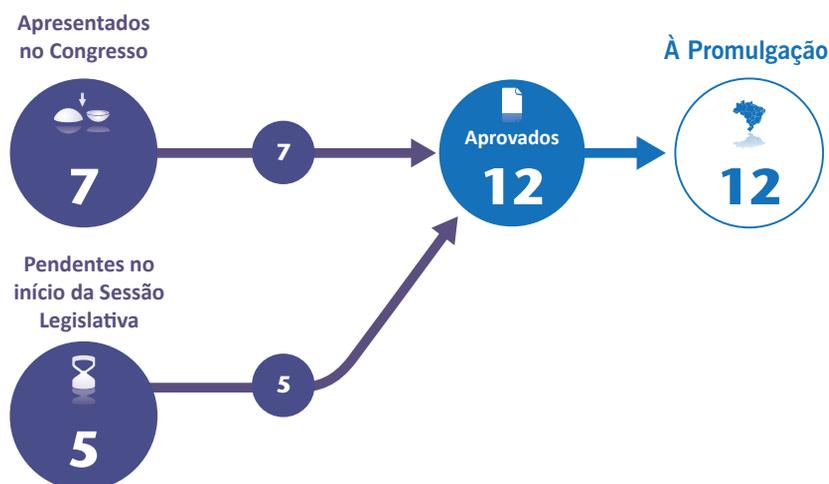
Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN)

Tratam de matérias orçamentárias, como plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais. Este tipo de proposição é de iniciativa do Presidente da República e deve ser examinado pela Comissão Mista de Orçamento. Após parecer da comissão, o projeto é votado em sessão conjunta do Congresso Nacional (CF, art. 166, caput e § 1º c/c RCCN, art. 102).



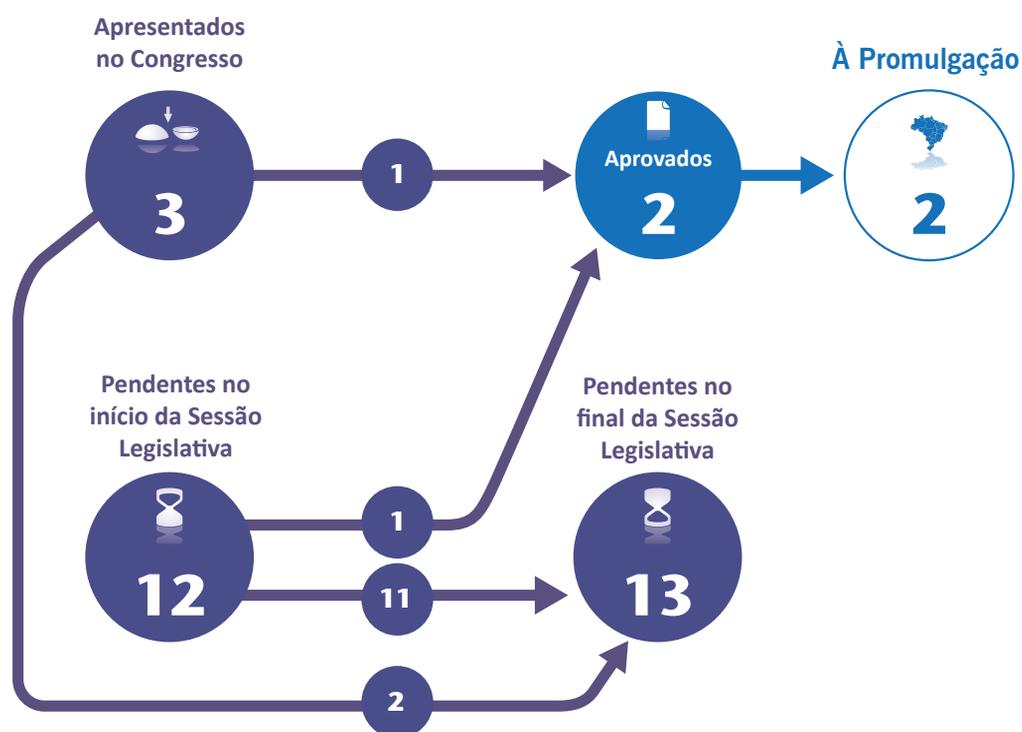
Projetos de Decreto Legislativo (PDN)

Projetos de atos legislativos de competência do Congresso Nacional. São apresentados após conclusão de relatório de fiscalização de obras e serviços. Podem determinar a continuidade ou a suspensão da execução orçamentária para uma obra ou serviço público (RCN 1/2006, arts. 124, I e 125).



Projetos de Resolução do Congresso Nacional (PRN)

Proposições legislativas sobre assuntos de competência privativa do Congresso Nacional, como alterações no Regimento Comum e em resoluções conexas (RCCN, art. 128).

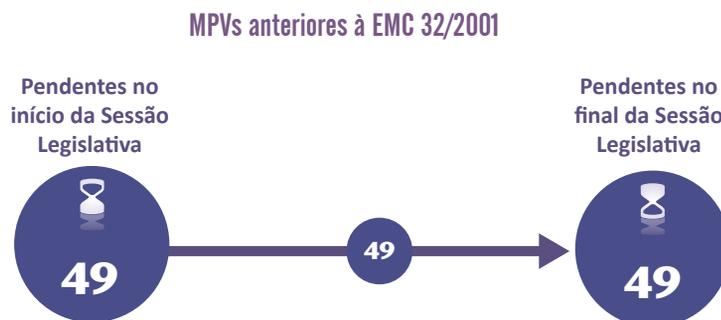


Medidas Provisórias (MPV)

Atos normativos com força de lei editados em casos de relevância e urgência pelo Presidente da República (CF, art. 62, caput). São discutidas em comissão mista e depois votadas separadamente em cada uma das Casas.

Neste item do Relatório, o leitor pode visualizar as Medidas Provisórias editadas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Tais matérias devem permanecer em vigor, com força de lei, enquanto não forem deliberadas em definitivo pelo Congresso

Nacional ou revogadas por lei posterior. Vale destacar que tais matérias devem seguir o rito de deliberação vigente à época de sua edição, isto é, em sessão conjunta do Congresso Nacional. As demais Medidas Provisórias estão detalhadas na Seção H da parte I deste Relatório (Senado Federal).



F.2 Vetos e demais Matérias Legislativas

Vetos (VET)

Rejeição, total ou parcial, do Presidente da República a um projeto de lei aprovado pelo Legislativo Federal, por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público (CF, art. 66, §1º). O veto é encaminhado ao Congresso Nacional e submetido a deliberação em sessão conjunta (CF, art. 66, § 4º).

Pendentes no início da Sessão Legislativa	216
Recebidos no Congresso Nacional	50
Mantidos	38
Mantido parcialmente	1
Rejeitados pelo Plenário	7
Total Apreciados	46
Pendentes no final da Sessão Legislativa	221

Avisos (AVN), Mensagens (MCN/MSG) e Ofícios (OFN)

Matérias originadas em órgãos externos ao Legislativo e submetidas ao conhecimento ou apreciação do Congresso Nacional, a depender do assunto.

	AVN	MCN/MSG	OFN
Pendentes no Início da Sessão Legislativa	27	15	27
Recebidos no Congresso Nacional	30	13	19
Conhecidos	27	16	28
Publicado	0	0	1
Remetidos à Câmara dos Deputados	0	0	7
Transformados em Projeto de Decreto Legislativo	12	0	0
Total Apreciados	39	16	36
Pendentes no final da Sessão Legislativa	18	12	10

Requerimentos (RQN)

Solicitações feitas por iniciativa de senadores ou de deputados para diversas finalidades, como, por exemplo, encerramento de discussão de determinada proposta ou criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito.

Pendente no início da Sessão Legislativa	0
Apresentados no Congresso Nacional	128
Aprovados pelo Plenário	6
À publicação para que produza efeitos	1
Deferidos pela Presidência (art. 48, inc. XXXIII, do RISF)	3
Inadmitidos	3
Prejudicados	7
Recebidos	105
Retirados pelo autor	3
Total Apreciados	128
Pendente no final da Sessão Legislativa	0

Pareceres (P.N)

Manifestação das comissões sobre matérias submetidas a seu exame (RISF, art. 137, caput). Os pareceres analisam a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e o mérito das matérias legislativas. Podem concluir pela aprovação, total ou parcial, ou pela rejeição da matéria. Também podem propor apresentação de substitutivo, de emendas e de subemendas (RCCN, art. 16, caput).

PARECERES PROFERIDOS	
CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência	1
CMMPV - Comissões Mistas de Medida Provisória	42
CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	52
Comissão Mista de Desburocratização	1
CPCM - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	1
CPMI - JBS – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS	1
Mesa da Câmara dos Deputados	2
Mesa do Senado Federal	1
Plenário	4
TOTAL	105

Listagem descritiva das
Matérias Legislativas:



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NORMAS PROMULGADAS NA 55ª LEGISLATURA

Promulgação é a etapa do processo legislativo em que se atesta a existência da lei, e a partir da qual lhe é dada publicidade.

Cabe às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em sessão solene do Congresso Nacional, proceder à promulgação das Emendas à Constituição (CF, art. 60, § 3º).

No caso das Leis Ordinárias e Complementares, existem algumas possibilidades: sancionado o projeto pelo Presidente da República, dá-se a subsequente promulgação; caso não se pronuncie – sanção tácita – ou se o eventual veto presidencial for rejeitado pelo Congresso Nacional, a promulgação continua sob sua responsabilidade. Se não o fizer, no entanto, a responsabilidade de promulgar a nova lei é do Presidente do Senado Federal e, na sua omissão, do 1º Vice-Presidente do Senado (CF, art. 66).

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO POR TIPO DE AUTOR				
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		TOTAL
		SF	CD	
2015	0	2	4	6
2016	1	1	3	5
2017	0	2	2	4

LEIS ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES POR TIPO DE AUTOR								
ANO	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO		PODER JUDICIÁRIO	MPU	TCU	DPU	TOTAL
		SF	CD					
2015	73	37	49	8	1	0	0	168
2016	94	30	40	8	1	1	1	175
2017	74	28	73	1	0	0	0	176

Listagem descritiva das Normas Promulgadas:



INDICAÇÕES DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA E DEMAIS AUTORIDADES, DELIBERADAS

MAGISTRADOS, PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 8/2017	Ministro do Supremo Tribunal Federal	Alexandre de Moraes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 22/02/2017
MSF 37/2017	Procuradora-Geral da República	Raquel Elias Ferreira Dodge	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
MSF 62/2017	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	Breno Medeiros	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 25/10/2017

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO				
OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
OFS 3/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Maria Tereza Uille Gomes	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 25/04/2017
OFS 34/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Aloysio Corrêa da Veiga	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 09/08/2017
OFS 35/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	André Luis Guimarães Godinho	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 36/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Valdetário Andrade Monteiro	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/08/2017
OFS 40/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Daldice Maria Santana de Almeida	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/08/2017
OFS 41/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Fernando Cesar Baptista de Mattos	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 09/08/2017
OFS 49/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Valtércio Ronaldo de Oliveira	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/11/2017
OFS 50/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Francisco Luciano de Azevedo Frota	Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/12/2017
OFS 53/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/09/2017
OFS 56/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Márcio Schiefler Fontes	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/09/2017
OFS 57/2017	Membro do Conselho Nacional de Justiça	Maria Iracema Martins do Vale	Supremo Tribunal Federal	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/09/2017
OFS 4/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Gustavo do Vale Rocha	Câmara dos Deputados	Aprovada pelo Plenário Sessão: 25/04/2017
OFS 28/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Orlando Rochadel Moreira	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 29/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Lauro Machado Nogueira	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 30/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Sebastião Vieira Caixeta	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/08/2017
OFS 31/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Marcelo Weitzel Rabello de Souza	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/08/2017

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO				
OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
OFS 32/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Dermeval Farias Gomes Filho	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 33/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Fábio Bastos Stica	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 38/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Erick Venâncio Lima do Nascimento	Ordem dos Advogados do Brasil	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 39/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Leonardo Accioly da Silva	Ordem dos Advogados do Brasil	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/07/2017
OFS 42/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Luciano Nunes Maia Freire	Superior Tribunal de Justiça	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/07/2017
OFS 48/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior	Procuradoria-Geral da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 15/08/2017
OFS 58/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	Senador Vicentinho Alves	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/09/2017
OFS 59/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Glaydson Santo Soprani Massaria	Senador Alvaro Dias	Prejudicada Sessão: 19/09/2017
OFS 60/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Heverton Alves de Aguiar	Senador Omar Aziz	Retirada pelo autor Sessão: 31/08/2017
OFS 61/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Emmanuel Campelo de Souza Pareira	Senador Benedito de Lira	Prejudicada Sessão: 19/09/2017
OFS 62/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Sérgio Santos Rodrigues	Senador Omar Aziz	Prejudicada Sessão: 19/09/2017
OFS 63/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	João Marcos Amaral	Senador Ronaldo Caiado	Prejudicada Sessão: 19/09/2017
OFS 64/2017	Membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Erick Bill Vidigal	Senador Lasier Martins	Prejudicada Sessão: 19/09/2017

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 50/2015	Embaixadora do Brasil na República da Estônia	Virginia Bernardes de Souza Toniatti	Presidente da República	Prejudicada Sessão: 03/08/2017
MSF 25/2016	Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe	José Marcos Nogueira Viana	Presidente da República	Prejudicada Sessão: 21/03/2017
MSF 96/2016	Embaixador do Brasil na República Helênic	Cesário Melantonio Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/02/2017
MSF 101/2016	Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão	Claudio Raja Gabaglia Lins	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/02/2017
MSF 103/2016	Embaixador do Brasil na República da Nicarágua	Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/02/2017

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 3/2017	Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue	Ana Maria Pinto Morales	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/06/2017
MSF 4/2017	Embaixador do Brasil na República da Eslovênia	Renato Mosca De Souza	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/04/2017
MSF 5/2017	Embaixador do Brasil no Estado de Israel	Paulo Cesar Meira De Vasconcellos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/04/2017
MSF 10/2017	Embaixador do Brasil na República da Zâmbia	Colbert Soares Pinto Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/06/2017
MSF 11/2017	Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos	Fernando Luís Lemos Igreja	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/05/2017
MSF 12/2017	Embaixador do Brasil na República do Chile	Carlos Sérgio Sobral Duarte	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/05/2017
MSF 17/2017	Embaixadora do Brasil na Irlanda	Eliana Zugaib	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/06/2017
MSF 23/2017	Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Maria Edileuza Fontenele Reis	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/06/2017
MSF 26/2017	Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh	João Tabajara de Oliveira Júnior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/06/2017
MSF 27/2017	Embaixador do Brasil em Belize	Luciano Helmold Macieira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/06/2017
MSF 32/2017	Embaixadora do Brasil na República de Gana	Maria Elisa Teófilo de Luna	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/08/2017
MSF 33/2017	Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago	José Antonio Gomes Piras	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 01/08/2017
MSF 34/2017	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos	Mauricio Carvalho Lyrio	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/08/2017
MSF 36/2017	Delegado Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul	Bruno de Rísios Bath	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 23/08/2017
MSF 45/2017	Embaixador do Brasil na República da Armênia	Agemar de Mendonça Sanctos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 26/09/2017
MSF 46/2017	Embaixador do Brasil na República do Suriname	Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/10/2017
MSF 50/2017	Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo	André Luiz Azevedo dos Santos	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 10/10/2017
MSF 65/2017	Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 29/11/2017

CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA				
MSF	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 66/2017	Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos	Ana Lucy Gentil Cabral Petersen	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 21/11/2017

DEMAIS AUTORIDADES				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 24/2014	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Bruno Sobral de Carvalho	Presidente da República	Prejudicada Sessão: 03/08/2017
MSF 109/2016	Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Marcelo Vinaud Prado	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/04/2017
MSF 6/2017	Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Edme Tavares de Albuquerque Filho	Presidente da República	Retirada pelo autor Sessão: 10/02/2017
MSF 7/2017	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Fausto Figueira de Mello Júnior	Presidente da República	Retirada pelo autor Sessão: 10/02/2017
MSF 13/2017	Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	Francisval Dias Mendes	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 02/05/2017
MSF 14/2017	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Fernando Mendes Garcia Neto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 29/03/2017
MSF 16/2017	Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Sérgio Henrique Sá Leitão Filho	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 11/04/2017
MSF 20/2017	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Gustavo Machado Gonzalez	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 04/07/2017
MSF 21/2017	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	João Abukater Neto	Presidente da República	Prejudicada Sessão: 06/12/2017
MSF 22/2017	Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Simone Sanches Freire	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/05/2017
MSF 24/2017	Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Maurício Oscar Bandeira Maia	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/06/2017
MSF 25/2017	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	Alexandre Barreto de Souza	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/06/2017
MSF 35/2017	Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA	Ricardo Medeiros de Andrade	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/06/2017
MSF 38/2017	Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Fernanda Farah de Abreu Zorman	Presidente da República	Retirada pelo autor Sessão: 23/08/2017

DEMAIS AUTORIDADES				
MSF/OFS	Cargo	Indicado	Autor	Situação
MSF 39/2017	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Rodrigo Rodrigues de Aguiar	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 23/08/2017
MSF 44/2017	Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	José Cesário Cecchi	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 20/09/2017
MSF 47/2017	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Marcelo Santos Barbosa	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/08/2017
MSF 48/2017	Diretor do Banco Central do Brasil	Paulo Sérgio Neves de Souza	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/09/2017
MSF 49/2017	Diretor do Banco Central do Brasil	Maurício Costa de Moura	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 12/09/2017
MSF 53/2017	Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	Walter de Agra Júnior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 19/09/2017
MSF 55/2017	Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	Alexandre Cordeiro Macedo	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/10/2017
MSF 56/2017	Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Polyanna Ferreira Silva Vilanova	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/10/2017
MSF 57/2017	Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE	Alex Braga Muniz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 27/09/2017
MSF 59/2017	Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Christian de Castro Oliveira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 18/10/2017
MSF 64/2017	Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Mauro de Moura Magalhães	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 29/11/2017
MSF 67/2017	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	Emmanuel Campelo de Souza Pereira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/11/2017
MSF 68/2017	Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Alessandra Bastos Soares	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/12/2017
MSF 69/2017	Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	Dirceu Cardoso Amorelli Junior	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/11/2017
MSF 72/2017	Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA	Christianne Dias Ferreira	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/12/2017
MSF 74/2017	Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA	Marcelo Cruz	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/12/2017
MSF 75/2017	Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA	Oscar de Moraes Cordeiro Netto	Presidente da República	Aprovada pelo Plenário Sessão: 13/12/2017

QUESTÕES DE ORDEM, DECISÕES E ESCLARECIMENTOS

Sessão do dia 07 de fevereiro de 2017 - Questão de Ordem 1/2017

O Senador Humberto Costa, na deliberação da Medida Provisória nº 744, de 2016, apresenta questão de ordem aduzindo que por acordo de Líderes já firmado na Casa sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, medidas provisórias deveriam respeitar interstício mínimo de duas sessões deliberativas após sua leitura para a realização de votação da matéria. Alega que a matéria ainda não foi lida, não tendo corrido, assim, o prazo acordado.

Na contradita à questão de ordem apresentada, o Senador Aloysio Nunes esclarece que a finalidade deste acordo de Líderes feito é para não levar à deliberação ao Plenário matérias que não sejam suficientemente de conhecimento dos Senadores, para dar tempo aos Senadores para se assenhorearem do tema, para estudarem as suas repercussões e, eventualmente, votarem a favor ou contra ou apresentarem emendas. Sendo assim, justifica, pela tramitação da matéria, que há mais de 30 dias da leitura da medida provisória, tempo suficiente para alcance do objetivo do acordo de Líderes.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem apresentada, alegando que a matéria já chegou ao Senado, desde 15 de dezembro do ano passado, que o acordo de Líderes não foi realizado no interregno da Mesa em que ele preside, e não há, ainda, amparo regimental explícito para que o interstício de duas sessões deliberativas seja aplicado.

Publicação: DSF de 08/02/2017, págs. 56 a 58.

Sessão do dia 14 de fevereiro de 2017 - Questão de Ordem 2/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann formula questão de ordem com amparo nos arts. 403 e 404 do Regimento Interno, combinados também com o art. 266, relativa à apresentação de

requerimentos à Mesa do Senado Federal, com o objetivo de tramitação conjunta, oitiva de outra comissão não despachada originalmente ou outros requerimentos dessa natureza, em que vem sendo exigido que o processado a que se refere o requerimento esteja sobre a mesa para votação do respectivo requerimento. Demonstra que os requerimentos apresentados são comunicados ao Presidente da Comissão em que se encontra a matéria para remessa do processado físico da matéria ao Plenário, como requisito para leitura do requerimento apresentado. Ocorre que, segundo a Senadora, esta praxe protela a votação do requerimento já que a maior parte das comissões se recusa a enviar o processado da matéria. A presente questão de ordem pretende esclarecer a aplicação do art. 266 do RISF, que declara que “o processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário”. Se sua aplicação vale para requerimentos também. Como requerimento é uma proposição autônoma (art. 211), ele deveria ser votado conforme o art. 266 – estando sobre a mesa –, não havendo necessidade de o projeto a que se refere também estar na mesa para votação.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, explicou que posteriormente dará sua resposta sobre a questão de ordem por ele recebida.

Publicação: DSF de 15/02/2017, págs. 67 e 68.

Sessão do dia 15 de fevereiro de 2017 - Questão de Ordem 3/2017

A Senadora Vanessa Grazziotin formula questão de ordem a respeito do PLS nº 200, de 2015, em urgência nos termos do art. 336, II, pela aprovação do Requerimento nº 67, de 2017. Alega que o requerimento que aprovou urgência ao projeto no dia anterior deveria dar um prazo maior regimentalmente para que o projeto pudesse vir à discussão e votação.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, esclarece que na reunião de Líderes houve um requerimento de urgência assinado pelos Líderes, destacando que pautou esta matéria no dia de hoje dada sua importância. Concorda que a questão de ordem apresentada tem sustentação regimental, porém destaca o acordo de Líderes feito para que a matéria fosse

já pautada. Pondera que se a Senadora insistir na questão de ordem, ela será deferida.

A Senadora Vanessa Grazziotin na sequência retira a questão de ordem.

Publicação: DSF de 16/02/2017, págs. 50 a 52.

Sessão do dia 15 de fevereiro de 2017 - Questão de Ordem 4/2017

O Senador Paulo Paim apresenta questão de ordem propondo a instalação das comissões em no máximo até a semana seguinte, no início da legislatura antes do Carnaval.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, informa que a Mesa Diretora não tem poderes de instalação das comissões, cabendo aos Líderes fazerem as indicações e buscar o entendimento dentro dos parâmetros da proporcionalidade partidária. Esclarece que, não havendo a instalação das comissões, a Presidência fica obrigada, de ofício, a pautar matérias para que elas tenham relatório feito no próprio plenário.

Publicação: DSF de 16/02/2017, pág. 81.

Sessão do dia 16 de fevereiro de 2017 - Questão de Ordem 5/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann formula questão de ordem com base nos arts. 403 e 91, §§3º e 4º, do Regimento Interno, combinados com o art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, para esclarecer se e quando se decidirá sobre a apreciação do Plenário de matéria aprovada terminativamente em comissão, dada a Decisão do Ministro Luís Roberto Barroso que determinou que o PLC 79, de 2016, Nova Lei das Telecomunicações, retorne da sanção ao Senado para apreciação dos recursos apresentados.

O Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, informa que a questão de ordem será apreciada na próxima reunião da Mesa Diretora.

Publicação: DSF de 17/02/2017, pág. 25.

Sessão do dia 04 de abril de 2017 - Questão de Ordem 6/2017

O Senador Tasso Jereissati apresenta questionamento à Mesa em forma de questão de ordem indagando eventual declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, atualmente em análise na Comissão de Assuntos Econômicos. Indaga se o projeto não estaria prejudicado, uma vez que o Presidente da República sancionou a Lei nº 13.429, de 2017, que versa sobre o mesmo tema, qual seja, a terceirização de serviço.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, esclarece que o Regimento Interno da Casa prevê, em seu art. 334, que a Presidência poderá declarar a prejudicialidade de proposição em duas hipóteses: primeiro, se ela perder a oportunidade, e, segundo, se ela já houver sido deliberada pelo Plenário em outra sessão, em outra ocasião. Registra que o caso não se enquadra em nenhuma das duas hipóteses, entendendo que a matéria em análise na CAE não está prejudicada, podendo ser, portanto, discutida.

Publicação: DSF de 05/04/2017, págs. 60 e 81.

Sessão do dia 19 de abril de 2017 - Questão de Ordem 7/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann formula questão de ordem quanto à omissão de alguns líderes em indicar os representantes para compor a CPI da Previdência, objeto do Requerimento 161, de 2017. Com fundamento no art. 78 combinado com o art. 80 do Regimento Interno e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, indaga se o Presidente designará de ofício os integrantes dos Blocos e partidos que ainda não indicaram representantes que comporão a CPI.

O Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, pede a palavra e formaliza a indicação dos membros do PMDB.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, faz apelo a todos os líderes para que indiquem os representantes de suas respectivas bancadas, para que não tenha que utilizar o art. 9º, § 1º [do Regimento Comum], que diz que se os Líderes não fizerem a indicação, cabe ao Presidente, de ofício, fazer as designações.

Em seguida, o Senador Omar Aziz, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, formaliza as indicações do referido Bloco.

O Senador Paulo Paim informa que a composição da CPI está completa, com as indicações.

Publicação: DSF de 20/04/2017, págs. 64 a 67.

Sessão do dia 02 de maio de 2017 - Questão de Ordem 8/2017

O Senador Eduardo Braga formula questão de ordem indagando se os dois requerimentos apresentados para que sobre a Reforma Trabalhista – PLC 38/2017 – sejam ouvidas também a Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação – CCJ e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, além das inicialmente despachadas pela Presidência (Comissão de Assuntos Econômicos - CAE e Comissão de Assuntos Sociais - CAS) serão apreciados na Ordem do Dia que se seguiria, tendo em vista que esses requerimentos estariam sendo “discutidos”, conforme intervenções das senhoras e senhores senadores .

O Senador Cassio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, informa que os requerimentos referidos na questão de ordem ainda não estão sobre a Mesa e, portanto, serão apreciados na sessão do dia seguinte.

Publicação: DSF de 03/05/2017, pág. 55.

Sessão do dia 03 de maio de 2017 - Questão de Ordem 9/2017

O Senador Humberto Costa formula questão de ordem com fundamento nos arts. 403 e 412, incisos III e IV, do Regimento Interno, aduzindo que entre os princípios do processo legislativo o inciso III do art. 412 do regimento prevê que “o acordo político deve ser observado como uma norma no processo legislativo, sob pena de nulidade das decisões

tomadas”. Destaca a existência de acordo de Líderes firmado, reconhecido e respeitado pela Mesa do Senado Federal há aproximadamente quatro anos, no sentido de que se medida provisória apreciada pela Câmara chegar ao Senado com menos de sete (7) dias para o decurso de prazo ela sequer será lida. Nesse contexto, pede que a Medida Provisória 752 não seja lida, visto que chegou ao Senado no penúltimo dia de prazo de vigência.

O Senador Randolfe Rodrigues apoia a questão de ordem formulada e relembra casos em que medidas provisórias que não observaram prazo razoável para deliberação do Senado sequer foram pautadas. Afirma não ser razoável pretender-se a deliberação do Senado no prazo estrito de um dia.

O Senador Cassio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, faz um retrospecto sobre a construção do acordo de procedimento quanto à apreciação das medidas provisórias, destacando que foi realizado em outra composição da Mesa e do Colégio de Líderes. Ressalta que o inciso III do art. 412 do Regimento estabelece a “Impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade...”. Conclui que o acordo de Liderança jamais poderá prevalecer senão dentro do próprio Regimento, ou seja: de forma unânime, consensual, o que não se observa no caso concreto, ante a divergência de um Líder para a votação das matérias. Com esses fundamentos, rejeita a questão de ordem.

Publicação: DSF de 04/05/2017, págs. 45 a 48.

Sessão do dia 09 de maio de 2017 - Questão de Ordem 10/2017

O Senador Randolfe Rodrigues formula questão de ordem com fundamento nos 403 e 363 do Regimento, aduzindo que a Emenda de Plenário nº 14 à PEC nº 10, de 2013, que extingue o foro por prerrogativa de função nos crimes comuns, apresentada em segundo turno é de mérito, pois objetiva instituir varas especializadas, dispõe sobre competência criminal e restabelece o monopólio da ação penal, matérias estranhas ao texto aprovado

em primeiro turno. Afirma que o art. 363 só admite emendas que não alterem o mérito da proposição nesta fase. Pede que o Presidente não receba a Emenda de Plenário nº 14.

O Senador Alvaro Dias apoia a questão de ordem e esclarece que em deliberação precedente o Senador Cassio Cunha Lima, no exercício da presidência, respondeu questão de ordem afirmando que na fase de discussão em segundo turno só poderão ser oferecidas emendas que não envolvam mérito.

O Senador Roberto Rocha, autor da emenda questionada, em contradição, aduziu que a limitação regimental de emendas de segundo turno que não alterem o mérito não se traduz como emendas de redação, mas admite enfrentar eventuais omissões, contradições e obscuridades do texto aprovado em primeiro turno. Defende, sob essa ótica, a compatibilidade da Emenda nº 14 com o mérito do que aprovado no primeiro turno, de extinção do foro extraordinário, passando esses processos a serem julgados em foro ordinário, sendo que a proposta de varas especializadas nas justiças Federal e estaduais não configura foro extraordinário. Discorda da limitação do debate na passagem do primeiro para o segundo turno e pede o processamento da Emenda nº 14.

O Senador Ronaldo Caiado destaca a clareza do Regimento quanto à impossibilidade de apresentação de emenda de mérito em segundo turno; que já está pacificado o entendimento do que seja emenda de redação ou de mérito; e informa que há sobre a Mesa Requerimento de Calendário Especial para a PEC 10/2013, que solucionaria o problema, pois a Comissão de Constituição e Justiça se manifestaria em Plenário e, caso opinasse pela viabilidade da emenda, ela já seria votada, concluindo a apreciação da matéria.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, informa que a tramitação da PEC 10/2013 seguiu o rito especial do art. 354 e seguintes, sendo desnecessário o calendário especial no estágio em que se encontra. Quanto à questão de ordem, afirma que o art. 363 do Regimento dispõe que “Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões deliberativas ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.”. Destaca que, nos termos do inciso XI do art. 48 do Regimento, compete ao Presidente impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após a audiência da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação. Com esses fundamentos, deferiu a questão de ordem para devolver a Emenda nº 14 à PEC

10/2013 ao seu primeiro signatário, o Senador Roberto Rocha.

O Senador Roberto Rocha recorreu ao Plenário (RECURSO 5/2017); no entanto, na sessão do dia seguinte, 10 de maio de 2017, requereu a retirada do recurso.

Publicação: DSF de 10/05/2017, págs. 55 a 61 e DSF de 11/05/2017, pág. 54.

Sessão do dia 17 de maio de 2017 – Questão de Ordem 11/2017

O Senador Ronaldo Caiado indaga a Presidência sobre a leitura e imediata votação de requerimento de urgência para Projeto de Lei de renegociação de dívidas dos Estados. Afirma que o requerimento poderia ter sido lido na sessão, mas a sua votação dar-se-ia em momento posterior.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, pondera que o requerimento foi anunciado em Plenário e não houve oposição de nenhum dos presentes, após o que o requerimento foi votado e aprovado por unanimidade.

Ato contínuo, o Senador Ronaldo Caiado afirma que não concorda com a votação imediata da matéria após a aprovação do requerimento de urgência, exigindo a observância do prazo regimental de duas sessões deliberativas. O Presidente, Senador Eunício Oliveira, comunica ao Plenário que aguardará por algum acordo de líderes até o final da sessão, para viabilizar a imediata deliberação da matéria.

Após acordo de Plenário, o Senador Ronaldo Caiado retira a questão de ordem suscitada.

Publicação: DSF de 18/05/2017, págs. 53 a 62.

Sessão do dia 23 de maio de 2017 - Questão de Ordem 12/2017

O Senador Paulo Bauer formula questão de ordem para que a presença do Senador Randolfe Rodrigues seja contada na apuração do quórum, pois pediu verificação de quórum e, usando da palavra, propôs que houvesse a obstrução.

O Senador Randolfe Rodrigues contradita afirmando ser a condição de minoria.

O Senador Eunício Oliveira, Presidente, acolhe a questão de ordem afirmando que a declaração de obstrução fica apenas para registro da posição do partido, mas que a presença do Senador Randolfe Rodrigues conta para quórum, uma vez que pediu a palavra, a Mesa concedeu e ele requereu a verificação à Mesa.

Publicação: DSF de 24/05/2017, pág. 50.

Sessão do dia 24 de maio de 2017 - Questão de Ordem 13/2017

O Senador Randolfe Rodrigues formula questão de ordem quanto a decreto do Presidente da República para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. Sustenta que não foi cumprida a Lei Complementar nº 97/1999. Dessa forma, o Presidente da República teria, na prática, decretado o estado de defesa, que precisa ser submetido ao crivo do Congresso Nacional. Requer, portanto, a suspensão da sessão do Senado Federal e a imediata convocação de sessão do Congresso Nacional.

A Senadora Vanessa Grazziotin registra que o decreto teve origem em solicitação do Presidente da Câmara dos Deputados, indagando se tal solicitação representa usurpação de poder do Presidente do Congresso Nacional.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem, considerando que não foi decretado o estado de defesa e não há, portanto, previsão de manifestação do Congresso Nacional. Ainda sem adentrar o mérito do decreto, registra que este possui amparo legal na forma do § 1º do art. 15 da Lei Complementar nº 97/1999, que lista o Presidente da Câmara dos Deputados entre os titulares de iniciativa perante o Presidente da República.

Publicação: DSF de 25/05/2017, págs. 64 a 68.

Sessão do dia 25 de maio de 2017 - Questão de Ordem 14/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann formula questão de ordem quanto aos prazos para apreciação de medida provisória em plenário, requerendo que seja respeitado o acordo de lideranças cujos termos foram expostos pela Presidência do Senado em abril e maio de 2013. Conseqüentemente, requer (1) que somente sejam lidas em plenário medidas provisórias que cheguem ao Senado com antecedência de 7 dias ou mais do prazo final de sua vigência; (2) que as medidas provisórias lidas sejam apreciadas após o prazo de duas sessões deliberativas ordinárias; (3) que esse prazo só possa ser reduzido por acordo de lideranças. Esclarece, ainda, que a liderança do PT concorda com a redução de prazo exclusivamente quanto à Medida Provisória nº 763, de 2016, que trata do FGTS.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, responde à senadora que não há registro de acordo de líderes, mas sim de decisão monocrática do anterior Presidente do Senado. Desse modo, o prazo de 7 dias de antecedência do prazo final de vigência não está fixado mediante dispositivo regimental nem acordo de lideranças, podendo ser estipulado pela Presidência. Já em relação ao prazo de duas sessões após a leitura em plenário, decide que será respeitado por se tratar de previsão regimental.

Finalmente, reconhece o consentimento da liderança do PT quanto à redução de prazo relativamente à medida provisória ora em deliberação, frisando ainda que sustentará o diálogo com os líderes do Senado e com o Presidente da Câmara dos Deputados para garantir a possibilidade de devolver medidas provisórias emendadas para aquela Casa, tal como inerente ao sistema bicameral.

Publicação: DSF de 26/05/2017, págs. 21 a 26.

Sessão do dia 25 de maio de 2017 - Questão de Ordem 15/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann formula questão de ordem quanto a nulidades apontadas na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do dia 23 de maio de 2017, especificamente quanto à ausência de quórum para a abertura da reunião; quanto à

apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, sem prévio oferecimento de relatório; quanto à omissão do Presidente da Comissão em responder a uma das questões de ordem então formuladas; quanto à suspensão da reunião sem prévio estabelecimento de data e hora do reinício; quanto à reabertura da reunião sem a presença da imprensa e de assessores; quanto à declaração do Presidente da Comissão que deu como lido relatório sem anunciar previamente a matéria nem passar a palavra ao Relator; e quanto ao registro na tramitação da matéria de pedido de vista que não ocorreu.

Com essas razões, requer sejam anulados os atos praticados naquela reunião em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.

A Senadora Vanessa Grazziotin acrescenta que é de sua autoria a questão de ordem cuja omissão do Presidente da Comissão em respondê-la foi apontada. Afirma que, diante de requerimento de tramitação conjunta que abrange o projeto de lei em tela, a CAE recebeu em 22 de maio de 2017 o ofício da Mesa que solicita a devolução do processado. Após registrar que a solicitação ainda não foi atendida, a senadora requer seja determinada à CAE a remessa imediata da matéria, bem como a inclusão em ordem do dia do requerimento de tramitação conjunta.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recolhe a questão de ordem para análise e em momento posterior decide dela não conhecer, com amparo no art. 404 do Regimento Interno e considerando que tem por objeto matéria que não se encontra em plenário.

Publicação: DSF de 26/05/2017, págs. 40 a 46 e DSF de 31/05/2017, págs. 55 a 57.

Sessão do dia 30 de maio de 2017 - Questão de Ordem 16/2017

O Senador Humberto Costa formula questão de ordem quanto ao interstício de duas sessões deliberativas ordinárias entre a leitura e a votação de medidas provisórias, postulando que as seis medidas provisórias presentes na pauta – de nº 759, 760, 761, 762 e 764, de 2016, e 767, de 2017 – somente sejam apreciadas após a realização da segunda

sessão deliberativa ordinária, qual seja, após a sessão de 31 de maio de 2017.

A Senadora Gleisi Hoffmann sugere que, em respeito ao prazo, as matérias sejam deliberadas em 31 de maio de 2017 em uma sessão deliberativa extraordinária, após a sessão deliberativa ordinária prevista.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, responde aos senadores que as referidas medidas provisórias estão aptas para votação na sessão deliberativa de 31 de maio de 2017, quarta-feira, considerando que foram lidas na quinta-feira, em sessão deliberativa, e que a presente sessão de terça-feira também é deliberativa, perfazendo o interstício de duas sessões.

Publicação: DSF de 31/05/2017, págs. 53 a 58.

Sessão do dia 30 de maio de 2017 - Questão de Ordem 17/2017

A Senadora Vanessa Grazziotin formula questão de ordem quanto à afirmação inserida em relatório ao projeto de reforma trabalhista (Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017) que faz referência a acordo do Poder Legislativo com o Poder Executivo sobre vetos e sua possível regulamentação por medida provisória. Requer seja esclarecido o teor desse acordo.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, decide não conhecer da questão de ordem, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno. A matéria não se encontra em plenário e, no caso, a comissão é o âmbito em que deve ser formulada a questão de ordem e o pedido de esclarecimento ao Relator.

Em seguida, esclarece que a Presidência do Senado não fez nenhum acordo em relação ao referido relatório.

Publicação: DSF de 31/05/2017, págs. 55 a 57.

Sessão do dia 31 de maio de 2017 - Questão de Ordem 18/2017

O Senador Paulo Rocha formula questão de ordem quanto à Medida Provisória nº 759, de 2016, sustentando que a leitura da matéria se deu após a ordem do dia, não sendo possível a contagem da sessão de leitura para o interstício de duas sessões deliberativas entre a leitura e a deliberação.

Em seguida, sugere abrir diálogo para resolução do caso por acordo de lideranças, desde que se passe à deliberação da Medida Provisória nº 760, de 2016, que trata dos bombeiros.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, rejeita a proposta de passar à Medida Provisória nº 760, de 2016, ao tempo em que acolhe as razões apresentadas para decidir que as Medidas Provisórias nº 759 e 760, de 2016, serão deliberadas em nova sessão deliberativa a ser realizada após a presente. Com isso, dá cumprimento aos fundamentos da resposta à questão de ordem anteriormente formulada pelo Senador Humberto Costa (Questão de Ordem 16/2017).

Esclarece, ainda, que os termos da resposta àquela questão de ordem precedente não se aplicarão às próximas medidas provisórias que venham a ser recebidas na hipótese do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno, relativa às proposições com dez dias para término de prazo.

Publicação: DSF de 01/06/2017, págs. 58 a 60 e 74 a 76.

Sessão do dia 1º de junho de 2017 - Questão de Ordem 19/2017

O Senador Randolfe Rodrigues formula questão de ordem com vistas à devolução ao Presidente da República da Medida Provisória nº 782, de 2017, sustentando que se trata de reedição de medida provisória anterior que concedeu foro privilegiado para o titular da Secretaria-Geral da Presidência da República. A medida provisória anterior não foi votada

pela Câmara dos Deputados e seu prazo de vigência se esgotaria em 2 de junho de 2017.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recolhe a questão de ordem.

Publicação: DSF de 02/06/2017, págs. 16, 35 e 36.

Sessão do dia 7 de junho de 2017 - Questão de Ordem 20/2017

A Senadora Vanessa Grazziotin formula questão de ordem acerca de requerimento de tramitação conjunta que abrange o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, da reforma trabalhista, e que não foi lido por óbice do art. 266 do Regimento Interno. Requer seja solicitado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o envio do processado à Mesa Diretora, para permitir a análise do requerimento de tramitação conjunta.

Argumenta que o atendimento à solicitação da Mesa de remessa dos autos não pode se sujeitar à decisão discricionária do presidente da comissão em que aqueles se encontram. Acrescenta, ainda, que os referidos autos já saíram anteriormente do âmbito das comissões para a deliberação sobre o Requerimento nº 401, de 2017, e isso em nada prejudicou a tramitação da matéria.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem, considerando que a matéria se encontra na CAS, em pauta para a reunião de 8 de junho de 2017. Além disso, a matéria já foi objeto de parecer aprovado em outra comissão, não sendo o caso de deliberação da Mesa, na forma do art. 258 do Regimento Interno.

Por fim, esclarece que a Presidência vai aguardar a tramitação do citado projeto de lei pelas comissões e que não adotará nenhuma medida autoritária para determinar a um presidente de comissão o encaminhamento de matéria à Mesa.

Publicação: DSF de 08/06/2017, págs. 58 a 62.

Sessão do dia 13 de junho de 2017 - Questão de Ordem 21/2017

O Senador Lindbergh Farias formula questão de ordem quanto à Medida Provisória nº 782, de 2017, com fundamento no § 10 do art. 62 da Constituição Federal. Argumenta que a referida medida provisória reproduz conteúdo da Medida Provisória nº 768, de 2017, e a revoga expressamente, restando violadas a vedação constitucional de reedição e a prerrogativa do Congresso Nacional de deliberar pela rejeição. Requer assim a devolução da matéria à Presidência da República, declarando nulos os atos já praticados em sua tramitação.

O Senador Randolfe Rodrigues aduz que apresentou anteriormente questão de ordem com o mesmo objeto (Questão de Ordem 19/2017).

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recolhe a questão de ordem para posterior resposta.

Publicação: DSF de 14/06/2017, págs. 57 a 60.

Sessão do dia 13 de junho de 2017 - Questão de Ordem 22/2017

O Senador Randolfe Rodrigues formula questão de ordem quanto à Medida Provisória nº 784, de 2017, que trata de acordo de leniência de bancos, requerendo sua devolução ao Presidente da República por violação aos arts. 5º, inciso LX, e 62, § 1º, inciso I, alínea “b”, da Constituição Federal. Afirma que a medida provisória contém dispositivo que fere a publicidade dos atos processuais, além de versar sobre direito penal e processual penal, matéria vedada a essa espécie normativa.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recolhe a questão de ordem.

Publicação: DSF de 14/06/2017, págs. 60 e 61.

Sessão do dia 29 de junho de 2017 - Questão de Ordem 23/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann esboça a formulação de questão de ordem sobre a impossibilidade de leitura de requerimento de urgência durante o período da Ordem do Dia. Pondera que o requerimento de urgência para a proposta de reforma da legislação trabalhista foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e sua leitura deveria ser realizada no período do expediente ou após a Ordem do Dia, nos termos do previsto no art. 336, II, c/c art. 339, I, do RISF.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, acolhe a ponderação realizada pela Senadora, conquanto não a receba como questão de ordem. Encerra a Ordem do Dia e realiza a leitura de requerimento de urgência, após acordo com o Plenário.

Publicação: DSF de 30/06/2017, págs. 27 a 32.

Sessão do dia 04 de julho de 2017 - Questão de Ordem 24/2017

A Senadora Gleisi Hoffmann suscita questão de ordem sobre a precedência de votação de requerimento de sobrestamento da deliberação em relação à matéria a que se refere. Aduz a aprovação de requerimento de sobrestamento de deliberação do projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e lembra a preferência regimental da votação deste requerimento em relação à matéria referida, conforme art. 253, II, do RISF.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, rejeita a questão de ordem formulada pela Senadora pois a matéria objeto do requerimento de sobrestamento de votação não seria discutida na corrente sessão, sequer constando na pauta da Ordem do Dia.

Publicação: DSF de 05/07/2017, págs. 42 e 43.

Sessão do dia 04 de julho de 2017 - Questão de Ordem 25/2017

O Senador Cássio Cunha Lima suscita questão de ordem sobre o encaminhamento da votação de requerimento de urgência de autoria de comissão. Entende que a votação de tais requerimentos apenas poderia ser encaminhada pelo Presidente do colegiado autor e pelo relator da matéria para a qual a urgência foi requerida, a teor do previsto no art. 343, segunda parte, do RISF.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recebe a questão de ordem e decide que os líderes também podem encaminhar a votação de requerimento de urgência, por aplicar à espécie a primeira parte do art. 343 do RISF.

Publicação: DSF de 05/07/2017, págs. 55 e 56.

Sessão do dia 04 de julho de 2017 - Questão de Ordem 26/2017

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem pedindo a suspensão da tramitação da reforma trabalhista. Destaca a necessidade de apresentação de estimativa de cálculo do impacto orçamentário-financeiro do projeto de lei em razão da existência de dispositivos que representam aumento de despesa ou renúncia de receitas, conforme exigido pelo art. 113 do ADCT da Constituição Federal.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, rejeita a questão de ordem suscitada pelo Senador sob a fundamentação de que não diz respeito ao processo legislativo, mas ao controle de constitucionalidade da matéria, o qual deveria ter sido realizado nas comissões temáticas, em caráter preventivo; bem como ainda poderá ser realizado no Supremo Tribunal Federal, em caráter preventivo e repressivo.

Publicação: DSF de 05/07/2017, págs. 67 a 69.

Sessão do dia 04 de julho de 2017 - Questão de Ordem 27/2017

O Senador José Serra suscita questão de ordem sobre a natureza jurídica de emenda apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço, relator da matéria, ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 5, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014-Complementar. Pondera que a emenda apresentada altera o conteúdo do projeto, embora o relator afirme que se trata de mera alteração redacional. Lembra que a aprovação de emendas de conteúdo impõe o retorno do Projeto à Câmara dos Deputados.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, recebe a questão de ordem suscitada pelo Senador para posterior resposta, embora lembre ao plenário que a análise da natureza jurídica de qualquer emenda deve ser feita preferencialmente nas comissões técnicas.

Posteriormente, o Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem formulada pelo Senador e submete a decisão de indeferimento à votação pelo Plenário, que a confirma com 42 votos favoráveis, 8 votos contrários e 1 abstenção.

Publicação: DSF de 05/07/2017, págs. 84 a 86 e DSF de 13/07/2017, págs. 126 a 134.

Sessão do dia 22 de agosto de 2017 - Questão de Ordem 28/2017

O Senador Ataídes Oliveira suscita questão de ordem sobre o procedimento adotado pelo Senador Lindbergh Farias na Presidência da comissão mista da Medida Provisória da MPV nº 773, de 2017. Alega que não encontra amparo regimental a conduta do Presidente do Colegiado de encerrar a reunião da Comissão após o Senador José Serra suscita questão de ordem e pede que seja determinado o imediato reestabelecimento da reunião do colegiado.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, acolhe parcialmente a questão de ordem e determina que o Presidente da Comissão submeta a decisão da questão de ordem ao plenário do Colegiado. Não determina, porém, a imediata reunião da comissão.

O Senador Lindbergh Farias afirma que irá cumprir a decisão da Presidência,

conquanto tenha pontuado que o recurso não foi interposto no momento oportuno; e convoca reunião da comissão para as 9h do dia seguinte.

Publicação: DSF de 23/08/2017, págs. 56 e 57.

Sessão do dia 31 de agosto de 2017 - Questão de Ordem 29/2017

A Senadora Vanessa Grazziotin suscita questão de ordem sobre a observância de interstícios regimentais na tramitação da Medida Provisória nº 777, de 2017. Pondera a existência de acordo de líderes em que se estabeleceu a observância do interstício mínimo de duas sessões deliberativas ordinárias para a deliberação de tais matéria.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem com fundamento em dispositivo regimental que estabelece automática tramitação em regime de urgência de matérias sujeitas a prazo quando faltarem menos de dez dias para o término do prazo previsto, nos termos do art. 353, parágrafo único, do RISF. Em vista da tramitação em regime de urgência, fica dispensada a observância de interstício, prazos e formalidades regimentais, a teor do previsto no art. 337 do RISF.

Publicação: DSF de 01/09/2017, págs. 33 a 35.

Sessão do dia 26 de setembro de 2017 - Questão de Ordem 30/2017

O Senador Telmário Mota suscita questão de ordem indagando a necessidade de publicação da pauta com antecedência prévia para possibilitar o conhecimento da matéria pelos senadores também quando for aprovado substitutivo global de matéria em discussão pelo Plenário, em interpretação extensiva do art. 412, inc. XI, do RISF.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem formulada com a fundamentação de que a matéria já estava incluída em pauta e a aprovação de substitutivo global não demandaria a observância de novo interstício regimental de publicação.

Publicação: DSF de 27/09/2017, págs. 78 e 79.

Sessão do dia 26 de setembro de 2017 - Questão de Ordem 31/2017

O Senador Reguffe suscita questão de ordem indagando a necessidade de observância de dispositivo regimental que veda a inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha sido publicada com pelo menos dez dias de antecedência. Pondera que tal dispositivo objetiva conferir ao parlamentar a oportunidade de estudar a matéria e decidir seu posicionamento e que sua observância é especialmente recomendada em matérias importantes e complexas como a em análise.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem sob o fundamento de que, pelo fato de a matéria encontrar-se em regime de urgência, fica dispensada a observância de interstício, prazos e formalidades regimentais, a teor do previsto no art. 337 do RISF.

Publicação: DSF de 27/09/2017, págs. 82 e 83.

Sessão do dia 27 de setembro de 2017 - Questão de Ordem 32/2017

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem solicitando a observância de acordo de lideranças que definiu a observância do prazo mínimo de duas sessões deliberativas ordinárias após o recebimento da medida provisória antes da votação desta.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, acolhe a questão de ordem e informa que após a

deliberação da matéria em andamento encerrará a presente sessão e iniciará outra sessão deliberativa para a votação da medida provisória objeto da questão de ordem.

Publicação: DSF de 28/09/2017, págs. 58 e 59.

Sessão do dia 3 de outubro de 2017 - Questão de Ordem 33/2017

O Senador Renan Calheiros suscita questão de ordem sobre a impossibilidade de suspensão da votação de matéria em regime de urgência, nos termos do art. 279 do RISF. Aduz que a suspensão da votação estaria condicionada à extinção da urgência incidente sobre a matéria.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, indefere a questão de ordem e faculta ao Senador a apresentação de recurso da decisão ao Plenário.

Publicação: DSF de 04/10/2017, págs. 100 e 101.

Sessão do dia 4 de outubro de 2017 - Questão de Ordem 34/2017

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem indagando a impossibilidade de apresentação de requerimento oral de destaque de votação em separado para dispositivo de matéria em votação.

O Presidente, Senador Eunício Oliveira, acolhe a questão de ordem e determina a redução a escrito do requerimento feito oralmente.

Publicação: DSF de 05/10/2017, pág. 85.

Sessão do dia 10 de outubro de 2017 - Questão de Ordem 35/2017

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre a suposta prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016, aprovado na Câmara dos Deputados com prazo de vigência até 31/12/2016. Entende que o término do prazo de vigência previsto no projeto de lei importaria na sua automática prejudicialidade, em razão de ter ele perdido a oportunidade da sua deliberação.

A Senadora Ana Amélia contradita a questão de ordem e defende o mérito do projeto por entender imprescindível para a segurança pública nacional.

O Presidente em exercício, Senador Cassio Cunha Lima, rejeita a questão de ordem apresentada e designa o Senador Pedro Chaves para proferir parecer oral sobre a prejudicialidade da matéria, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Após parecer favorável do Senador Pedro Chaves em substituição ao órgão colegiado, pela aprovação da matéria, o Plenário deliberou por 39 votos “sim” e 8 votos “não” pela aprovação do projeto de lei.

Publicação: DSF de 11/10/2017, págs. 48 a 68.

Sessão do dia 22 de novembro de 2017 - Questão de Ordem 36/2017

A Senadora Lídice da Mata suscita questão de ordem sobre o rito procedimental a ser adotado na tramitação de medida provisória com prazo prestes a vencer. Pede a observância de acordo de lideranças que estabelece o interstício mínimo de duas sessões deliberativas ordinárias entre a leitura e apreciação da matéria.

O Presidente Senador Eunício Oliveira rejeita questão de ordem sob a alegação de que o rito referido pela Senadora Lídice Da Mata apenas seria aplicado a partir da Medida Provisória nº 800, o que não era o caso. Na tramitação das medidas provisórias anteriores

observar-se-ia o rito regimental comum, o qual prevê a tramitação em regime de urgência para todos projetos normativos sujeitos a prazo quando faltarem menos de dez dias para o término deste prazo.

Após recurso ao Plenário da decisão da Presidência pelo Senador Lindbergh Farias, o Plenário deliberou por 38 votos “sim” e 17 votos “não” pela manutenção da decisão da Presidência.

Publicação: DSF de 23/11/2017, págs. 68 a 83.

Sessão do dia 22 de novembro de 2017 - Questão de Ordem 37/2017

O Senador Randolfe Rodrigues suscita questão de ordem para que seja deferida a votação nominal sem observância do interstício de uma hora previsto no regimento para que seja realizada nova votação regimental. Pondera que só se faz necessária a observância do interstício regimental quando a votação antecedente foi nominal em razão de pedido de verificação de quórum, o que não era o caso, pois a votação foi nominal por decisão da Presidência.

O Presidente Eunício Oliveira rejeita a questão de ordem apresentada sob a compreensão de que mesmo nas situações em que a votação nominal tenha ocorrido por decisão da Presidência é necessária a observância do interstício de uma hora para a realização de novo pedido de verificação de votação nominal.

Publicação: DSF de 23/11/2017, págs. 85 a 87.

Sessão do dia 28 de novembro de 2017 - Questão de Ordem 38/2017

O Senador Randolfe Rodrigues suscita questão de ordem para que seja considerado não escrito no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2017, dispositivo que confere posse

e porte de arma de fogo, mesmo fora de serviço, para geólogos, geógrafos, engenheiros, engenheiros de minas, economistas e químicos, ocupantes de cargos das carreiras do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral. Afirma que a medida provisória objetiva reestruturar o sistema nacional de política de mineração no País e que o dispositivo impugnado não possui relação nenhuma com a temática, razão pela qual pede seja ele considerado matéria estranha e não escrita no projeto.

O Presidente Eunício Oliveira acolhe os fundamentos da questão de ordem e, de ofício, determina seja considerado não escrito o dispositivo impugnado.

Publicação: DSF de 29/11/2017, págs. 47 a 49.

Sessão do dia 28 de novembro de 2017 - Questão de Ordem 39/2017

O Senador Wellington Fagundes suscita questão de ordem sobre o entendimento da Presidência em relação ao termo inicial do prazo para edição de lei complementar de regulamentação dos repasses de recursos da União para os estados e o Distrito Federal em decorrência da desoneração das exportações prevista na EC nº 42, de 2003, conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25. Pondera que a exata delimitação do termo inicial é imprescindível para que sejam conduzidos de forma eficiente os trabalhos da comissão especial especialmente criada para esse fim.

O Presidente Eunício Oliveira informa que o termo inicial do prazo de 12 meses para edição da lei complementar citada pelo Senador é 26 de agosto de 2017, data em que transitou em julgado o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Publicação: DSF de 29/11/2017, págs. 66 e 67.

Sessão do dia 5 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 40/2017

O Senador Humberto Costa suscita questão de ordem solicitando seja computado, para efeitos de quórum, a presença dos senadores que requereram fosse realizada a votação nominal, por entender ser consequência da interpretação do art. 293, X, do RISF.

O Presidente em exercício Cássio Cunha Lima informa que a presença dos parlamentares que requereram a verificação de quórum será computada para tal fim quando o quórum se aproximar do necessário para o encerramento da votação.

Publicação: DSF de 06/12/2017, pág. 73.

Sessão do dia 12 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 41/2017

A Senadora Vanessa Grazziotin suscita questão de ordem sobre a suposta inadequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 795, de 2017. Entende que a Medida Provisória ofende a Constituição pois não foi acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, conforme determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Presidente Eunício Oliveira rejeita a questão de ordem suscitada, pois o processado da matéria foi instruído com a Nota Técnica nº 39, de 2017, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, em que foram estimados os valores dos impactos orçamentários e financeiros.

Publicação: DSF de 13/12/2017, págs. 51 a 53, 56 e 57.

Sessão do dia 12 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 42/2017

O Senador Lindbergh Farias suscita questão de ordem sobre suposta violação à Lei de Responsabilidade Fiscal no caso de eventual aprovação da Medida Provisória nº 795, de 2017. Afirma que a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza

tributária que importem em renúncia de receitas deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência, o que entende não ter ocorrido.

O Presidente Eunício Oliveira rejeita a questão de ordem suscitada, pois o processado da matéria foi instruído com a Nota Técnica nº 39, de 2017, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, em que foram estimados os valores dos impactos orçamentários e financeiros tal como exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Publicação: DSF de 13/12/2017, págs. 53, 54, 56 e 57.

Sessão do dia 12 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 43/2017

A Senadora Gleisi Hoffman suscita questão de ordem sobre a suposta inobservância da Emenda Constitucional nº 95 e da Lei de Responsabilidade Fiscal na edição da Medida Provisória nº 795, de 2017. Entende que o tratamento tributário diferenciado nela previsto importa em renúncia de receitas e que seria necessária a estimativa total das renúncias fiscais, bem como a previsão do montante anualizado na Lei Orçamentária Anual do ano seguinte.

O Presidente Eunício Oliveira rejeita a questão de ordem suscitada, pois o processado da matéria foi instruído com a Nota Técnica nº 39, de 2017, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, em que foram estimados os valores dos impactos orçamentários e financeiros tal como exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à previsão de tais renúncias na Lei Orçamentária Anual, o Presidente Eunício Oliveira pontuou a existência de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias que autoriza a concessão de tais benefícios fiscais, contanto que não ultrapassem o prazo de 5 anos.

Publicação: DSF de 13/12/2017, págs. 54 a 57.

Sessão do dia 12 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 44/2017

O Senador Randolfe Rodrigues suscita questão de ordem sobre a suposta violação à Lei de Responsabilidade Fiscal na hipótese de eventual aprovação da Medida Provisória nº 795, de 2017. Afirma que a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem em renúncia de receitas deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência, o que entende não ter ocorrido.

O Presidente Eunício Oliveira recebeu a questão de ordem, embora não a tenha respondido no exato momento em que formulada.

Publicação: DSF de 13/12/2017, págs. 55 a 57.

Sessão do dia 13 de dezembro de 2017 - Questão de Ordem 45/2017

O Senador Telmário Mota suscita questão de ordem requerendo a invalidade de deliberação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, cuja reunião deliberativa estendeu-se após o início da ordem do dia do Congresso Nacional e de determinação do Presidente de que as comissões fossem encerradas, sob pena de invalidação do que nelas fosse deliberado.

Pondera que o art. 107, parágrafo único, do RISF estabelece que em hipótese alguma a reunião de comissão poderia coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado e que, por esse motivo, as deliberações tomadas na comissão devem ser invalidadas.

O Presidente Eunício Oliveira, após ler o dispositivo regimental pontuado pelo suscitante, afirma que a disposição nele prevista refere-se apenas à impossibilidade de concorrência de reunião de comissão com o tempo reservado para ordem do dia de sessão deliberativa ordinária. Como a sessão a que se referiu o suscitante era deliberativa extraordinária, inaplicável o dispositivo e plenamente válida a decisão tomada na Comissão.

Publicação: DSF de 14/12/2017, págs. 26 e 27.

OBSERVAÇÕES RELATIVAS ÀS MATÉRIAS LEGISLATIVAS

CORREÇÕES DE INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DE 2017		
Matérias Legislativas	Situação publicada no Relatório 2016	Situação corrigida para este Relatório
MCN 9/2015	Tramitando	Conhecida
MSF 1/2016	Tramitando	Publicada
OFS 2 e 24/2016	Tramitando	Publicados
RQS 245/2016	Prejudicado	Deferido pela Comissão Diretora
RQS 480/2016	Tramitando	Prejudicado

Numerações não utilizadas: AVS 2/2017 e OFS 69/2017 e P.S 1/2017-CDIR.

A PEC 113-C/2015 tem esta numeração por ser um desmembramento da PEC 113-A/2015; no entanto, foi lida em 2017.

Os RQS 872-A/2016 e 872-B/2016 têm estas numerações por serem desmembramentos do RQS 872/2016; no entanto, foram apresentados em 2017.

MATÉRIAS CITADAS PELO PRESIDENTE NO TEXTO DE APRESENTAÇÃO	
Projeto Aprovado	Identificação da matéria aprovada
Reforma trabalhista	PLC 38/2017
Reforma política	PEC 33/2017 e PLC 110/2017
Permite a continuidade dos saques das contas inativas do FGTS, sem a carência de três anos exigida pela legislação anterior	MPV 763/2016
Cria o Programa Cartão Reforma	MPV 751/2016
Cria o documento único de identificação nacional	PLC 19/2017
Torna mais ágil o processo de adoção de crianças	PLC 101/2017
Cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital	PEC 14/2016
Aprova a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional para atender às unidades prisionais estaduais	MPV 781/2017
Regime de recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal	PLC 39/2017
Renegociação das dívidas dos estados brasileiros	MPV 801/2017
Regulamenta as garantias da União a operações de crédito contratadas por estados, Distrito Federal e municípios	PRS 21/2017
Simples Municipal	PEC 77/2015
Novas regras de distribuição do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	MPV 785/2017
Reformula as atribuições dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias	PLC 56/2017
Transforma impostos sobre o tabaco e remédios em fonte de financiamento do Sistema Único de Saúde	PLS 147/2015
Prevê a destinação de recursos dos fundos constitucionais de financiamento a projetos de revitalização de bacias hidrográficas	PLS 369/2017
Obriga a realização de cirurgia plástica reparadora pelo SUS	PLC 5/2016
Garante o direito de transporte às mulheres que tenham dificuldade de locomoção para realizar os exames preventivos e de rastreamento de câncer de útero e de mama	PLC 20/2017
Susta o dispositivo de uma portaria que restringia o acesso ao exame de mulheres com idade entre 40 a 49 anos	PDS 42/2015
Veto que possibilitou a cobrança do ISS no local de prestação do serviço e não mais no município do estabelecimento que presta serviço	VET 52/2016
Veto que criava obstáculos ao financiamento das Santas Casas	VET 29/2017

SIGLAS UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO

ACE	Aviso da Comissão de Educação
AMA	Aviso da Comissão de Meio Ambiente
APR/ATS	Ato do Presidente
Art.	Artigo referente a algum dispositivo normativo
ATD	Ato da Comissão Diretora
ATN	Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara
ATS	Ato do Presidente do Senado Federal
AVE	Aviso da Comissão de Assuntos Econômicos
AVN	Aviso ao Congresso Nacional
AVS	Aviso ao Senado Federal
CD	Câmara dos Deputados
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CMMPV	Comissões Mistas de Medidas Provisórias
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CN	Congresso Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCN	Diário do Congresso Nacional
DEM	Democratas
DEN	Denúncia
DLG	Decreto Legislativo
DOU	Diário Oficial da União
DPU	Defensoria Pública da União
DSF	Diário do Senado Federal
ECD	Emenda da Câmara a Projeto de Lei do Senado
EMC	Emenda à Constituição
INS	Indicação
MCN	Mensagem ao Congresso Nacional
Memo	Memorando
MPU	Ministério Público da União
MPV	Medida Provisória
MSF	Mensagem ao Senado Federal
MSG	Mensagem
Of.	Ofício

OFE	Ofício da Comissão de Assuntos Econômicos
OFN	Ofício ao Congresso Nacional
OFS	Ofício ao Senado Federal
OFTFC	Ofício da Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor
P.S	Parecer do Senado Federal
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDN	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Congresso Nacional)
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (tramitando no Senado Federal)
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PET	Petição
PFS	Proposta de Fiscalização e Controle
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
Plen	Plenário do Senado Federal
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLS	Projeto de Lei do Senado
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PPR	Portaria do Presidente
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Projeto de Resolução do Congresso Nacional
PROS	Partido Republicano Social
PRS	Projeto de Resolução do Senado
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
R.S	Recurso
RCCN	Regimento Comum do Congresso Nacional
RCN	Resolução do Congresso Nacional
REDE	Rede Sustentabilidade
REP	Representação
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RISF	Regimento Interno do Senado Federal
RQN	Requerimento do Congresso Nacional
RQS	Requerimento
RSF	Resolução do Senado Federal
SCD	Substitutivo da Câmara a Projeto de Lei do Senado
SD	Partido Solidariedade
SF	Senado Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
SUG	Sugestão
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VET	Veto

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Elaborado pela Coordenação de Estatísticas, Pesquisa e Relatórios Legislativos (COER) com o apoio de diversos órgãos desta Casa Legislativa, o Relatório da Presidência sofreu algumas alterações nesta edição:

1. O leiaute – gráficos, infográficos, tabelas, ilustrações etc. – foi aprimorado, com a disponibilização de novas informações, padrões de cores e modelos de apresentação. O objetivo é conferir maior conteúdo e clareza às informações do Relatório, além de tornar o conteúdo mais agradável visualmente;
2. Os textos de cada seção sofreram adaptações com o intuito de conferir maior clareza e fluidez, sem perderem seu caráter técnico;
3. O item A.1, parte I, teve seu título modificado para “Representação dos Estados e do DF” e sofreu reformulação em sua apresentação, englobando em um único item as informações outrora apresentadas no Relatório de 2016 no item A.1 e no quadro sintético;
4. Foi acrescentado o item Exercício da Presidência da República pelo Presidente do Senado Federal (item C.2, parte I), contendo o período em que tal situação ocorreu no ano;
5. O item D.2, parte I, teve seu título modificado para “Sessões Especiais e de Debates Temáticos, por finalidade”; os itens A.1, B.1 e B.2, todos da parte II, tiveram seus títulos modificados para “Composição da Mesa”, “Sessões Conjuntas por tipo” e “Sessões Solenes por finalidade”, respectivamente.
6. Os arquivos digitais com as composições iniciais e finais e mapas de reuniões das Comissões e dos Órgãos, tanto do Senado quanto do Congresso, agora estão disponibilizados em formato que permite consultas dinâmicas, com a inclusão de filtros, conversão em planilhas etc.
7. Por motivo de adequação estatística e para melhor compreensão do leitor, algumas medidas provisórias constantes do item F, parte II (Congresso Nacional) são agora mostradas no item H, parte I (Senado Federal) deste Relatório.

Esta publicação foi impressa no mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, na Secretaria de Editoração e Publicações, sendo Presidente do Senado Federal o Senador Eunício Oliveira, no 192º aniversário do Senado Federal e no 129º aniversário da Proclamação da República